

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ALMIR SANDRO RODRIGUES

A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA FAMILIAR:
UM NOVO SINDICALISMO EM CONSTRUÇÃO

CURITIBA

2004

ALMIR SANDRO RODRIGUES

**A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA FAMILIAR:
UM NOVO SINDICALISMO EM CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Orientador: Prof. Osvaldo Heller da Silva

CURITIBA

2004

Dedico este estudo ...

... à minha sempre companheira Mana, que compreende a importância desta conquista, não sendo só minha, mas dela também. Por sua dedicação e fraternidade. Mana, este é um trabalho que expressa também meu amor por você!

... à Luiza, minha filha, que está vendo sempre seus pais atribulados por um novo projeto e, com sua sabedoria, tornam estes momentos especiais, pois ela se faz presente. Ela é uma permanente luz em nossa vida!

... à minha futura filha, Helena ... futuro muito próximo ... trazendo novas energias e novos sonhos!

AGRADECIMENTOS

Desejo explicitar meus votos de gratidão:

Ao meu orientador e amigo Professor Osvaldo Heller da Silva, por sua sempre presente disponibilidade e, sobretudo, por sua contribuição em mostrar-me os caminhos da pesquisa sociológica, efetivando-se no desenvolvimento desta pesquisa as práticas de uma sociologia das práticas.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela grande contribuição dada pela bolsa de estudo fornecida ao longo do segundo ano de mestrado, garantindo renda que possibilitou minha dedicação e concentração neste trabalho, além de referenciar minha vida acadêmica.

Ao corpo docente do mestrado de sociologia pelas reflexões teóricas e práticas no universo complexo das ciências sociais e suas interrelações com as outras áreas de conhecimento.

Ao CERU (Centro de Estudos Rurais), enquanto espaço de debate e solidariedade, onde pudemos exercitar a *práxis* sociológica num grupo de pessoas preocupadas não só com suas viagens intelectuais mas, principalmente, com a troca, a amizade, a cooperação, a ação companheira. Com e como companheiros elaboramos um ambiente de estudo e construção do conhecimento. Nunca devemos desistir desses projetos coletivos.

Aos dirigentes sindicais da FETRAF e aos presidentes dos sindicatos a ela associados, que em momento algum dificultaram o desenvolvimento desta pesquisa, muito pelo contrário, sempre se colocaram disponíveis e prontos para colaborar. Esta contribuição foi, sem dúvida nenhuma, imprescindível para concluirmos esta empreitada. Ressalto minha admiração e amizade a todas lideranças que, ao longo da minha história dentro da CUT e, principalmente, com os rurais, aprendi a respeitar e compreender a necessidade de compartilhar os desafios, as dificuldades e, ainda mais, os sonhos.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com esta investigação, nos momentos de estudo, de reflexão, de questionamento, de crítica, de avaliação, de construção e desconstrução mas, também, de lazer, de meditação, de conforto e desconforto, de saudades ... tristezas e alegrias ... nos momentos de valorização da solidariedade. Em especial à Alessandra, por sua paciência com as falas dos entrevistados, elaborando uma clara transcrição; ao Luciano por sua pronta e rigorosa correção; à Vivien e ao Gustavo pela precisa tradução de minha síntese; e, ao Duda pelas diversas traduções dos textos em francês e pelos diversos momentos de trocas e viagens epistemológicas.

Por fim, agradeço a Deus por minha família que sempre acreditou em mim e que me ajudou nos diversos desafios da minha vida e, neste caso, na realização deste projeto.

É preciso sempre reinventar a vida ... para continuar apaixonado por ela!

(...) A análise de uma determinada organização que integra um campo específico de forças sociais deve perceber que ela sofre os efeitos do espaço social onde atua e, ao mesmo tempo, produz novos efeitos sobre esse mesmo espaço e, com isso, interfere nas dinâmicas organizativas desse campo de forças.

Ou seja, as posições ocupadas pelos diferentes agentes mediadores sofrem permanentes modificações, na medida em que a mudança no comportamento político de um sujeito contribui para a requalificação da prática do outro e vice-versa.

Assim, pode-se afirmar que as diferentes formas de interação e/ou conflito entre tais forças sociais demarcam as suas potencialidades de crescimento, mas também os seus eventuais limites.

João Carlos Sampaio Torres

Ando devagar porque já tive pressa e levo este sorriso, porque já chorei demais. Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe, eu só levo a certeza de que muito pouco eu sei, e nada sei.

Conhecer as manhas e as manhãs, o sabor das massas e das maçãs. É preciso amor prá poder pulsar, é preciso paz prá poder sorrir, é preciso a chuva para florir.

Penso que cumprir a vida seja simplesmente, compreender as marchas e ir tocando em frente. Como o velho boiadeiro levando a boiada, eu vou tocando os dias, pela longa estrada eu vou, estrada eu sou.

Todo mundo ama um dia, todo mundo chora. Um dia a gente chega, outro vai embora. Cada um de nós constrói a sua história e cada ser em si carrega o dom de ser capaz e ser feliz.

Ando devagar porque já tive pressa e levo este sorriso porque já chorei demais. Cada um de nós compõe a sua história e cada ser em si carrega o dom de ser capaz.

E SER FELIZ!

Almir Sater e Renato Teixeira

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – Campo, <i>habitus</i>, práticas, estratégia, capital social e capital simbólico: instrumentos de análise	7
1.1- Campo, <i>habitus</i> , práticas e estratégia	8
1.2- Capital social e capital simbólico	16
1.3- Campo de Representação: uma perspectiva de análise da construção de novas práticas e de um novo <i>habitus</i> no sindicalismo e na agricultura familiar	22
CAPÍTULO 2 – O sindicalismo cutista e os rurais da CUT: perspectivas de organização e alternativa sindical	28
2.1- O sindicalismo corporativista: uma herança varguista	28
2.2- O sindicalismo cutista: busca de superação do corporativismo sindical	33
2.3- O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais: proximidades e disputas entre o sindicalismo oficial e a CUT	37
2.3.1- A CONTAG: representantes do sindicalismo oficial	38
2.3.2- Os rurais da CUT: o “sindicalismo combativo” no campo	40
2.3.3- O Fórum Sul e a organização sindical dos rurais da CUT na região Sul	44

CAPÍTULO 3 – A FETRAF: possibilidades de um novo sindicalismo	50
3.1- Agricultura Familiar: organização social e/ou ramo sindical	50
3.2- A construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário	54
3.3- As perspectivas de organização da agricultura familiar: possibilidades sindicais de uma federação	61
3.3.1- A estrutura sindical da FETRAF	62
3.3.1.1- As finalidades da Federação	62
3.3.1.2- Os sindicatos regionais da agricultura familiar	64
3.3.1.3- As instâncias organizativas da Federação	68
3.3.1.4- As instâncias deliberativas da Federação	73
3.3.1.5- A gestão financeira da Federação	75
3.3.2- Os eixos estratégicos da FETRAF	77
3.3.2.1- A Federação e as políticas públicas	78
3.3.2.2- Organização da produção e a sócio-economia solidária	81
3.3.2.3- A FETRAF: representação do campo da agricultura familiar	84
CAPÍTULO 4 – Trajetória social e política dos dirigentes da FETRAF	87
4.1- A agricultura familiar na vida dos dirigentes da FETRAF	87
4.2- Início da militância: influência das pastorais, partidos políticos e outros movimentos sociais	94
4.3- Organização do cotidiano: as práticas e o <i>habitus</i> de dirigente sindical	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	114
ANEXO 1 – LISTA DE ENTREVISTADOS	120
ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	121

RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar de que maneira a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) manifesta atualmente um novo sindicalismo. Para tanto, busca compreender como suas intenções e suas práticas consolidam inovações no campo sindical, permitindo o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. No referencial teórico resgata-se os conceitos de Pierre Bourdieu como: campo, *habitus*, práticas, estratégias, capital social e capital simbólico; estes conceitos tanto embasam a análise de um campo sindical e de um campo de representação da agricultura familiar quanto possibilitam o uso de uma sociologia das práticas dos dirigentes sindicais da Federação, a partir de sua trajetória social e política. Para isto, foram utilizados vários instrumentos metodológicos de caráter qualitativo, com destaque nas entrevistas semi-estruturadas com dirigentes da Federação e com presidentes de sindicatos associados a ela. Os dirigentes sindicais começam a elaborar práticas que indicam possíveis manifestações de um novo *habitus*. A história do sindicalismo no Brasil, em especial, o sindicalismo rural cutista é básica para as elaborações deste trabalho, assim como, o surgimento de diversas organizações de representação da agricultura familiar, dentre as quais destaca-se a FETRAF. Nesta perspectiva, através de uma leitura teórico-prática da estrutura sindical e dos eixos estratégicos da Federação, foram possíveis analisar os seus avanços no campo sindical, propiciando entendê-la como um novo sindicalismo em construção.

Palavras-chaves: Novo Sindicalismo; Campo Sindical; Campo de Representação da Agricultura Familiar; Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

ABSTRACT

This research means to investigate how the Peasant Working Agriculture Federation (FETRAF) currently manifests a new syndicate. For this it is requested to understand how its intentions and practices consolidate innovations in the syndicalism camp, allowing the strengthening of the peasant agriculture and the construction of a solidary sustainable development project. In the technical referential it is rescued some Pierre Bourdieu's concepts such as: camp, *habitus*, practices, strategy, social capital, symbolic capital; these concepts base the analysis of a syndical camp and of a representation of a peasant agriculture camp as make it possible the use of a sociology of the practices of syndical manager of the Federation, through its social and political career. For that, several qualitative methodological instruments were used, drafted on the semi-structured interviews with the managers of the Federation and with syndicate presidents associated to it. The syndical managers start to elaborate practices that indicate possible manifestations of a new *habitus*. The Brazilian syndicalism history, in special, the rural CUT's syndicalism is basic to the elaboration of this work, as well as, the arise of several peasant agriculture representation organizations, in which we find FETRAF. In this perspective, through a theoretical practical reading of the syndicalism structure and of the axis strategies of the federation, it was possible to analyze the advances in the syndicalism camp, leading to understand it as a new syndicalism in construction.

Key words: New Syndicalism, Syndical Camp, Representation Camp of the Peasant Agriculture,
Sustainable and Solidary Development.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar dá uma característica diferente à CUT nos três Estados do Sul. A criação da FETRAF/SUL é uma revolução sindical e o embrião de uma organização nacional dos trabalhadores na agricultura familiar. Sem vocês, trabalhadores na agricultura familiar, a CUT certamente seria diferente. (João FELÍCIO¹)

O presente trabalho visa analisar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT – entidade vinculada à Central Única dos Trabalhadores), tendo por objetivo geral investigar de que maneira esta organização representa a possibilidade de um novo tipo de sindicalismo neste início de século. Para tanto, faz-se avaliar o modo pelo qual a estrutura da FETRAF expressa avanços na organização do sindicalismo rural brasileiro e de que forma suas práticas indicam inovações no processo de fortalecimento da agricultura familiar. Isso requer, também, compreender a trajetória social e política dos dirigentes e lideranças da Federação. Outro aspecto a ser investigado é como alguns dos agentes envolvidos contribuem na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, assim como, a maneira pelo qual eles pretendem se tornar representantes do campo da agricultura familiar.

A FETRAF é uma organização recente dos trabalhadores na agricultura familiar do Brasil, de natureza sindical, que busca aglutinar os sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos de agricultores familiares da região Sul, vinculados ou próximos à CUT.

A Federação, sediada em Chapecó/SC, articula-se com 178 sindicatos, atua em aproximadamente 240 municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes municípios representam uma “base social de cerca de 300 mil famílias e 800 mil agricultores familiares”. Além das organizações sindicais, a Federação se articula com associações da agricultura familiar (FETRAF, 2001b, p. 1).

A agricultura familiar tem sido considerada um lugar privilegiado para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário, principalmente na perspectiva do desenvolvimento local. Na região Sul, percebe-se um cenário de grande debate e proposição de ações, visando garantir não só a representatividade de suas entidades, mas também a proposição de políticas públicas e a implementação de estratégias de reprodução da agricultura familiar.

¹ Fragmento do discurso de João Felício (enquanto presidente nacional da CUT), durante o Congresso de fundação da FETRAF, em março de 2001. Disponível na obra: FETRAF-SUL, 2001, p. 7.

Portanto, é necessário entender como os agentes envolvidos na FETRAF contribuem na construção das estratégias e ações de reprodução da agricultura familiar, possibilitando mudanças nas práticas associadas aos processos de desenvolvimento local. Compreender os conceitos de capital social e capital simbólico colabora na análise das ações destes agentes na proposição de um projeto de desenvolvimento.

Os referenciais teóricos vinculados à obra de Pierre Bourdieu, possibilitam a leitura de um campo sindical enquanto um recorte do campo político e, da mesma forma, permitem o processo de entendimento das práticas e de um *habitus* relacionado a este campo de representação. Pode-se levantar, assim, as seguintes questões: a nova estrutura e as ações estratégicas da FETRAF demonstram transformações no campo político da organização sindical e da agricultura familiar? Como são evidenciadas as mudanças em suas práticas? Estas são propiciadas por um novo *habitus* sindical? Os conceitos da teoria bourdiniana, portanto, constroem referenciais para ser desenvolvida uma sociologia das práticas elaboradas no interior deste campo de representação da agricultura familiar, além de possibilitar a compreensão das relações de reconhecimento inter e extra campo.

Desta forma, é definido enquanto problema de pesquisa os seguintes desafios: a FETRAF, como organização sindical dos agricultores familiares na região Sul, representa o surgimento de um novo sindicalismo no Brasil? Especificamente, é necessário entender de que maneira e em quais aspectos estas inovações ocorrem e, o que significa este novo?

Assim sendo, torna-se importante indagar: de que forma a estrutura e as práticas da Federação expressam este novo sindicalismo e consolidam um processo de fortalecimento da agricultura familiar e de suas formas organizativas? E, por fim, como os diversos agentes vinculados, direta e indiretamente à FETRAF, se inserem nesse processo e, principalmente, na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário enquanto objetivo estratégico de sua organização?

Para entender a construção da pesquisa, é preciso ter clara a metodologia utilizada com o intuito de analisar os procedimentos, os instrumentos que cooperam para se alcançar os objetivos da investigação. Neste caso, o uso do método qualitativo foi referência na definição destes instrumentos.

Entende-se que a metodologia é colaboradora para melhor recortar a realidade, sem perder a perspectiva da multidimensão desta. Todavia, estes olhares devem buscar vislumbrar os processos de interpretação da realidade. Existe nesse processo uma relação dialética (GRAMSCI, 1991). Os procedimentos metodológicos devem, portanto, ajudar na construção

dos recortes de uma realidade complexa, possibilitando contextualizar e inserir o objeto de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

Para isto, foram utilizados os seguintes procedimentos: como recurso de caráter contínuo usou-se o levantamento bibliográfico sobre a temática e conceitos teóricos de referência, assim como, a respeito do sindicalismo no Brasil foi utilizado o mesmo procedimento, com destaque nas elaborações sobre o novo sindicalismo. Estes conhecimentos serviram como material para análise do objeto investigado.

A pesquisa documental é outro instrumento utilizado, com destaque para os documentos produzidos pela FETRAF (cartas abertas, estatuto social, relatórios, planejamento estratégico e artigos, entre outros) que explicitam sua estrutura e suas práticas e, também, expressam seu objetivo de reprodução da agricultura familiar, de suas formas organizativas e processos de intervenção na participação e proposição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e solidário. O trabalho de classificação e análise documental foi executado para, juntamente à pesquisa bibliográfica, produzir as interpretações teórico-práticas – uma *práxis* sociológica.

No trabalho de campo foram realizadas entrevistas com coordenadores da FETRAF e presidentes de sindicatos associados a ela (lideranças regionais, microrregionais e locais), com o intuito de investigar a trajetória e transformações na perspectiva de sua qualificação enquanto atores no processo de consolidação da Federação como um novo sindicalismo. No ANEXO 1 é apresentada uma listagem das entrevistas realizadas, identificando a idade do entrevistado, função na entidade e a localização da base sindical ou da entidade que representa. Todas as entrevistas foram gravadas (28 horas aproximadamente) e transcritas. A seleção dos entrevistados levou em consideração alguns critérios, os quais não se pode colocar como totalmente sistemáticos, pois, a efetivação das entrevistas dependeu de agenda e confirmação da disponibilidade das lideranças. No entanto, foi possível conversar com dirigentes da Federação responsáveis por nove coordenações, inclusive a coordenação geral, sendo que destes dirigentes, cinco são do Rio Grande do Sul, três de Santa Catarina e um do Paraná². Ainda entre as lideranças de sindicatos associados foram entrevistados onze presidentes; para isso buscou-se uma diversidade geográfica (estadual e microrregional), sendo cinco do Paraná, quatro do Rio Grande do Sul e dois de Santa Catarina. Além dos

² Entre os entrevistados, dois coordenadores da FETRAF, acumulam também a função de presidência de sindicato (Eloir Griselli e Delma Zucco). Outro aspecto a ser lembrado: foram marcadas mais duas entrevistas com coordenadores da Federação, que não se efetivaram por problemas com a agenda (viagens), sendo ambos do Paraná: Luis Pirin (coordenador adjunto no Paraná) residente em Francisco Beltrão e Maria Salete Escher (coordenadora de políticas sociais) residente em Campo Magro.

dirigentes foram entrevistados dois assessores, um do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) e outro da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO). Estes entrevistados, sempre que mencionados no texto, serão apresentados com o Nome e SOBRENOME, por exemplo, Altemir TORTELLI, primeira entrevista citada, na página 59, definindo-se assim o padrão para esta dissertação.

No trabalho de campo foi adotada a entrevista semi-estruturada porque ela permite uma maior abertura das possibilidades de coleta de informações, uma vez que fornece maior liberdade na exposição de experiências e expectativas por parte dos entrevistados. O roteiro colaborou para não se perder o *fião da meada* da entrevista, e, ao mesmo tempo, garantir uma flexibilidade para aprofundar temas que possibilitam um relato com maior profundidade e qualidade. A postura no ato de entrevistar pode modificar-se ao longo das entrevistas, permitindo o acúmulo de experiências e possíveis reorientações no ato de perguntar. O entrevistador tem uma participação ativa neste modelo de entrevista, visto que, mesmo existindo um roteiro, existe a possibilidade de adicionar, no momento da entrevista, questões consideradas pertinentes para uma melhor compreensão do objeto em estudo.

Esta possibilidade de informações mais aprofundadas sobre determinados temas (no caso, o sindicalismo rural e a organização da FETRAF) permite superar a escassez ou inexistência de elaborações acadêmicas neste âmbito e, para tal, foi utilizado um roteiro para estas entrevistas (ANEXO 2). Este roteiro foi constituído de três blocos para ajudar na análise das entrevistas, sendo eles: 1.) estrutura sindical, 2.) ações (proposições e resultados – sobre os eixos estratégicos) e 3.) o cotidiano da FETRAF.

Estas entrevistas contribuíram para compreender a trajetória de vida destas lideranças, isto é, o perfil destes dirigentes da Federação, a partir de sua trajetória social e política, levando-se em consideração o vínculo destas lideranças com a agricultura familiar e o movimento sindical.

Foi realizada, também, a observação das experiências realizadas neste período inicial da FETRAT no tocante às ações do movimento sindical – locais definidos em conjunto com alguns atores envolvidos nesse processo de organização. O período do mês de maio foi importante, pois é o mês das lutas deste ramo sindical – mobilizações, reivindicação de políticas públicas, proposições – com destaque para a Caravana da Agricultura Familiar, promovida pela Federação em conjunto com outras entidades representativas da agricultura familiar (cooperativas de crédito, associações, ONG's, sindicatos etc.). A participação neste evento como pesquisador, potencializando momentos de observação, foi ímpar. Outro evento neste mesmo período – mês de maio de 2003 – foi a realização do Congresso Estadual da

Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CECUT/PR), sendo favorável para leituras sobre a influência da FETRAF na organização da Central. O Primeiro Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, realizado nos dias 29 a 31 de maio de 2003, representou outro momento de observação. Mesmo assim, os espaços da pesquisa de campo não se resumem a estes eventos.

O processo de análise das informações, empíricas ou não, também foi permanente, permitindo diálogo com os objetivos da pesquisa e possíveis re-significações. A análise dos dados coletados no campo (através da coleta de documentos ou das entrevistas) teve um caráter qualitativo. Por sua vez, os referenciais da teoria de Bourdieu foram instrumentos sociológicos, tanto na análise da pesquisa de campo quanto das elaborações acadêmicas providas do levantamento bibliográfico.

Através desta análise pretendeu-se colocar em foco a hipótese de que a FETRAF representa um novo sindicalismo no Brasil, permitindo reconhecer as possibilidades e limites desta nova entidade, isto é, a construção de novas práticas e de um novo *habitus* sindical no universo de um campo sindical e de um campo de representação da agricultura familiar.

Descrevendo de forma sucinta a construção dos capítulos, pode-se identificar como elementos básicos: No capítulo 1, enquanto referencial teórico geral desta pesquisa, construiu-se um quadro conceitual a partir da teoria de Bourdieu. Foram trabalhados os conceitos de capital social e capital simbólico, campo, *habitus* e práticas, assim como, a proposição de um campo sindical e um campo de representação da agricultura familiar, com o objetivo de analisar as colaborações da Federação para com o sindicalismo. Ao abordar o campo de representação da agricultura familiar buscou-se compreender como são estabelecidas as regras do jogo, como seus atores sociais se manifestam enquanto dominantes e dominados no interior do campo e, também, como estes atores acumulam capital para se definirem enquanto representantes, porta-vozes de um campo.

No capítulo 2 foi abordada a trajetória do sindicalismo rural cutista, resgatando de forma breve as características do sindicalismo oficial (getulista), do novo sindicalismo representado pela CUT (fundada em 1983), assim como a história recente do movimento sindical rural representado pela CONTAG e pela CUT. Os rurais cutistas se organizaram no Departamento Nacional e nos Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais. Na região Sul, os cutistas se articularam no Fórum Sul dos Rurais da CUT durante a década de 90. Em 99 foi criada a Frente Sul da Agricultura Familiar, formulando-se um campo de representação da agricultura familiar. Encerrando um período de disputas internas das estruturas oficiais do sindicalismo contaguiano, fundou-se em 2001 a FETRAF.

No capítulo 3 foram analisadas as possibilidades de um novo sindicalismo expressas pela FETRAF. Para tanto, elaborou-se um quadro conceitual, discutindo temas como agricultura familiar e desenvolvimento sustentável e solidário para compreender melhor estas inovações. Buscou-se, também, analisar as intenções e ações concretas da Federação, o discurso e as práticas, a partir de dois aspectos: a estrutura sindical (finalidades, sindicatos regionais da agricultura familiar, instâncias organizativas e deliberativas, gestão financeira) e os eixos estratégicos (a federação e as políticas públicas, organização da produção e sócio-economia solidária, organização sindical da agricultura familiar).

E, por fim, no capítulo 4, foi elaborada uma análise da representação dos dirigentes da FETRAF, buscando compreender até que ponto estes demonstram diferenciações e inovações em relação aos dirigentes de entidades sindicais oficiais, ou mesmo, das entidades cutistas. O perfil dos dirigentes foi construído a partir de sua trajetória social e política, com destaque para alguns elementos: vínculos com a agricultura familiar, aspectos da militância (influência das pastorais, dos partidos políticos e de outros movimentos sociais), assim como a organização do cotidiano, da agenda – isso permitiu compreender as práticas e o *habitus* deste dirigente sindical, representante da agricultura familiar.

CAPÍTULO 1

Campo, *habitus*, práticas, estratégia, capital social e capital simbólico: instrumentos de análise

Aqueles que, num estado determinado da relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, tendem a estratégias de conversão - aquelas que nos campos da produção de bens culturais tendem à defesa da ortodoxia -, enquanto os que possuem menos capital (que freqüentemente são também os recém-chegados e portanto, na maioria das vezes, os mais jovens) tendem à estratégias de subversão - as da heresia. É a heresia, a heterodoxia, enquanto ruptura crítica, freqüentemente ligada à crise, juntamente com a doxa, que faz com que os dominantes saiam de seu silêncio, impondo-lhes a produção do discurso defensivo da ortodoxia, pensamento “direito” e de direita, visando a restaurar o equivalente da adesão silenciosa da doxa. (BOURDIEU, 1983)

O principal intuito deste capítulo é iniciar um diálogo com as elaborações de Pierre Bourdieu, buscando em sua obra um referencial teórico para sustentar analiticamente o objeto desta pesquisa – as inovações do sindicalismo rural cutista na região Sul do Brasil, representado pela FETRAF.

Conceitos como: capital social e simbólico, campo, *habitus*, práticas e estratégia, são referências necessárias para melhor compreender como uma Federação Sindical pode consolidar um novo sindicalismo neste início de século, levando-se em consideração aspectos pertinentes ao campo sindical e, por consequência, aos processos de organização e ação em vista da construção de um desenvolvimento sustentável e solidário, onde a agricultura familiar tem papel destacado.

Dessa maneira, com a preocupação de desenvolver não apenas uma descrição destes conceitos, mas também de elaborar um processo de conexão com a problemática central desta pesquisa, propõe-se uma estruturação de forma didática. Com isto, não se pretende afirmar que estes conceitos de Bourdieu foram construídos de forma estanque, muito pelo contrário, é importante esclarecer de antemão que eles estão imbricados uns nos outros. Ainda sim, toma-se a liberdade de explicitá-los de forma seqüencial (não necessariamente se deve entender como uma exposição cronológica), permitindo uma maior possibilidade tanto do nosso entendimento a respeito destes conceitos, quanto também de posterior análise de nosso objeto.

Inicialmente, será realizada a análise do conceito de campo em conjunto com as elaborações sobre *habitus*, práticas e estratégia, para melhor compreender as problemáticas identificadas nesta pesquisa. Na seqüência, serão abordados os conceitos capital social e

capital simbólico, considerados relevantes para a análise da organização sindical na região Sul. E, para fechar este capítulo, é necessário discutir as possibilidades de compreensão do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar.

1.1- Campo, habitus, práticas e estratégia

Os conceitos propostos por Bourdieu, juntamente com a elaboração do conceito de capital, contribuem nas análises sobre a Federação e o fortalecimento da agricultura familiar através de sua estrutura e de suas ações estratégicas. A noção de campo, *habitus*, práticas e estratégia se qualificam como uma possibilidade para o entendimento das dinâmicas de organização deste espaço social, considerado neste trabalho, também como campo político e, mais especificamente, campo sindical.

Inicialmente, torna-se interessante perceber as possíveis imbricações desses conceitos desenvolvidos pelo autor em questão, ou seja, ao desenvolver um conceito busca-se compreender os outros. Assim sendo, observe-se a seguir a preocupação em demonstrar este vínculo entre os conceitos, pois BOURDIEU (2000, p. 99) afirma:

Debido a que no puede dar razón de las prácticas si no es sacando sucesivamente a la luz la serie de efectos que se encuentran en su origen, el análisis hace desaparecer en primer lugar la estructura del estilo de vida característico de un agente o de una clase de agentes, es decir, la unidad que disimula bajo la diversidad y la multiplicidad del conjunto de unas prácticas realizadas em campos dotados de lógicas diferentes, luego capaces de imponer unas formas de realización diferentes (de acuerdo con lá fórmula: [(*habitus*) (capital)] + campo = práctica): el análisis hace desaparecer también la estructura del espacio simbólico que resalta el conjunto de estas prácticas estructuradas, de todos estos estilos de vida distintos y distintivos que se definen siempre objetivamente, y a veces subjetivamente, en y por sus relaciones mutuas.

Nesta perspectiva, não é possível pensar isoladamente um determinado campo sem conceber como se manifesta o *habitus* e o capital acumulado ou em potencial, para assim possibilitar certas práticas. Desse modo, compreender cada um desses conceitos possibilita conhecer o processo de organização da sociedade e de seus atores – o indivíduo, os grupos e as instituições entre outros.

Com este intuito, a noção de campo apresenta-se como um conceito básico. BOURDIEU (1983) define campo como espaços sociais onde existem relações de força entre agentes que disputam objetos ou interesses específicos do campo, isto é, para que exista um campo é necessário existir o jogo de disputa e, principalmente, que os indivíduos ou grupos conheçam as regras do jogo.

O campo deve ser definido pela oposição entre dominados e dominantes, dependendo das possíveis relações aí desenvolvidas em função do acúmulo de capital de cada indivíduo e/ou grupo dentro de determinado campo. Vale lembrar, a estrutura de cada campo é dinâmica, não existindo posições estanques ou estáticas.

A existência da divisão dos agentes no âmbito do campo define-se, na leitura de ORTIZ (1983, p. 22), entre “dominantes e dominados” e, isto implica em “uma distinção entre ortodoxia e heterodoxia [...]. Ao pólo dominante correspondem as práticas de uma ortodoxia que pretende conservar intacto o capital social acumulado; ao pólo dominado, as práticas heterodoxas que tendem a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo”. E, com respeito à fração dominante, acrescenta: “os agentes que se situam junto à ortodoxia devem, para conservar sua posição, secretar uma série de instituições e de mecanismos que assegurem seu estatuto de dominação”.

Existe um permanente processo de disputa entre os agentes de determinado campo, onde o “interesse é simultaneamente condição de funcionamento de um campo (...), na medida em que isso é o que estimula as pessoas, o que as faz concorrer, rivalizar, lutar, e produto do funcionamento do campo [...]. O interesse é produto de uma determinada categoria de condições sociais: construção histórica, ele só pode ser conhecido mediante o conhecimento histórico, *ex post*, empiricamente, e não deduzido *a priori* de uma natureza trans-histórica” (BOURDIEU, 1990, p. 127-128).

Os interesses só podem ser percebidos durante o jogo, ou seja, é através das práticas elaboradas no campo que os interesses podem ser conhecidos. Para cada campo existem os interesses historicamente construídos por seus integrantes, e integrantes de outros campos podem não percebê-los ou entendê-los. O jogo é jogado a partir dos interesses de seus jogadores em jogá-lo. Portanto, o campo é constituído pela disputa dos interesses de seus membros, como ocorre nos espaços de representação política, como partidos e sindicatos, entre outros. No interior de um campo de representação, por exemplo, existem as disputas que são específicas deste campo, gerando posições ortodoxas e heterodoxas. Por sua vez, o reflexo desta disputa interna pode provocar conflitos entre seus integrantes, mas, também, gerar conflitos externos ao campo de representação, quando as práticas de seus membros extrapolam as relações mantidas no interior do campo. Ainda, não se pode considerar que um campo esteja isolado socialmente de outros campos.

BOURDIEU (1990, p. 128), utilizando o exemplo do campo econômico, explicita este caráter histórico do campo, ou seja, busca demonstrar a relação entre a manutenção de um campo e o investimento de cada membro, explicitado por seus interesses:

Todo campo, enquanto produto histórico, gera o interesse, que é a condição de seu funcionamento. Isso é válido para o próprio campo econômico, que, enquanto espaço relativamente autônomo, obedecendo a leis próprias, dotado de uma axiomática específica ligada a uma história original, produz uma forma particular de interesse, que é um caso particular do universo das formas de interesse possíveis [...]. A disposição para jogar o jogo econômico, para investir no jogo econômico que é produto de certo jogo econômico, está na própria base de existência desse jogo.

A história individual (ou grupal) de cada membro dentro de determinado campo tem papel importante na posição que cada um deles ocupa. Para entendê-la, seria necessário fazer uma leitura da trajetória social, política e cultural desse membro, e perceber as imbricações da história do campo com a história do indivíduo, e vice-versa. Pode-se afirmar, também, através deste caráter histórico, que na sociedade as qualidades e propriedades estão distribuídas de forma diversa – alguns acumulam mais do que outros, potencializando assim proximidade ou afastamento do pólo dominante. Estas diferenças no interior de um campo podem definir diferenças de interesses no processo de organização do mesmo, ou seja, cada agente não necessariamente estará preocupado em defender interesses de outro, pois existe muitas vezes a disputa por um interesse específico.

Esta perspectiva caracteriza a distribuição dos agentes dentro de determinado campo a partir da respectiva distribuição de capital. Para isso, Bourdieu aborda os processos dentro do campo social, sendo que em vários outros espaços pode-se contemplar esta situação. Assim, “se a estrutura do campo social é definida em cada momento pela estrutura da distribuição do capital e dos ganhos característicos dos diferentes campos particulares, é certo em todo o caso que em cada um desses espaços em jogo, a própria definição daquilo que está em jogo e dos vários trunfos pode ser posta em jogo” (BOURDIEU, 2001, p. 149-150). Portanto, “todo o campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo.”

É importante remarcar que o campo não é um espaço estático mas, pelo contrário, é um espaço de luta, de disputa e pode, em função da distribuição de força de cada agente, conservar sua estrutura ou transformá-la. BOURDIEU (1989, p. 88) quando aborda a idéia de campos de lutas, afirma que:

Os campos sociais são campos de forças, mas também, campos de lutas para transformar ou conservar estes campos de forças. E a relação, prática ou pensada, que os agentes mantêm com o jogo faz parte do jogo e pode ser o princípio de sua transformação. Os campos sociais, os mais diferentes, a sociedade de corte, o campo dos partidos políticos, o campo das empresas ou o campo universitário, não pode funcionar, senão pelo investimento que os agentes fazem nele, nos diferentes sentidos do termo, que engajam nele seus recursos perseguindo o que está em jogo, contribuindo assim, para seu antagonismo, para conservar a estrutura ou, em certas condições, para transformá-la.

Existe nas elaborações sobre campos de luta um vínculo com a dinâmica dos espaços dos vários tipos de campo, com destaque para os processos de organização do campo político. O campo político é entendido por BOURDIEU (2001, p. 163-164):

Ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações.

As lutas em busca de poder definem características intrínsecas ao campo político, potencializando as disputas em torno da *doxa*, onde existem definições de discursos e práticas orientadas por uma produção ideológica influenciada por seus membros ou os influenciando. Desta maneira, mostra-se que “o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendimento tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.” (BOURDIEU, 2001, p. 164)

A partir dessas disputas, é delineado o processo de organização do campo, pois o simples fato de fazer parte do pólo dominante não garante que os demais integrantes tomem uma postura de aprovação, isto é, a posição de dominante está sempre aberta, a ser mantida ou conquistada. Percebe-se nessa questão que mesmo os opositores acabam reconhecendo a posição dominante. Porém, buscam acessá-la ou conquistá-la, pois “o campo político é o lugar de uma concorrência pelo poder” (BOURDIEU, 2001, p. 185).

Quando se aborda questões referentes ao campo político, relacionando-as à temática desenvolvida neste trabalho de pesquisa, percebe-se um vínculo importante dessas características com aquelas construídas por um possível campo sindical ou campo de representação da agricultura familiar. Pode-se considerar que os sindicatos, por exemplo, fazem parte de um campo político onde seus diversos agentes (dirigentes, lideranças, associados e parceiros) se articulam com o intuito de se manter no poder ou acessá-lo. No entanto, para melhor entender como estas relações são possíveis, é necessário falar sobre outros conceitos de Bourdieu, como *habitus* e prática.

A noção de *habitus*, conjuntamente com a noção de campo, tem um destaque nas elaborações de BOURDIEU (1983, p. 60-61), sendo fruto de um processo de reflexão das várias abordagens sobre *habitus* ao longo da história³. Para ele:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras.

Referindo-se a Chomsky, BOURDIEU (2001, p. 61) afirma que “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital”, o produto dos condicionamentos que se vivem em um campo. Entretanto, o *habitus* não pode ser confundido com a idéia de hábito, devido a sua capacidade geradora. Dessa forma, percebe-se que o conjunto de características internalizadas ou interiorizadas por cada um dos indivíduos nos espaços da sociedade (família, escola, trabalho dentre os diversos outros grupos) e que incutem formas de hábitos, maneiras de agir, percepção do mundo, provocando suas condutas e escolhas, podem ser entendidas como parte de sua história – é expressão do que é e do que tem.

Com esta noção de *habitus*, Bourdieu não está assumindo uma postura determinista das ações humanas, pois existe a possibilidade de intervenção e transformação da estrutura do campo onde se está inserido, isto é, ao gerar práticas, estas práticas não são pré-determinadas – “somos livres dentro dos limites. E podemos até conseguir uma liberdade suplementar ao tomar consciência desses limites” (BOURDIEU. 2000a, p. 39).

Os agentes são, portanto, apesar das possibilidades de ações livres, comprometidos em função do posicionamento dentro de determinado campo e das estruturas a este ligadas. Para BOURDIEU (1990, p. 26), “construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação,

³ Segundo PINTO (2000, p. 41) “a noção de *habitus* originada de pesquisas conduzidas em terrenos muito diferentes, não é produto de uma definição inaugural. As diferentes dimensões – disposicional, distribucional, econômica e categorial – que se deveriam distinguir para fins da exposição, de modo a explicar aspectos determinados do objeto de conhecimento, se acham, é claro, estreitamente associadas no trabalho empírico. Constata-se, por exemplo, que as classificações efetuadas por um agente são condicionadas pela posição ocupada no espaço social e que, em função dessa posição, por definição relativa, elas têm um valor determinado”. Bourdieu, ao construir a noção de *habitus*, faz uma análise teórica, resgatando vários autores enquanto referenciais históricos na discussão do conceito, como: Tomás de Aquino, Panofsky, Chomsky, Husserl, Leibniz, Durkheim, Weber, Kant, Hegel, Mauss, Marx entre outros.

significa construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos”. Para ele, a noção de *habitus* permite entender os processos de conduta sem com isto concebê-la como algo mecanicamente definida ou estrategicamente consciente, ou seja, “os agentes de algum modo caem na sua própria prática, mais do que a escolhem de acordo com um livre projeto, ou do que são empurrados para ela por uma coação mecânica. Se isso acontece dessa maneira, é porque o *habitus*, sistema de disposições adquiridas na relação com um determinado campo, torna-se eficiente, operante, quando encontra as condições de sua eficácia, isto é, condições idênticas ou análogas àquelas de que ele é produto” (1990, p. 130).

Por sua vez, as diferenças entre os agentes sociais dentro de um determinado campo (ou espaço social) apresentam um vínculo com as diferenças provenientes do *habitus*, ou seja, na compreensão de MENDRAS e ÉTIENNE (1996, p. 72), para Bourdieu:

Os diferentes agentes estão, então, distribuídos segundo uma relação de ordem que os coloca em uma posição mais ou menos elevada na escala social, ora em função do grau de distância ou proximidade, uns em relação aos outros. Os agentes que ocupam uma mesma posição ou posições próximas neste espaço são possuidores de disposições semelhantes – um *habitus* comum – que homogeneíza suas práticas e suas representações sociais. Eles têm, então, mais possibilidades de se mobilizar conjuntamente que outros agentes.

A noção de *habitus*, construída por Bourdieu, em conjunto com o capital acumulado, consolidados no campo, possibilita direcionar a atenção ao funcionamento da prática. O *habitus* gera práticas tanto das pessoas quanto dos grupos, não descartando para tal a história de cada um – as experiências vividas, “em poucas palavras, enquanto produto da história, o *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, produz história, portanto, em conformidade com os esquemas engendrados pela história” (BOURDIEU. 1983a, p. 76).

E, também, nesta perspectiva, incorpora sistemas classificatórios, para além da incorporação de normas e valores. Quando BOURDIEU (2000, p. 169) desenvolve seu estudo sobre “O *habitus* e o espaço dos estilos de vida”, aborda a questão acima colocada, dizendo que “el *habitus* es a la vez, en efecto, el principio generador de prácticas objetivamente enclasables y el sistema de enclasamiento (principium divisionis) de esas prácticas. Es en la relación entre las dos capacidades que definen al *habitus* – la capacidad de producir unas prácticas y unas obras enclasables y la capacidad de diferenciar y de apreciar estas prácticas y estos productos (gusto) – donde se constituye el mundo social representado, esto es, el espacio de los estilos de vida.”

Mais do que isto, utilizando-se de alguns exemplos, BOURDIEU (1997, p. 22) vai além e explicita a idéia de classificação incutida pelo *habitus*, os processos de distinção entre o que é bom e o que é ruim, sendo que:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas ela não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro.

Esses processos estabelecidos pelo *habitus* proporcionam impactos não somente na distinção de classes sociais, na categorias profissionais e nas demais formas de classificação. Além disso, geram parâmetros de distinção simbólica. BOURDIEU (1997, p. 22) infere, portanto, um caráter simbólico às diferenças dos espaços em geral, pois: “ao serem percebidas por meio dessas categorias sociais de percepção, desses princípios de visão e de divisão, as diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem”. Assim, “as diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e sobretudo as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos”.

Torna-se importante, neste momento, abordar questões referentes à prática, até então demonstrada como originária de um *habitus*, e que pode ser melhor definida, conforme descrito por ORTIZ (1983, p. 19), “como produto da relação dialética entre uma situação” (em um determinado campo) “e um *habitus* (...). A situação particular que enfrenta um ator social específico se encontra, portanto, objetivamente estruturada; a adequação entre o *habitus* e essa situação permite, desta maneira, fundar uma teoria da prática que leve em consideração tanto as necessidades dos agentes quanto a objetividade da sociedade”.

E, indiretamente expondo a importância do entendimento desses conceitos em seu conjunto, isto é, as suas possíveis imbricações, define campo “como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão [...]. A prática, conjunção do *habitus* e da situação, ocorre desta forma no seio de um espaço que transcende as relações entre os atores. Toda a eficácia da ação se encontra assim prefigurada, o que implica dizer que o ator só realiza ações que ele pode realmente efetivar” (ORTIZ, 1983, p. 19).

Por sua vez, quando efetiva as formas de disposição e esquemas classificatórios, as práticas podem gerar incoerências. BOURDIEU (1990, p. 100) alerta: “é preciso tomar cuidado para não procurar nas produções do *habitus* mais lógica do que existe nelas: a lógica da prática é ser lógico até o ponto em que ser lógico deixaria de ser prático”. E afirma, ainda, que “todo o trabalho de codificação deve ser acompanhado de uma teoria do efeito da

codificação, sob pena de inconscientemente substituir-se a coisa da lógica (o código) pela lógica da coisa (os esquemas práticos e a lógica parcial da prática que estes geram).”

A preocupação com modelos construídos a partir das práticas – matrizes lógicas – fez com que BOURDIEU (1989a, p. 71) explicitasse esta problemática: “aquele que possui um domínio prático, uma arte, qualquer que seja, é capaz de colocar em prática, na passagem ao ato, esta disposição que não lhe parece senão um ato, na relação com uma situação (tantas vezes, quanto a situação pedir, a armadilha que se impõe a ele como única coisa a fazer)”. Assim, “a idéia da lógica prática, lógica em si, sem reflexão consciente nem controle lógico, é uma *contradição em termos*, que desafia a lógica lógica. Esta lógica paradoxal é a de toda prática, ou melhor, de todo *senso prático*: apanhado pelo que se trata, totalmente presente no presente e nas funções práticas que ela descobre nisso”.

Portanto, é necessário conceber a prática como produto do *habitus* em determinada situação, em um espaço específico, dentro de um campo, onde os agentes se distribuem conforme suas possibilidades (definidas também pelo capital) e, dessa forma, não se pode engendrar nenhuma fórmula para entender estas práticas como coisas pré-determinadas. Assim, é básico que os agentes inseridos em qualquer campo devem entrar no jogo e buscar melhorar suas posições. Para tal, torna-se essencial conservarem e/ou aumentarem o capital, que é gerado neste campo específico.

Para BOURDIEU (2001, p. 85-86) “ninguém pode lucrar com o jogo, nem mesmo os que dominam, sem se envolver no jogo, sem se deixar levar por ele: isto significa que não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exatamente, do seu poder sobre os títulos objetivados do capital específico (...)”. Destaque-se aqui o interesse como investimento, como busca por compreender o sentido do jogo, e assim entender a história do campo, passado e futuro, sendo que estes investimentos tornam-se instrumentos para ser reconhecido enquanto parte do campo.

Outro aspecto vinculado à prática se refere à estratégia, que não vamos aprofundar neste trabalho. Porém, é interessante identificar brevemente as inter-relações desse conceito com os demais. Para isto, ao falar sobre as práticas que o *habitus* gera e esboçando o papel da estratégia, BOURDIEU (1983a, p. 61) diz que:

No mesmo momento em que elas aparecem como determinadas pelo futuro, isto é, pelos fins explícitos e explicitamente colocados de um projeto ou plano, as práticas que o *habitus* produz (enquanto princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevisíveis e sem cessar renovadas) são determinadas pela antecipação implícita de suas conseqüências, isto é, pelas condições

passadas da produção de seu princípio de produção de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são, em última análise, o produto.

A noção de estratégia deve ser compreendida em conjunto com as noções de *habitus* e senso prático, e tem por função, como utilizado em “*Coisas Ditas*”, ser um “instrumento de ruptura com o ponto de vista objetivista”, ao mesmo tempo, busca “recusar a ver a estratégia como o produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional⁴. Ela é o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais” (BOURDIEU, 1990, p. 81). Não existe, por isso, uma obediência mecânica às regras estabelecidas no jogo, implicando sim, o desejo, o interesse em fazer o que deve ser feito, o que é estabelecido ou demandado pelo jogo.

Não obstante, torna-se importante abordar outro conceito no arcabouço teórico bourdieusiano, qual seja, a construção teórica a respeito de capital, com maior ênfase no capital social e capital simbólico em virtude das possibilidades de análise a serem feitas posteriormente.

1.2- Capital social e capital simbólico

Os conceitos capital social e capital simbólico são, para esta pesquisa, básicos. Nesse sentido, tem-se por objetivo resgatar algumas elaborações acadêmicas a respeito desses conceitos, e desenvolver algumas reflexões sobre possíveis relações do capital social e simbólico com a perspectiva de análise do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar. Ainda, relacionar com a maneira pela qual seus atores sociais se reconhecem neste campo.

A construção do conceito de capital social em Bourdieu tem por princípio perceber os recursos reais ou potenciais vinculados à consolidação de uma rede de relações de reconhecimento mútuo, isto é, “o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 2001a, p.67).

⁴ O princípio da estratégia não deve ser visto como um cálculo consciente, mas “uma relação inconsciente entre um *habitus* e um campo (...). O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus atores sem terem sido expressamente concebidas para este fim. Há toda uma reeducação a ser feita para escapar à alternativa entre o finalismo ingênuo e a explicação de tipo mecanicista” (BOURDIEU, 1983, p. 93-94).

Entretanto, antes de ser aprofundado o que BOURDIEU entende por capital social, é preciso resgatar a sua compreensão sobre capital, noção essa que não se reduz a um viés puramente econômico, mas mantém sua vinculação simbólica de capital com a noção de mercado. Segundo DEMARCHI (2002), para Bourdieu:

El capital está formado por el conjunto de bienes acumulados, que se crean, se introyectan, se inculcan, vale decir se consumen, de manera diferente. Bourdieu distingue distintos tipos de capital: capital cultural, relacionado con el conocimiento, la ciencia y el arte; capital social, como conjunto de relaciones familiares, institucionales, etc., y capital simbólico, que funciona como agregado a los anteriores (autoridad, prestigio, legitimidad, etc.).

Assim, verifica-se que para o autor, capital é um conceito que não é utilizado simplesmente em seu caráter econômico. Muito pelo contrário, capital é um conceito a ser expresso em diversas dimensões: cultural, social e simbólica. Também, ao longo de sua obra, Bourdieu utiliza ainda outras dimensões – capital político, jurídico, científico, escolar e lingüístico.

Dentre as diversas maneiras de conceber o conceito de capital, essa pesquisa propõe discutir especialmente o capital social e o capital simbólico. O capital social de um indivíduo, grupo ou instituição permite identificar a posição destes em determinado campo ou em diferentes campos: as relações produzidas e estabelecidas no processo histórico possibilitam uma maior ou menor inserção em diferentes campos – político, econômico, cultural, simbólico e científico, dentre outros. Estas relações podem ser traduzidas na forma de reconhecimento, prestígio, influência, autoridade, e demonstram as vantagens e oportunidades que as pessoas obtêm ao estarem vinculadas a certas comunidades, grupos ou instituições⁵.

Dessa forma, pode-se observar que o capital social é justamente um dos fatores fundamentais para a compreensão da posição do indivíduo ou grupo dentro de um determinado campo. ORTIZ (1983, p. 21), referindo-se a Bourdieu, diz que “o campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse quantum de ‘capital social’.” E, continuando, afirma que “a estrutura do campo pode ser

⁵ Existem várias elaborações a respeito do capital social, no universo acadêmico, enquanto um conceito sociológico de análise que, pioneiramente, foi utilizado por “Pierre Bourdieu (1980), James Coleman (1988, 1990) e Robert Putnam (1993, 1993a, 1995, 1996), que em linhas gerais, definem capital social por sua função, incorporando uma variedade de relações presentes na estrutura social que facilitam ações dos indivíduos participantes dessa estrutura. O conceito, portanto, refere-se a relações entre pessoas, não necessariamente percebidas imediatamente, que favorecem o acesso a recursos presentes na sociedade.” (LIMA, 2001, p. 47-48)

apreendida tomando-se como referência dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro pólo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social; em contrapartida, aqueles que se situam no pólo dominado se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão”⁶.

Nesta perspectiva, BOURDIEU (2001, p. 135) descreve “o campo social como um espaço de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses”. Trata-se essencialmente da quantidade e da qualidade desse capital no âmbito do campo em questão.

Identifica-se, dessa maneira, outro conceito do quadro teórico boudiniano, o capital simbólico, que colabora também na discussão do campo social. Portanto, segundo BOURDIEU (2001, p. 145):

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio. As distinções, enquanto transfigurações simbólicas das diferenças de fato, e mais geralmente, os níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são produto da aplicação de esquemas de construção que, como por exemplo os pares de adjetivos empregados para enunciar a maior parte dos juízos sociais, são produto da incorporação das estruturas a que eles se aplicam; e o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas.

O capital simbólico traduz o carisma e as manifestações de admiração por partes do outros, em relação a um indivíduo ou um integrante de determinado campo. As formas de reconhecimento social são expressas em capital simbólico, a partir do momento em que o indivíduo se faz percebido no campo, se faz um membro visível que acumula capital

⁶ Bourdieu, ao discutir estes conceitos utiliza constantemente a linguagem do jogo, como vemos em texto desenvolvido por BENTO (2002) a respeito de campo e capital social: “quem se dispõe a entrar no campo (no jogo, na luta) implicitamente aceita que será necessário investir, e só há investimento quando há interesse no jogo. É através do envolvimento de cada pessoa (seja como ortodoxia ou heterodoxia) que todo o passado do campo se renova a cada jogada. Cada indivíduo, ao entrar para um campo, é portador de determinado *quantum* social (capital social), que determina a posição que ele ocupa no seu interior. Para que este capital social multiplique-se é necessário investimento. É esta busca de retorno, a intenção em ocupar posições melhores no seu interior, que faz do campo um *locus* dinâmico”.

simbólico – enquanto síntese ou expressão dos outros capitais. Em sua obra “*Meditações Pascalianas*”, BOURDIEU (2001b, p. 205-206) busca enfatizar as relações estabelecidas pelo poder simbólico, entendendo as proximidades possíveis entre a esperança e a liberdade. Neste sentido, ao analisar o capital simbólico, o define assim:

Todo tipo de capital (econômico, cultural, social) tende (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico (de modo que talvez valesse mais a pena falar, a rigor, em *efeitos simbólicos do capital*) quando alcança um reconhecimento explícito ou prático, o de um habitus estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado. Em outros termos, o capital simbólico (...) não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital quando é desconhecida enquanto capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração (atual ou potencial), portanto reconhecida como legítima. Mais precisamente, o capital existe e age como capital simbólico (proporcionando ganhos, ...) na relação com um habitus predisposto a percebê-lo como signo e como signo de importância, isto é, conhecê-lo e a reconhecê-lo em função de estruturas cognitivas aptas e tendentes a lhe conceder o reconhecimento pelo fato de estarem em harmonia com o que ele é.

Nesse sentido, BOURDIEU demonstra a existência da inter-relação desses conceitos, identificando o capital simbólico com o acúmulo de outros capitais, dentre eles o capital social. O capital social pode ser entendido como um dos elementos que orientam as relações das pessoas nos espaços sociais, econômicos e físicos presentes nos universos dos campos específicos. Para ele, portanto, o capital social pode ser, também, entendido como os recursos ligados:

À *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. (2001a, p. 67)

Pode-se entender que o autor busca identificar no processo de reconhecimento mútuo a consolidação ou não dos indivíduos dentro de um espaço determinado. Assim, torna-se necessário entender como aferir o capital social de um indivíduo ou de um grupo em relação ao espaço que está inserido. Para BOURDIEU (2001a, p. 67):

O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. Isso significa que, embora seja relativamente irredutível ao capital econômico e cultural possuído por um agente determinado ou mesmo pelo conjunto de agentes a quem está ligado (como bem se vê no caso do novo rico), o capital social não é jamais completamente independente deles pelo fato de que as trocas que instituem o inter-reconhecimento supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade “objetiva” e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade.

O capital social, assim como o capital simbólico, adquire importância na teoria bourdieusiana, sendo um dos parâmetros para definição dos processos de enquadramento nos espaços. Não podemos entender estes espaços como uma transposição teórica à idéia de classe social. Todavia, é necessário perceber que estas classes podem ser percebidas nos espaços, inclusive nos espaços sociais. BOURDIEU (1990, p. 95), ao discutir sobre a vinculação de um indivíduo a um grupo, afirma que se pode transpor este raciocínio até a idéia de perceber os processos de negociação, construção, de jogo para o pertencimento a uma classe, sendo que “o espaço social, no qual as distâncias se medem em quantidade de capital, define proximidades e afinidades, afastamentos e incompatibilidades, em suma, probabilidades de pertencer a grupos realmente unificados, famílias, clubes ou classes mobilizadas; mas é na luta das classificações, luta para impor esta ou aquela maneira de recortar esse espaço, para unificar ou dividir, etc., que se definem as aproximações reais.”

O pertencimento a um grupo, produzido muitas vezes pela alquimia das trocas, das ações solidárias entre as pessoas, possibilita a construção de redes sociais, onde as pessoas mantêm ligações mais ou menos fortes entre si⁷. Ao desenvolver o conceito de capital social, BOURDIEU (2001a, p. 68) enfatiza a importância da consolidação das redes de ligação no processo de fortalecimento do capital social tanto dos indivíduos quanto dos grupos e das instituições, ou seja:

A rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos). [...] A troca transforma as coisas trocadas em signos de reconhecimento e, mediante o reconhecimento mútuo e o reconhecimento da inclusão no grupo que ela implica, produz o grupo e determina ao mesmo tempo os seus limites (...).

⁷ Outra leitura de capital social é aquela produzida por Putnam, onde se incorpora a idéia de confiança ao conceito de capital social, recuperando elaborações de COLEMAN (1990), para quem o capital social é descrito pelo recurso de indivíduos que emerge de seus laços sociais, laços de confiança, na constituição de redes sociais. Neste sentido, então, “Capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas: ‘Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento’.” (PUTNAM, 2000, p. 177)

Desenvolve ainda algumas regras de vínculo aos grupos, asseverando que “cada membro do grupo encontra-se assim instituído como guardião dos limites do grupo, pelo fato de que a definição de critérios de entrada no grupo está em cada nova inclusão, um novo membro poderia modificar o grupo mudando os limites da troca legítima por uma forma qualquer de ‘casamento desigual’.”

Enfim, parafraseando BOURDIEU (1983a, p. 127), o capital social potencializa os indivíduos ou grupos no processo de efetivação do poder constituído em determinado(s) campo(s), podendo ser re-convertido em outras espécies de capital – inclusive capital econômico, cultural e simbólico. Portanto, este poder constituído pode sofrer influências diretas ou indiretas das redes de ligações entre os indivíduos e grupos através da construção de relações de reconhecimento mútuo.

Pode-se perceber, então, a importância desse conceito no âmbito dessa pesquisa, não somente como referencial para elaborações teóricas, mas principalmente com respeito ao debate sobre desenvolvimento e políticas públicas, isto é, para analisar os diversos aspectos da sociedade. Nesta perspectiva, NASCIMENTO (2000, p. 5) afirma que capital social:

Significa certas características da organização social como laços, regras, sistemas e redes de sociabilidade, através das quais enfatizamos o papel da sociedade civil em gerar mudanças institucionais [...]. Ao incorporarmos à discussão sobre desenvolvimento sustentável a idéia de Capital Social, buscamos sugerir uma "ponte analítica" que evidencie a relação entre oportunidades de desenvolvimento e a capacidade da sociedade civil de gerar escala de organização, como condição basilar para se almejar uma sustentabilidade dinâmica do território.

Contribuindo com a discussão de inserção do conceito de capital social no debate sobre a construção de desenvolvimento, ABRAMOVAY (2000, p. 4) afirma que a “noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor.”

O capital social, além de ser um instrumento teórico na análise dos processos de desenvolvimento, apresenta-se como fator importante nas dinâmicas de construção de políticas públicas. Segundo LIMA (2001, p. 51-52):

O *capital social* na sociedade estaria presente também nas redes que se estabelecem nos movimentos sociais e não apenas entre os indivíduos. Estas redes possibilitariam maior pressão por políticas públicas e por seus resultados, o que levaria ao estabelecimento de regras mais claras no funcionamento do aparelho do Estado e ao estabelecimento de relações de *confiança* entre os atores envolvidos. A participação resultante desse processo se constituiria num elemento fortalecedor das instituições sociais presentes na sociedade civil.

Estas possíveis conexões analíticas entre o capital social e os processos de disputa e proposição de políticas públicas tornam-se cada vez mais evidente em nossa sociedade e, também, nas ligações de forças sociais que interagem nos processos de desenvolvimento. Assim, estes conceitos colaboram para visualizar a maneira pela qual estas conexões são estabelecidas e quais atores estão envolvidos, e permite perceber até quanto estas redes sociais (expressa pelo capital social e capital simbólico) influenciam na efetivação das políticas públicas e no desenvolvimento da sociedade.

1.3- Campo de Representação: uma perspectiva de análise da construção de novas práticas e de um novo *habitus* no sindicalismo e na agricultura familiar

Bourdieu, ao desenvolver esses conceitos, além de desenvolver instrumentos de análise sociológica, permite vislumbrar melhor a realidade e construir diversas considerações sobre as relações sociais estabelecidas dentro dos mais variados campos.

Nesta pesquisa pretende-se investigar de que maneira a FETRAF manifesta um novo sindicalismo. E, como uma das hipóteses formuladas busca-se saber se a nova estrutura e as ações estratégicas da Federação demonstram transformações no campo sindical e se, em caso positivo, onde se evidenciam mudanças em suas práticas propiciadas por um novo *habitus* sindical. Agrega-se a esta questão a configuração de um campo de representação da agricultura familiar onde a Federação se reconhece como *ator* de representação dos agricultores familiares.

Nesta perspectiva, pode-se entender que o referencial teórico bourdianiano é de grande importância, visto seu potencial analítico e propositivo, principalmente quando se abordam possibilidades de um campo sindical – enquanto elaboração teórica e de interpretação das relações sociais mantidas no universo da agricultura familiar.

Ao discutir o campo político e o efeito das homologias, BOURDIEU (2001, p. 154) expressa que “seria preciso analisar os interesses específicos que os mandatários devem à sua posição no campo político e no sub-campo do partido ou do sindicato e mostrar todos os efeitos ‘teóricos’ por eles determinados”. O sindicato, assim como alguns outros espaços, apresentam-se para Bourdieu como um sub-campo do campo político. E, este campo sindical, por sua vez, traz características genéricas do campo político e, também, apresenta características próprias de sua organização enquanto um sub-campo político.

Na citação anterior, destaca-se a figura do mandatário (mesmo que dominante do campo), que busca preservar sua posição através do capital acumulado (social e simbólico,

dentre outros), garantindo sua representatividade perante um grupo determinado, ou, um campo determinado. Neste sentido, BOURDIEU (2001, p. 157) acrescenta que:

Para estabelecer como se constitui e se institui o poder de constituição e de instituição que o porta-voz autorizado – chefe de partido ou de sindicato, por exemplo – detém, não basta explicar os interesses específicos dos teóricos ou dos porta-vozes e as afinidades estruturais que os ligam ao seus mandantes; é preciso ainda analisar a lógica do processo de instituição, geralmente percebido e descrito como processo de delegação, pelo qual o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo.

Dessa maneira, o direito de falar em nome de um grupo é dado, muitas vezes, àquele que exerce o ato de falar pelo grupo, tornando-se assim porta-voz do grupo. Define-se, por exemplo, o processo pelo qual os representantes de um grupo obtém autoridade de representação, muito em virtude de deterem características das quais o restante do grupo está desprovido. “A especialização no exercício das responsabilidades, reforça sem cessar os dirigentes em sua posição de representantes, pois em direção a eles é que se dirigem os microfones e as câmeras para recolher sua visão do conjunto, dos problemas, por oposição aos agricultores de base reduzidos a testemunha” (MARESCA, 1983, p. 235).

Lembra-se que falar de campo sindical (ou campo de representação da agricultura familiar) não é algo novo, pois, por exemplo, em estudo sobre o campo das representações do campesinato, a partir de referenciais teóricos bourdianianos, Sylvain MARESCA (1983, p. 27), em sua obra “*Os dirigentes camponeses*”, busca “caracterizar os ‘trunfos mobilizados’ dos dirigentes nacionais (na França) e melhor compreender, ao mesmo tempo, a natureza das disposições que os preparariam a tornar-se especialistas da representação e o tipo de representação, com o qual eles se fizeram especialistas”. Com esta pretensão, necessariamente, ele descreve as práticas consolidadas no interior do campo sindical, possibilitando pensar no *habitus* sindical de uma possível profissionalização do dirigente sindical.

Neste estudo, MARESCA (1983, p. 235) afirma que “a ambivalência dos julgamentos trazidos pela base sobre seus dirigentes é o produto das condições nas quais se desenvolvem as carreiras dos porta vozes, o distanciamento que as caracteriza, o distanciamento espacial, cultural, social, introduz uma ruptura sensível com uma realidade social dos agricultores, assim representados”. Discutindo, portanto, características deste dirigente, que torna-se porta-voz, pode-se antever que o discurso é construído a partir de bases éticas, mas, nem por isso, demonstram relações diretas com aqueles que são representados. Assim, ao falar das motivações do dirigente sindical, de sua dedicação, MARESCA (1983, p. 83) avalia:

O que não foi frequentemente senão uma série cronológica de atos ajustados a urgências é retraduzido sob a forma de uma estratégia coerente ou de uma seqüência de acasos, mas sempre a serviço de uma intenção, de uma motivação geralmente ética, de uma vocação. De outro lado, a dedicação é constitutiva do mandato dos representantes profissionais, já que por definição eles têm o mandato para agir em serviço de sua profissão. As organizações agrícolas fornecem, então, a seus dirigentes cargos de responsabilidade, mas também uma retórica de legitimação sobre os fundamentos éticos da ação profissional. A entrevista conduz tanto mais freqüentemente ao registro deste discurso do aparelho quanto a esta situação oficializada de estatuto de homem público e de porta-voz. Mas, a obtenção de sucesso dos dirigentes decorre em particular de sua capacidade em se apropriar de um tal discurso, a inspira-lo e a impô-lo como o melhor adaptado, para justificar sua posição como representante dos camponeses, esta conformidade ao discurso revela geralmente mais que uma representação, uma adesão ética.

Os dirigentes, estabelecidos como porta-vozes, deveriam construir seus mandatos a partir dos interesses de seus representados, mas, muitas vezes, acabam privilegiando os seus interesses pessoais. Existe um processo de contradição entre os interesses do representante e os interesses dos representados. Não obstante, esses porta-vozes, ao buscar bem representar o campo, expressam em suas funções uma postura de dedicação e, por conseqüência, incutem muitas vezes a necessidade de qualificação. O interesse em se manter como representante pode gerar o anseio em construir uma carreira – a profissionalização da representação sindical.

Quando se percebe um maior ou menor controle dos mandatários em relação aos seus mandantes e, também, observa-se uma maior ou menor distância entre eles, é possível avaliar o grau de interação e legitimidade da representação. Assim, podem ser definidas as relações de representatividade e poder de mobilização de uma organização no universo do campo em questão. Segundo MARESCA (1983, p. 236):

Se o direito de falar em nome do campesinato é desigualmente repartido segundo os níveis de responsabilidade, ele é igualmente distribuído segundo as posições no espaço das organizações agrícolas. O sindicalismo dominante adquire uma preeminência no campo da representação profissional, seja porque as outras grandes organizações estão numa posição dominada, seja porque elas não situam sua ação exatamente no mesmo campo e agem se calando, ao mesmo tempo se acomodando ao discurso sindical.

Desta forma, constrói-se a hipótese de que “as oposições ou mesmo os conflitos entre as grandes organizações nacionais se fundam em parte sobre a concorrência entre diferentes maneiras de defender os interesses camponeses, pela imposição de uma modo legítimo de representação” (MARESCA, 1983, p. 27). Estas diversas formas de representação, nesta pesquisa, definem o campo de representação da agricultura familiar, onde a FETRAF, juntamente a outras entidades (por exemplo, a CRESOL, cooperativas e associações de agricultores familiares, assim como, ONG’s de assessoria técnica e política), constrói

referências para atuar como porta-vozes. Este campo de representação extrapola as estruturas sindicais, mas o que caracteriza a Federação é seu caráter sindical.

O sindicalismo, abordado de uma forma mais genérica, caracteriza-se por um processo de representação de classes e/ou categorias, as quais definem ou são definidas por um grupo de lideranças. As lideranças de um determinado movimento sindical podem apresentar características as mais diversas possíveis. Porém, existe sempre um poder em jogo, posições mais ou menos flexíveis no interior deste espaço de organização, enquanto um espaço político. Ou seja, “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”. E, continua dizendo: “o porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em um grupo, põe, subrepticamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo o ato de nomeação”. Por reflexão, Bourdieu alerta: “é por isso que é preciso proceder a uma crítica da razão política, intrinsecamente dada a abusos de linguagem que são abusos de poder, se se quer pôr a questão pela qual toda a sociologia deveria começar, a saber, a da existência e do modo da existência dos coletivos” (BOURDIEU, 2001, p. 159).

É preciso perceber que ao falar de campo sindical, não se pode desconsiderar suas características políticas, mas, deve-se entender este espaço do sindicalismo como um sub-campo do campo político. Desta forma, o campo sindical pode ser percebido também como um espaço onde existem diversos agentes, que se posicionam ortodoxa ou heterodoxamente, em virtude de seus interesses e, principalmente, do *quantum* social acumulado por cada um deles.

Nesta perspectiva, repensando as práticas desenvolvidas no interior de um campo específico, com o intuito de manter-se no poder ou acessá-lo, BOURDIEU (2001b, p. 224-225) lembra que:

Cada agente possui um conhecimento prático corporal, de sua posição no espaço social (...) um *sentido de seu lugar* (atual e potencial), convertido num *sentido de localização* que comanda sua experiência do lugar ocupado, definido absolutamente e, sobretudo, em termos relativos como nível hierárquico, bem como as condutas a serem mantidas a fim de mantê-lo (“manter seu lugar”) e de nele se manter (“ficar em seu lugar” etc.). O conhecimento prático proporcionado por esse sentido da posição assume a forma da emoção (mal-estar daquele que se sente deslocado, ou desembaraço associado ao sentimento de estar em seu lugar), a qual se exprime por condutas como a de evitar ou por meio de ajustamentos inconscientes das práticas.

O campo de representação é configurado pelos conflitos construídos a partir dos interesses de seus integrantes, definindo-se disputas pelos espaços políticos em seu interior e entendendo suas estratégias. Estas disputas acabam manifestando posições relacionadas à

doxa, através de posturas ortodoxas ou heterodoxas. Para isto, os dirigentes constroem estratégias de consolidação de suas entidades, assim como, estão imbricadas nestas estratégias os projetos individuais. A perspectiva de transformação do campo passa pela efetivação das estratégias, mas, também, as práticas que explicitam ações inovadoras influenciam na definição de novas estratégias⁸.

Na análise de MARESCA (1983, p. 237-238) sobre a juventude rural, ele caracteriza o sindicalismo dos jovens agricultores na França como uma mobilização de caráter provisório, transitório. Identifica-se neste universo da juventude fortes traços de uma heterodoxia, contrapondo-se aos dirigentes mais experientes e/ou antigos (ortodoxia), favorecendo assim um ambiente de conflitos e disputa. No entanto, ao buscar assegurar um futuro na profissão (dirigente sindical), será necessário acumular um “capital de representação profissional”. Por um lado, existem aqueles jovens que nada mobilizam durante um mandato em uma entidade de representação juvenil. Por outro lado, existem aqueles que, por ambição de estar na instituição, fazem da sua própria entrada nela a demonstração de sua competência. Estes jovens acumulam experiência, conhecimento e relações, buscando ampliar os espaços de acesso ao sindicato, principalmente, assumindo novas responsabilidades e/ou assegurando espaços de poder mesmo antes de sair da entidade juvenil.

Assim sendo, nem sempre estão garantidas transformações de um *habitus* no interior de um determinado campo (neste caso, campo de representação sindical), pois as práticas não foram necessariamente inovadas – a juventude, por si só, não possibilita a hegemonia dos grupos heterodoxos, principalmente se a experiência e o conhecimento do jovem sindicalista estiver alicerçado nos princípios tradicionais de representação. O capital acumulado pelos jovens dirigentes manifesta, muitas vezes, características do que seria considerado velho.

Entende-se que o campo sindical é uma possibilidade teórica para a análise destas organizações dos trabalhadores, no caso, agricultores familiares. E, também, das suas relações

⁸ Sobre as estratégias, BOURDIEU (1983a, p. 195) ao referir-se não só à “greve e a ação política”, mas também as várias lutas dos agricultores familiares, afirma: “o específico das estratégias dos trabalhadores é que elas só são eficazes se são coletivas, portanto conscientes e metódicas, isto é, mediatizadas por uma organização encarregada de definir os objetivos e organizar a luta”. E, continua: “tendo estabelecido o sistema determinante da estrutura da relação de forças, seria preciso enfim estabelecer os fatores próprios para reforçar ou enfraquecer a ação destes fatores. Seja, por exemplo,(...) a experiência das lutas anteriores que, entre os dominantes, favorece o desenvolvimento dos métodos de manipulação e da arte das concessões e, entre os dominados, o domínio dos métodos proletários de luta (com uma tendência correlativa à ritualização das estratégias); o grau de homogeneidade da classe operária; as condições de trabalho etc. Em cada conjuntura histórica, é o conjunto destes fatores (que por sinal não são independentes) que varia, definindo o estado da relação de forças e através disto, as estratégias que visam transformá-lo”.

sócio-políticas com outras organizações dentro do campo político e inter-campos – definindo-se um campo de representação da agricultura familiar.

Não se teve a pretensão aqui, por sua vez, de aprofundar tal análise, e sim de apontar algumas possibilidades dessas relações entre os conceitos desenvolvidos por Bourdieu e algumas temáticas desta pesquisa, como agricultura familiar, sindicalismo, desenvolvimento sustentável e solidário e políticas públicas. Feito isso, ficam claras as questões a serem respondidas: Qual a importância da análise do capital simbólico e do capital social no reconhecimento da representação dos dirigentes da Federação? Como é possível desenvolver uma análise das qualificações da Federação no campo sindical e no campo de representação da agricultura familiar? Quais práticas são produzidas no campo sindical que possibilitam o desenvolvimento sustentável e solidário? Os espaços sociais vinculados aos campos político-sindicais estão sendo mobilizados no intuito de participar e propor políticas públicas voltadas para a agricultura familiar? De que forma isto acontece?

CAPÍTULO 2

O sindicalismo cutista e os rurais da CUT: perspectivas de organização e alternativa sindical

Qualquer sistema de representação necessita, por conseguinte, atualizar permanentemente a história comum de que é o depositário para ter poder de mobilização. Somente com a manutenção da identidade política entre os seus membros é que uma instituição logra transformar uma pluralidade de demandas específicas dos representados em uma agenda política a ser encaminhada a partir de uma ação coletiva. O sistema de representação, para se perpetuar, opera nestes limites políticos: funda-se numa história com objetivos comuns e garante apoio e legitimidade conforme sua capacidade de oferecer respostas aos interesses específicos de seus membros. (RICCI, 1999)

O sindicalismo no Brasil não se resume à trajetória histórica da CUT. Muito pelo contrário, a Central Única dos Trabalhadores, fundada em 1983, busca justamente criar e caracterizar uma nova proposta de sindicalismo. Por sua vez, torna-se necessário falar o que representava o sindicalismo e como ele era visto até o nascer dos anos 80, ou seja, quais são as origens do sindicalismo no Brasil e quais são suas características principais.

2.1- O sindicalismo corporativista: uma herança varguista

Fazendo um breve resgate da trajetória do sindicalismo no Brasil, pode-se identificar o seu surgimento, mesmo proibido na Constituição de 1824 no período do Brasil-Império, das chamadas Sociedades Mutualistas e no Sindicato Operário (ANTUNES, 1992). Contudo, somente com os movimentos de resistência, durante a Primeira República, é que transparecem e nascem três tipos de sindicatos: Associações Profissionais (conhecidas também como “união operária” ou “liga operária”), Sindicalismo por Ofício (reunindo operários de um determinado ofício) e Sindicato por Indústria (ou ramos de atividades, principalmente onde o sindicalismo de ofício não era forte)⁹. Legalmente estas entidades deviam seguir o Decreto nº 1.637 (legislação sindical da Primeira República), de 1907, gerando várias restrições, por exemplo, a impossibilidade de associações pluriprofissionais, permitindo somente o agrupamento de

⁹ Entende-se por ramo a organização sindical estabelecida dentro de uma empresa ou indústria, agrupando muitas vezes trabalhadores de diversas áreas profissionais. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) considera ramo os agrupamentos de trabalhadores que caracterizam um setor produtivo, por exemplo: ramo dos metalúrgicos, ramo dos profissionais da educação, ramo da construção civil, ramo da alimentação, ramo dos rurais (que será subdividido em agricultores familiares e assalariados rurais – este item será abordado no capítulo 3) e, assim por diante. Esta é uma terminologia muito utilizada no interior do campo sindical, e que, por isso não deve ser entendida enquanto uma categoria sociológica.

ofícios similares em um mesmo sindicato; além disso, a associação em organizações sindicais só era permitida para brasileiros ou estrangeiros com mais de 5 anos morando no Brasil¹⁰.

O sindicalismo durante o período da Primeira República organizou-se a partir de três principais correntes ideológicas: o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Estas correntes efetivam, assim, características importantes do perfil do movimento sindical da época.

Os socialistas, fundamentados em um socialismo eclético (a partir de círculos e partidos de orientação socialistas) e buscando resgatar os ideários da Segunda Internacional, defendiam um programa de reformas, onde deveria estar contemplado: o voto secreto e a ampliação do direito de voto, a revogabilidade dos mandatos, a jornada de 8 horas de trabalho, a criação de tribunais arbitrais entre patrões e empregados, a restrição ao trabalho noturno e o direito à greve. Estes processos deveriam ser garantidos por meio de pressões e eleição de representantes dos trabalhadores. Em virtude da fragmentação das lideranças em função das disputas pessoais e políticas submetidas às lógicas locais, ocorreram poucos avanços na organização dos trabalhadores a partir deste ideário socialista.

Os anarquistas se caracterizam por uma ideologia antiestatista: buscando o federalismo, recusam a luta político-parlamentar e fundamentam-se no anticlericalismo e na rejeição de qualquer opressão sobre o indivíduo. O anarquismo no Brasil baseou-se em duas correntes: a maioria seguia as posições do russo Kropotkin e do italiano Malatesta, da corrente anarco-comunista e, a minoria seguiam a corrente do alemão Max Stirner. A diferença entre as duas correntes residia na maneira de encarar a ação anarquista e a transformação social, que para os anarco-comunistas seria coletiva e, para os demais, individual. Ambas correntes foram referências na ação sindical (BATALHA, 2000). Os anarco-sindicalistas, conforme descreve ANTUNES (1992, p. 36), privilegiavam a “luta dentro da fábrica através da ação direta”. Esta tendência “repudiava ainda a constituição de um partido para a classe operária e via nos sindicatos o modelo de organização para a sociedade anarquista”.

Sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1922, o sindicalismo consolida uma outra corrente ideológica no movimento operário. Defendiam uma organização centralizada e nacional, distinguindo-se dos socialistas e anarquistas. Acreditavam na mudança revolucionária, mas não renunciavam aos processos de participação nas negociações sindicais, buscando ganhos a curto prazo para os operários. A ligação orgânica com a

¹⁰ É importante salientar que os marcos legais do movimento sindical desse período, além da previsão constitucional (de 1889) que determinava o direito a todos de se associarem e se reunirem livremente, foram os decretos nº 979, de 1903, dispondo sobre os sindicatos rurais, e o nº 1.637 (já citado), de 1907, dispondo sobre os sindicatos urbanos.

Internacional Comunista definia uma política sindical de disputa sobre o controle dos sindicatos existentes e sob o domínio de outras correntes. Com isso, abdicavam da idéia de unidade sindical por ramo e assumiam o sindicato por categoria. Apesar de adotar uma política agressiva de conquista dos sindicatos, os comunistas fizeram várias alianças, como por exemplo, com o sindicalismo cooperativista. Esta corrente do sindicalismo sofria influência do positivismo, e teve pouca expressão na história do sindicalismo brasileiro, a não ser pela sua aliança em 1923 com o nascente PCB, propiciando aos comunistas um instrumento de propaganda, qual seja, uma coluna no jornal diário *O Paiz* (BATALHA, 2000).

Mesmo com o processo de organização sindical dos trabalhadores de forma plural durante o período da primeira República, no qual já se identificava algumas características futuras do sindicalismo legal, foi somente durante o governo de Getúlio Vargas que se instituiu a primeira “lei de sindicalização” no país, através do decreto lei 19.770, de março de 1931. Esta legislação atrelava as estruturas sindicais, de caráter essencialmente corporativista, ao Estado, instituindo “a unidade sindical e a obrigatoriedade do reconhecimento do sindicato por parte das autoridades públicas” (RODRIGUES, 1990). Este modelo tem sua forma histórica efetivada com a promulgação em 1943 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no governo varguista do Estado Novo (1937-1945).

Com o intuito de agregar as diversas normatizações vinculadas ao mundo do trabalho, a CLT, mesmo sendo decretada em 1º maio, entrou em vigor somente em 10 de novembro (comemoração ao golpe que institui o Estado Novo), e tornou-se o principal referencial para o sindicalismo concebido e, também, fazendo do sindicalismo uma extensão do Estado e submetido às regras estabelecidas por ele.

A CLT revela a “ideologia dessa estrutura sindical”, conforme análise de GIANNOTTI (1992, p. 79), sendo que a lei explicita estas características de submissão ao Estado. Giannotti destaca que, no texto da lei (título V) afirma-se: “Art. 513 – São deveres dos Sindicatos: d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal” e “Art. 518 – Os estatutos deverão conter: e) a afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse estadual”.

Por sua vez, a CLT ressalta o discurso varguista de que as classes trabalhistas deveriam abandonar o princípio da luta de classes, fortalecendo a idéia de conciliação entre as classes e harmonia entre capital e trabalho. A concepção corporativista de sindicalismo está

focada no processo de colaboração com os poderes públicos e o grande Capital, em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

Na verdade, a legislação que rege o sindicalismo brasileiro, construída durante o governo Vargas, define questões relacionadas às formas de organização dos trabalhadores, inibindo a construção da diversidade e potencializando uma falsa harmonia. Nas palavras de RODRIGUES (1990, p. 60),

A unicidade sindical e o monopólio da representação imposta pelo Estado, o qual estabelece as bases do modo de organização das associações profissionais de empregados e patrões, constituem dois componentes essenciais do sistema corporativo de representação de interesses. Além deles, caberia mencionar a concepção doutrinária que presidiu a criação da estrutura corporativa, fundada na eliminação do conflito e na afirmação da colaboração entre as classes e delas com o Estado. Como afirmava Getúlio Vargas logo após assumir o poder: os sindicatos, “em vez de atuarem como força negativa e hostil ao poder público”, deveriam “tornar-se, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado”.

Nesta perspectiva foi consolidado no Brasil um modelo sindical corporativista, cujas principais características poderiam ser identificadas da seguinte maneira: atrelamento estatal, assistencialismo, estrutura vertical, enquadramento sindical e contribuição sindical compulsória. No entanto, antes de explicitar estas características do modelo sindical corporativista, será feita a definição do que se entende por corporativismo. Para tanto, serão buscadas as explicações de ALMEIDA (1996, p. 133-134):

O termo corporativismo foi incorporado à nossa linguagem política corrente com um sentido demasiadamente amplo e uma inequívoca conotação pejorativa. Por essa razão, cumpre defini-lo com maior precisão. Com Schmitter (1974), entendo que “corporativismo pode ser definido como um sistema de intermediação de interesses no qual as unidades constitutivas são organizadas em um número limitado de categorias singulares, de pertencimento compulsório, não competitiva, ordenadas hierarquicamente e diferenciadas funcionalmente e que são reconhecidas ou autorizadas (quando não criadas pelo Estado que lhes confere monopólio de representação de suas respectivas categorias) em troca da observância de algum controle na seleção das lideranças e na articulação de apoios e demandas”.

Assim, as características do modelo sindical corporativista podem ser traduzidas da seguinte forma: o sindicato oficial era atrelado ao Estado, estando submetido ao controle do Ministério do Trabalho, que definia a base territorial (municipal, estadual ou nacional), enquadrava a categoria profissional e limitava suas ações organizando seus estatutos, seu funcionamento e suas atribuições. Tornou-se forte o monopólio de representação sindical dos interesses dos trabalhadores, efetivando princípios de intermediação, alocação de recursos e controle social, expressando muitas vezes interesses restritos de seus dirigentes. Existia uma grande pulverização no formato organizacional das categorias, ramos e/ou profissões,

potencializando a consolidação da unicidade sindical num modelo verticalizado de organização.

Esta estrutura vertical, atrelando os sindicatos às federações e confederações por categoria, impedia os trabalhadores de buscar uma organização inter-categoria, tanto local quanto estadual e nacional, construindo assim um modelo sindical diluído, ou seja, com uma menor concentração da organização sindical. Este modelo vertical também assegura o monopólio de representação da categoria, fortalecendo o sindicato único. Aliado a este caráter vertical, era o Ministério que, a partir de critérios corporativistas, definia a qual categoria um trabalhador estaria atrelado, permitindo muitas vezes uma multiplicação de sindicatos dentro de uma mesma empresa, dificultando ações articuladas e conjuntas dos trabalhadores de uma mesma base territorial.

A CLT, através do artigo 592, conferia ao sindicato um caráter assistencialista pois, em função do imposto sindical, cabia às estruturas sindicais oficiais estabelecerem uma série de serviços aos associados como, por exemplo, assistência médica, dentária, previdenciária, jurídica etc., tornando o sindicato uma extensão do Estado. Esta postura dos sindicatos criava um processo de dependência dos trabalhadores e, por conseqüência, desvinculava estes serviços enquanto obrigações do Estado. Cria-se assim um forte sentimento clientelista com relação ao sindicato.

Como indicado anteriormente, existia nesse modelo sindical corporativista a contribuição sindical (ou imposto sindical), que era obrigatória para todos trabalhadores de carteira assinada. A contribuição sindical era um desconto obrigatório e automático, sendo repartido entre as instâncias verticais da estrutura sindical, incluindo aí o Ministério do Trabalho. Entretanto, a contribuição sindical não implicava o vínculo do trabalhador com o sindicato da categoria.

Portanto, pode-se afirmar que a estrutura sindical brasileira, reconhecida por alguns como sindicato de Estado ou velho sindicalismo, consolidou um modelo que praticamente exclui o trabalhador da gestão de sua entidade de representação. Assim, BOITO Jr. (1991, p. 39), ao discutir os efeitos da estrutura sindical, conclui:

A investidura sindical, a unicidade sindical e as contribuições sindicais obrigatórias por força de lei geram um *aparelho sindical* integrado ao Estado e separado dos trabalhadores. Essa separação caracteriza-se pela impossibilidade de os trabalhadores deliberarem sobre questões de organização referentes ao aparelho sindical. Não decidem qual o organismo sindical que os representa, não são responsáveis e não controlam as suas finanças e não podem estabelecer livremente as normas que regem o funcionamento do aparelho sindical. [...] São, na verdade (...) um aparelho sindical cuja representatividade e recursos materiais são uma outorga do Estado.

Não somente em virtude da CLT, mas também pelas características de extremo controle do Estado durante o período de regime militar (1964-1984), consolida-se no país um modelo sindical corporativista, denominado de velho sindicalismo. Neste período, é resgatado com força os princípios históricos da legalidade sindical, através do discurso da “paz social” e da “negação da luta de classes”, efetivando a partir de novos instrumentos legais o papel “pêlego” do sindicato, resumido a mero instrumento entre o Estado e a classe trabalhadora. A Lei 4.330, de junho de 1964, é um dos exemplos desses instrumentos de inibição da organização dos trabalhadores, proibindo o direito de greve (ANTUNES, 1992). Neste momento torna-se comum a caça às lideranças sindicais que não se enquadraram na política rígida da ditadura militar, construindo um clima de medo e/ou clandestinidade dos movimentos de organização dos trabalhadores.

O sindicalismo no Brasil, por sua vez, não foi representado somente por estas experiências corporativistas, havendo movimentos que buscaram e buscam a construção de um outro modelo sindical.

2.2- O sindicalismo cutista: busca da superação do corporativismo sindical

Não se pode apagar a valiosa experiência dos sindicatos combativos no final da década de 70 e na década de 80, principalmente seu caráter de construção do movimento sindical anti-peleguismo¹¹ e anti-legalista¹², referenciados também como novo sindicalismo, buscando a superação do sindicalismo corporativista. E, com o intuito de caracterizar o que seria este novo sindicalismo, RAMALHO e SANTANA (1999, p. 01), dizem que:

O chamado “sindicalismo combativo”, “autêntico”, se posicionou no interior do movimento sindical em contraposição ao “peleguismo”, ao “oficialismo” das organizações associadas ao Ministério do Trabalho e, portanto, ligadas ao autoritarismo (e ao corporativismo). Enfatizava, acima de tudo, o trabalho político e organizativo realizado “nas bases” [...]. Esta foi a marca que, supostamente, o diferenciava do sindicalismo do passado, ao qual classificava de “cupulista”. Essa oposição funcionou

¹¹ Anti-peleguismo: o que é contrário ao peleguismo, ou seja, combativo. Segundo GIANNOTTI (1992, p. 92), “peleguismo é uma instituição inerente à estrutura sindical varguista. Ele é o resultado de um sindicalismo de conciliação, burocrático, atrelado ao Estado, assistencialista e mantido pelo imposto sindical. Ao mesmo tempo, é um poderoso *instrumento* político para viabilizar essa política oficial. Ele é fruto da estrutura e ao mesmo tempo *semente* para perpetuá-la, reproduzi-la”.

¹² Anti-legalista: o que é contrário ou se opõe aos limites do sindicalismo legalista. Nas palavras de BOITO Jr. (1991, p. 112-113) “o sindicalista legalista não se apega à lei para impedir toda e qualquer forma de ação reivindicativa dos trabalhadores. Sua expectativa não é que o Estado imponha ordem, impedindo a manifestação dos movimentos sociais. O sindicalista legalista apega-se à lei para, segundo espera, compensar a passividade e a debilidade insanáveis que ele próprio atribui, no mais às vezes de maneira implícita, aos trabalhadores. Desconfia das massas, mas acredita piamente na benevolência do Estado. Imagina-o acima das classes sociais e lhe atribui uma função protetora: a de organizar e dirigir a luta sindical dos trabalhadores (...) O sindicalista legalista tem, o que não é senão a outra face do estatismo, verdadeiro *pavor* da liberdade sindical”.

também como um modo de forjar uma nova identidade (daí a ênfase na denominação “novo sindicalismo”), procurando romper radicalmente com as amarras do passado.

No mesmo sentido, ressaltando os aspectos de mudança, ALMEIDA (1983, p. 207-208) relata que “desde seu aparecimento, o *novo sindicalismo* pregara uma nova institucionalidade, com sindicatos libertos do controle social estatal, presentes nos locais de trabalho e contratando diretamente com o patronato, sem intermediários e mediadores governamentais. Pregara, também, um sindicalismo democrático, que permitisse ampla participação de massas”.

Entretanto, não se pode incorrer nos mesmos equívocos de outrora de não perceber as contribuições históricas dos movimentos sociais, especificamente, dos movimentos sindicais de anos anteriores. Pois, como BLASS (1999, p. 45) lembra:

A ênfase excessiva no qualificativo “novo” das práticas sindicais que se espalham pelo País, a partir do final dos anos 70, pode, de um lado, conduzir, parafraseando Thompson, ao menosprezo da persistência das tradições políticas e culturais na formação das classes trabalhadoras no Brasil, apesar das mudanças político-institucionais recentes e da interlocução mais aberta entre os representantes sindicais, operários, patronais e governamentais. De outro, pode desconsiderar as ambigüidades e paradoxos que perpassam a proposta do novo sindicalismo.

Como expressão deste novo sindicalismo, em agosto de 1983, é fundada em São Bernardo dos Campos/SP, durante o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), tendo por característica estatutária ser uma organização classista que visa aglutinar as lutas históricas dos trabalhadores, na qual imperam os princípios democráticos sociais e políticos e os anseios de uma economia distributiva. A defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores é central e básica.

Vale lembrar que a construção histórica do sindicalismo cutista, assim como as experiências alternativas do novo sindicalismo, não implementaram necessariamente práticas inovadoras. COLETTI (1998), que buscou identificar as características do novo sindicalismo no Brasil alerta que o fato de discutir o novo foi importante, mas não suficiente para construir propostas diferenciadas de organização, pois afastar os líderes do peleguismo (e legalismo) não os torna imunes às características e fenômenos da estrutura sindical oficial.

A afirmação de que o movimento sindical do final dos anos 70 e início dos anos 80 representou um sindicalismo combativo pode ser considerada verdadeira. O novo sindicalismo cria a CUT e é por essa via que o novo se manifesta.

Nesta perspectiva, no I Congresso Nacional da CUT (I CONCURT), realizado em agosto de 1984, relatado por RODRIGUES (1990a, p. 10), foi aprovado:

Um conjunto de “princípios” que deveriam nortear a discussão e elaboração de um novo modelo de organização sindical a ser implantado pela CUT em substituição ao modelo corporativo. A nova estrutura deveria ser: *democrática*, de modo a permitir a mais ampla liberdade de discussão e expressão das correntes internas; *classista e de luta*, “combatendo a colaboração de classes e não compactuando com os planos do governo que firam os interesses dos trabalhadores”; *com liberdade e autonomia sindical*, quer dizer, independente com relação à classe patronal, o governo, os partidos políticos, as concepções religiosas e filosóficas; *organizada por ramo de produção*, quer dizer, os trabalhadores, segundo foi votado, “criarão suas formas de organização desde os locais de trabalho até a central sindical, seu órgão máximo. Todos os trabalhadores terão sua organização sindical tanto no setor privado como no setor público a qualquer nível. As assembleias de trabalhadores decidirão sobre seus estatutos, obedecendo aos princípios aqui expostos”. Um *código mínimo de trabalho* substituiria a CLT.

Fica nítida a intenção da efetivação de um novo sindicalismo. Entretanto, ao tomar para si as organizações sindicais tradicionais, o sindicalismo cutista sofreu impactos destas estruturas conservadoras e, muitas vezes, tornou-se também um sindicalismo burocrático. Ao longo dos anos 80 ocorreu grande avanço da base sindical cutista, que organizou várias oposições sindicais e mobilizações, com forte ênfase nas greves. A CUT se apropriou de algumas instâncias da estrutura oficial (incluindo até federações e confederações). Entretanto, não ocorreram grandes avanços na construção de novas referências de organização e estruturação sindical, existindo uma distância entre o discurso e a prática.

E, ao fazer análise sobre mundo do trabalho e o papel do sindicalismo, RODRIGUES (1990a, p. 93) afirma:

Na realidade, consideramos que as características da mão-de-obra, do mercado da força de trabalho e, conseqüentemente, das relações de força entre empresas e classe trabalhadora não são de molde a favorecer a existência de um sindicalismo não só autônomo como livre, fundado exclusiva ou basicamente na capacidade de organização dos próprios trabalhadores. Conseqüentemente, o monopólio da representação, a garantia do recebimento dos recursos compulsoriamente arrecadados da massa de assalariados que integram o mercado formal de trabalho (contribuição sindical), além desse verdadeiro direito de tributação outorgado aos sindicatos oficiais que é a contribuição assistencial, constituem fatores vantajosos para a atuação sindical. É por isso que mesmo as tendências mais radicais e em princípio mais críticas ao corporativismo esforçam-se por se manter nas diretorias dos sindicatos oficiais ... ou conquistá-las quando estão na oposição.

A CUT durante sua trajetória permitiu vários avanços no processo de organização da classe trabalhadora, possibilitando grandes conquistas nos mais diversos ramos sindicais. Por sua vez, estas conquistas representaram limites no processo de construção de novas relações sociais, políticas e econômicas no complexo da sociedade – o discurso socialista ficou em segundo plano, cedendo lugar à luta por condições melhores no mundo do trabalho capitalista. Observa-se que estas mudanças não ocorreram de forma enfática, pois o sindicalismo ainda ficou com as amarras impostas pelo Estado. É o que mostra OLIVEIRA (1998, p.24):

Da mesma maneira, se era forte a tendência de rompimento com o modelo sindical corporativo, a reorganização dos trabalhadores ocorreu por dentro da estrutura sindical oficial, quer por se tratar do único instrumento legal disponível num contexto de exceção, quer pela importância da máquina sindical

na arregimentação dos trabalhadores, quer enfim pelo fato de o sindicato constituir um espaço efetivo de representação dos interesses dos trabalhadores. Ainda que tenha ocorrido uma ruptura parcial com a tradição corporativista, também aí havia uma clara linha de continuidade com as práticas sindicais do passado.

Pouco foi transformado na relação entre capital e trabalho, mesmo com avanços e conquistas promulgadas na Constituição de 1988. Neste aspecto, RODRIGUES (1990, p. 69), diz que “com a Constituição de 1988, os sindicatos adquiriram *autonomia*, mas os trabalhadores não adquiriram *liberdade* de organização”. Evidencia-se na Constituição laços contraditórios, agrupando, por um lado, características de uma concepção “liberal-democrática”, definidas pela garantia ao amplo direito de greve e autonomia das organizações sindicais ante os poderes públicos (a princípio, indicando a superação do atrelamento histórico do sindicato ao Estado) e, por outro lado, características corporativistas, definidas pela unicidade sindical e estrutura verticalizada, que perpetuam a falta da participação efetiva dos trabalhadores.

Retomando um dos princípios fundamentais da CUT, expresso desde sua fundação, a luta pela liberdade e autonomia sindical indica um limite na construção de um novo modelo sindical no Brasil, pois com grandes dificuldades a Central deixa o discurso e busca avançar na efetivação de novas práticas sindicais. É justamente esta a análise feita por BOITO Jr. (1991b, p. 76), questionando a manutenção do sindicalismo de Estado, mesmo pelas instâncias sindicais ditas inovadoras, no caso representadas pela CUT:

Essa central sindical e o novo sindicalismo que esteve na sua origem não primaram, justamente, pela sua oposição à estrutura sindical – oficial – e pela conseqüente defesa da liberdade e autonomia sindicais? Segundo a auto-imagem que esse movimento faz de si próprio, a resposta é sim. Porém, segundo as conclusões que se podem tirar de uma análise cuidadosa dos fatos, a resposta é negativa. A CUT encontra-se, em muitos aspectos fundamentais, integrada à estrutura sindical. Suas ações efetivas, em certos casos, e sua omissão em outros contradizem as declarações de princípio em defesa da liberdade sindical. A relação da CUT com a estrutura sindical não está, contudo, isenta de contradições. Talvez se pudesse falar em uma “integração conflituosa” das lideranças cutistas ao sindicalismo de Estado.

O sindicalismo corporativista é ressaltado e evidenciado nas práticas pouco combativas do novo sindicalismo – divergência entre o discurso e a prática. A CUT, em sua trajetória, conforme analisada por Iram Rodrigues, deixa de lado várias reivindicações históricas no surgimento do novo sindicalismo, fundamentadas principalmente nas críticas à estrutura sindical corporativista. Entretanto, este embate deu lugar a uma acomodação e adaptação a este modelo. Sendo que, “a acomodação a esse modelo se expressa, entre outros aspectos, pela fraca penetração desse sindicalismo nas empresas” (RODRIGUES 1997, p. 239).

Como então continuar a representar o novo sindicalismo? Mas, ao mesmo tempo, de que maneira não esquecer as lutas anteriores e permitir avanços na construção de reais inovações 20 anos depois?

Analisando o novo sindicalismo e, principalmente, percebendo a atual conjuntura, LIMA e ARAÚJO (1999, p.245) consideram que:

O sindicato, como instrumento de representação de uma classe trabalhadora em mutação, ou se transforma ou desaparece, perdido em bandeiras empoeiradas. Para além do **novo sindicalismo**, é necessário uma maturidade sindical que acompanhe as mudanças, garantindo minimamente condições de trabalho dignas à massa de trabalhadores, assalariados ou não, envolvendo-se nas mais distintas relações de trabalho, e deixando de lado um corporativismo restrito que tem como horizonte sua própria extinção.

Seria possível discorrer mais sobre o novo sindicalismo (suas intenções e suas significações nos últimos 20 anos), mas para o intuito dessa pesquisa, o que foi analisado é suficiente. Todavia, busca-se compreender o que é ser novo no movimento sindical atual. Portanto, deve-se entender o novo como alternativo, como superação, e isto numa perspectiva de construção de alternativas organizacionais e estruturais no âmbito do sindicalismo. É necessário re-significar algumas lutas históricas da CUT e do novo sindicalismo como, por exemplo, o fim da unicidade sindical, o fim do imposto sindical, a democratização das estruturas sindicais e a transparência nos processos de gestão, dentre outras. É o que se pretende a seguir, onde será feita uma abordagem mais próxima do sindicalismo no meio rural, possibilitando uma melhor compreensão das dinâmicas de conflito construídas entre o sindicalismo oficial e os rurais da CUT.

2.3- O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais: proximidades e disputas entre o sindicalismo oficial e a CUT

O objeto central desta pesquisa é a discussão sobre a FETRAF, buscando analisar sua inserção na organização sindical e investigar as perspectivas inovadoras de suas práticas sindicais. Para tanto, pretende-se compreender como se deu a construção das organizações sindicais no campo, isto é, resgatar a trajetória histórica e política do sindicalismo rural no Brasil e, em especial, na região Sul, com destaque para a organização do Fórum Sul dos Rurais da CUT.

A luta pela organização dos trabalhadores rurais no Brasil não é possível de ser relatada numa rápida descrição de fatos e datas; pelo contrário, trata-se de um tarefa complexa. Seria necessário falar das revoltas e organização dos escravos, índios ou negros,

durante o período colonial e imperial, da ocupação do território nacional pelos imigrantes europeus, da organização dos camponeses em movimentos sociais e sindicais ao longo do século XX culminando com os processos de ocupação de terra que acirraram a questão fundiária nas últimas décadas e no início deste século. Todos estes momentos deveriam ser tratados com a mesma transparência e grau de importância. Contudo, nesse trabalho, o principal enfoque é a organização sindical e, principalmente, o sindicalismo rural no Sul do país nos últimos vinte anos.

2.3.1- A CONTAG: representantes do sindicalismo oficial

A organização dos trabalhadores rurais no Brasil no período que antecede o golpe militar de 1964 é caracterizada pelas ações das Ligas Camponesas (com maior expressão no nordeste), pela União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB) nas regiões nordeste, centro-oeste e sudeste (com ações também no Paraná), pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul dentre outras ações mais pontuais. A partir dessa forte movimentação política no campo surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963, buscando aglutinar a diversidade de forças até então espalhadas no campo.

Segundo MEDEIROS (1989, p. 79) “a riqueza do período que se encerra com o golpe militar foi enorme. É nele que se desenvolveram as primeiras experiências mais abrangentes de organização dos trabalhadores do campo e em que, através de um complexo processo político, suas reivindicações imediatas se articulam com demandas amplas que colocavam determinadas formas de exercício do poder, das quais o latifúndio era o maior símbolo”. Continuando, lembra que “isso foi produto de uma conjuntura particular, ligada ao desenvolvimentismo, ao populismo, ao crescimento do movimento operário (...)”.

A CONTAG é reconhecida no início de 1964, representando os trabalhadores assalariados rurais, trabalhadores sem terra e lavradores (agricultores familiares), os quais por muitas vezes estavam até então organizados em diversos sindicatos ou associações dentro do mesmo município. Com a legislação sindical pós-64 se multiplicam os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, buscando unificar e definir a base de organização dos trabalhadores no meio rural e, dessa forma, verticalizando o que será reconhecido como Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), onde a CONTAG torna-se o cume deste movimento.

Analisando o modelo sindical adotado neste período, que será caracterizado e assumido pela CONTAG, RICCI (1999, p. 63) descreve que “a estrutura organizativa sindical apoiava-se, basicamente, em quatro princípios: 1) vinculação às agências estatais; 2)

centralização e verticalização organizativa; 3) promoção do assistencialismo; 4) unicidade sindical, na medida em que organizava todos os camponeses pobres numa única comunidade e município”.

Desta forma, a CONTAG vai desenvolver, basicamente, duas frentes de luta: a reforma agrária e as campanhas salariais. A reforma agrária sempre vai ser colocada como umas das principais lutas dos contaguianos desde sua fundação, evidenciando uma preocupação com estrutura fundiária brasileira.

A CONTAG, no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979, deixa bem explícita esta bandeira de luta. Avaliando este evento, MEDEIROS (1989, p. 117) afirma:

A demanda resultante do encontro era de uma reforma agrária ampla (realizada em todo o território nacional), massiva (deveria beneficiar a grande maioria das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra), imediata (com fixação de prazo para o assentamento das famílias beneficiadas) e com a participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde as decisões a nível nacional até o acompanhamento dos projetos, sua execução e fiscalização. Pedia-se, ainda, a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas prioritárias e em áreas já desapropriadas, a discriminação e titulação das terras públicas, com entrega ao legítimo trabalhador rural e a não destinação de áreas às grandes empresas.

Por sua vez, para além da reforma agrária, a CONTAG buscava garantir melhores condições para os trabalhadores assalariados rurais, através da organização das campanhas salariais que foram disseminadas nas diversas regiões do país. Entretanto, é importante frisar que no final da década de 70 e início dos anos 80, firmado principalmente em seu III Congresso, a CONTAG encampa novas lutas – não ficar apenas nos processos reivindicativos, mas também buscar um permanente movimento de mobilização e luta por mudanças significativas no campo.

A CONTAG, no período do regime militar, tornou-se na verdade um movimento sindical legalista e conservador, mesmo discursando por mudanças estruturais na sociedade. Suas ações foram conduzidas a partir dos limites da lei – legalidade determinada pelo Estado. Até então, o MSTR representava o que foi chamado por alguns de “sindicato de estado”. Reforçando esta perspectiva de análise, TARSO (1989, p. 64-65) ressalta:

A prática legalista da Contag caminhou para a montagem de um verdadeiro aparelho burocrático-sindical, baseado numa estrutura vertical poderosa e com recursos suficientes para constituir uma assessoria especializada e politicamente afinada, estabelecendo uma ligação direta entre os sindicatos, as federações e a confederação. O fortalecimento da Contag resultou na consolidação de uma concepção corporativista, cuja unidade sindical é representada pela coesão do próprio movimento social rural em torno dos seus objetivos políticos, onde o sindicato aparece como a única entidade que representa o conjunto do movimento. Desse modo, a confederação significou um entrave para a recuperação das formas independentes de organização e de luta, que marcam a história da resistência dos trabalhadores do campo.

Potencializando esta análise feita anteriormente, e permitindo uma síntese reflexiva sobre o que representou o movimento sindical contaguiano até a década de 80 e, possivelmente, conservado nos anos seguintes, MEDEIROS (1989, p. 213-214) conclui:

Não são poucos os exemplos desse esforço tutelar do Estado sobre os trabalhadores, em especial sobre os do campo: o direito à sindicalização foi permitido dentro dos moldes da legislação sindical corporativista e de origem fascista; a luta pelo direito à terra, que se expressa na bandeira reforma agrária, foi aprisionada dentro de um instrumento legal que tinha por objetivo a empresarialização do campo; a demanda por previdência social foi atendida de forma precária e, mesmo assim, criando condições para que o sindicato se transformasse em entidade assistencial; o recrudescimento da tensão na luta pela terra foi respondido quer com repressão pura e simples, quer por desapropriações pontuais, apaziguadoras, que tratavam cada conflito na sua individualidade, procurando ocultar as condições históricas – um determinado modelo, uma determinada opção de desenvolvimento econômico – que as geraram.

Portanto, torna-se claro que a CONTAG representou o modelo sindical corporativista, buscando manter a tutela estatal sobre a organização dos trabalhadores (via unicidade sindical e contribuição sindical compulsória) através da sustentação do aparelho e burocracia sindical. Nos anos 80, em função do processo de organização de outras forças no mundo sindical brasileiro (ênfase para as mobilizações operárias do ABC paulista de finais dos anos 70) e, também, das oposições sindicais e efervescência de movimentos e organizações não-sindicais no meio rural, começam a serem discutidas e efetivadas novas formas de organização dos trabalhadores rurais no país, questionando a postura verticalizante dos contaguianos. Neste momento, a CUT, ou melhor dizendo, os trabalhadores rurais organizados na CUT, apresentam-se com destaque neste embate para a transformação das lutas no campo.

2.3.2- Os rurais da CUT: o “sindicalismo combativo” no campo

As várias faces da organização dos trabalhadores rurais, identidade unificada e petrificada pelas características e ações da CONTAG nas décadas de 60, 70 e 80, podem ser novamente vislumbradas em sua diversidade posteriormente, isto é, frutificam no meio rural várias manifestações que evidenciam um processo amplo e complexo de luta dos diversos segmentos de trabalhadores rurais. Estes movimentos, nem sempre de caráter sindical, começam a se organizar, na sua maioria, a partir das ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), com forte influência católico-cristã embasada na Teologia da Libertação; sofrem ainda influências das mobilizações mais voltadas para a concretização da reforma agrária – surge neste espaço, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A partir destas frentes organizativas nascem movimentos com lutas melhor orientadas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos

por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Conselho Nacional dos Seringueiros além de diversas associações e cooperativas. Desse modo, os trabalhadores rurais representam um universo bem mais complexo do que aquele incorporado pela CONTAG: pequenos produtores, posseiros, arrendatários, assalariados rurais, extrativistas, povos da floresta, povos indígenas, remanescentes de quilombos, e isso sem considerar a grande diversidade no setor produtivo rural (fumicultores, suinocultores, quebradeiras de coco, produtores de leite, avicultores, etc.).

Com o aparecimento ou fortalecimento destes movimentos tem-se a reestruturação da organização dos trabalhadores rurais, que não mais se sentem representados por uma estrutura sindical que engloba toda esta diversidade em um único bloco, conhecido até o momento como MSTR e representado nacionalmente pela CONTAG.

Neste contexto, no início da década de 80, os contaguianos assumem uma postura destacada junto às organizações sindicais, participando efetivamente da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em agosto de 1981, que tinha como grande meta a criação de uma central sindical no Brasil. Neste momento, a CONTAG posiciona-se contrariamente à participação dos movimentos de oposição sindical ou das entidades pré-sindicais, alegando que estes não eram representativos das instâncias sindical-trabalhistas. Descrevendo o fato, RICCI (1999, p. 175-176) ressalta:

No plenário da CONCLAT, em que estavam presentes 1.104 delegados rurais (21% do total), José Francisco sustentou um forte embate com Lula. O presidente da CONTAG não admitia ouvir que os diretores das instâncias da estrutura sindical vigente fossem pelegos e invocava, como contraponto, sua própria história, construída no confronto com a ditadura e na direção de inúmeras lutas dos trabalhadores. A grande questão em pauta era o sistema de representação e a composição da central sindical a ser criada no ano seguinte. José Francisco, assim como as demais lideranças da Unidade Sindical, defendia a participação das federações e confederações na direção da futura central e a exclusão do paralelismo por parte das oposições sindicais, o que era rejeitado pelas lideranças articuladas a partir do ENTOES¹³.

Dessa forma, no desenrolar da história, a CONTAG não participou da fundação da CUT, declarando não concordar com a participação das oposições sindicais, procurando não legitimar a nova Central. Todavia, isto não significou a ausência dos trabalhadores rurais

¹³ ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1980, reunindo oposições sindicais, comandos de greve, comissões de fábrica, lideranças de base, agrupando trabalhadores urbanos e rurais. O grande objetivo era propor a construção de novas estruturas para o sindicalismo, contrapondo-se a estrutura vigente e, neste aspecto, opunha-se a corrente Unidade Sindical que representava as federações e confederações e toda esta estrutura tida como corporativista. Neste encontro destacam-se algumas lideranças rurais, dentre elas Avelino Ganzer, que fará parte da primeira direção da CUT e consolidará uma trajetória política considerada importante na organização dos rurais na CUT (RODRIGUES, 1991; RICCI, 1999).

(incluindo aqui os agricultores familiares). Ao contrário, os rurais representaram aproximadamente 32% dos delegados inscritos no Congresso Nacional dos Trabalhadores - CONCLAT (MEDEIROS, 1989; RODRIGUES, 1990a), realizado em 1983. Outro fator de relevância neste congresso foi a efetivação de algumas lideranças rurais na composição da primeira direção executiva da CUT¹⁴. Inicia-se o processo de confronto entre os rurais da CUT e os contaguianos.

A partir da configuração estrutural da CUT, proposta no II Congresso Nacional da CUT (II CONCUR), que ocorreu em 1986, no Rio de Janeiro, os rurais ficaram organizados em uma secretaria – Secretaria dos Trabalhadores Rurais. Porém, é importante frisar que os rurais faziam parte de uma central sindical de trabalhadores e, no entanto, parte considerável dentre eles eram de dirigentes rurais – pequenos produtores. Levantou-se por muito tempo em suas instâncias internas questionamentos a respeito da integração destes rurais no universo da central. Enfatizando esta crítica, TARSO (1989, p. 66), justamente ao analisar as pautas e estruturas sindicais dos rurais da CUT, questiona: “cabe à CUT lutar por preços mínimos, organizar a comercialização ou propor uma política agrícola? Qual a diferença entre pequenos proprietários rurais e os pequenos empresários urbanos, como o feirante, o dono de botequim, da oficina, etc.? Seria correto a CUT abranger em sua estrutura o sindicato destes pequenos empresários? Acredito que não, porque neste caso a própria CUT seria obrigada a abrir mão do seu caráter classista.”

Por sua vez, os rurais da CUT construíram e efetivaram seu espaço dentro da Central, consolidando o que posteriormente será identificado como ramo dos rurais, principalmente com a criação do Departamento Rural da CUT, em 1988. O III CONCUR, realizado em Belo Horizonte, em setembro de 1989, decidiu, através de uma reestruturação organizativa, transformar as secretarias em departamentos por ramo, reconhecendo, assim, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), que adquire certa autonomia política, financeira e administrativa. Esta nova estrutura tem a intenção de articular as lutas dos trabalhadores rurais e implementar o sindicalismo combativo e, para tanto, identificam como necessária a criação dos Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais (DETR's).

No I Congresso do DNTR, realizado em São Paulo, em 1990, numa postura de ruptura com a velha estrutura sindical corporativista, é enfatizada a estrutura departamental como

¹⁴ A composição da primeira diretoria executiva da Central Única dos Trabalhadores, configurada por 15 membros, teve a representação de 4 (quatro) rurais; entretanto, ao longo dos anos, esta participação na executiva, em número de integrantes dos rurais, foi deixando de ser tão significativa – em função do fortalecimento e crescimento de outros ramos, que no início da CUT não estavam tão presentes ou não eram tão importantes (RODRIGUES, 1990a).

expressão de organização dos trabalhadores rurais, como meio de consolidar as propostas e princípios da CUT. E, assim, defendem:

O princípio de que o Departamento da CUT deve ter como perspectiva centralizar a intervenção dos sindicatos cutistas orientando politicamente, dando a direção ao movimento, assumindo dessa forma, progressivamente, seu papel dirigente da luta sindical dos trabalhadores rurais. As dificuldades para isso sem dúvida não são pequenas: a CUT ainda não completou seu processo de construção, particularmente no meio rural; os trabalhadores rurais têm muitas diferenciações internas do ponto de vista dos interesses políticos e econômicos; há grandes dificuldades em adquirir uma visão de conjunto da problemática rural do país, devido tanto às distâncias geográficas quanto às especificidades regionais, e tudo isto dificulta a formulação de políticas que efetivamente possam unificar as lutas dos rurais. (DNTR-CUT, 1990, p. 41)

Com a preocupação de fortalecer as lutas dos trabalhadores rurais e, principalmente, desenvolver ações voltadas para as mais diversas dinâmicas de organização destes trabalhadores (diferenças não só regionais, mas também diferenças em setores produtivos do meio rural), o DNTR propôs a construção dos DETR's, para serem uma estrutura paralela ao sindicalismo contaguiano, com ênfase nos processos de organização das oposições sindicais, e na busca de filiação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) à CUT. Os DETR's, para tal, receberiam condições estruturais (sede, funcionários, assessoria) para garantir este trabalho, buscando construir uma proposta sindical diferenciada nos estados.

O DNTR deliberou também em seu I Congresso, para melhor definir o papel dos departamentos estaduais, que estes deveriam incentivar e implementar formas de articulação dos sindicatos de trabalhadores rurais nas CUT's regionais. E, continuam: “defendemos a criação de fóruns unitários em cada CUT regional, com reuniões periódicas reunindo o conjunto dos sindicatos e oposições cutistas com o objetivo de articular nossa intervenção na lutas locais e gerais (...). Queremos destruir a velha estrutura sindical e todas as concepções que ela representa” (DNTR-CUT, 1990, p. 42).

A esta altura, alguns estados já haviam criado suas estruturas verticais de luta em departamentos, como foi o caso do Paraná e Santa Catarina, cujos DETR's haviam sido fundados em 1989. No congresso supracitado estas instâncias passam a ser reconhecidas nacionalmente dentro da CUT, assim como, na região Sul, surge em 1990 o DETR do Rio Grande do Sul e, conforme deliberado no congresso, é organizado e criado o Fórum Sul dos Rurais da CUT.

No entanto, o processo de discussão e construção de propostas para intervenção em relação às estruturas oficiais do MSTR, com ênfase nas Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG's) e confederação (CONTAG) foi abordado neste I Congresso, indicando algumas análises contraditórias.

O DNTR determinou a não participação de nenhuma instância cutista no V Congresso dos Trabalhadores Rurais, a ser realizado em 1991, em função do não cumprimento das resoluções do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (Brasília/1995) por parte da direção da CONTAG. Resgatando o acontecido, em relato de NOVAES (1991, p. 189), esta ação:

Diz respeito à eleição da direção da CONTAG, realizada em 1988 para a gestão 1989-92. Segundo os critérios aprovados no IV Congresso, a eleição deveria ocorrer no Congresso, em Brasília, com um colégio eleitoral de cerca de três mil sindicalistas. Alegando falta de condições financeiras a CONTAG, depois de várias tentativas frustradas de acordos internos e externos, optou pela eleição com urnas nas sedes das Federações. A CUT discordou dessa fórmula alegando desrespeito às Resoluções do IV Congresso. O resultado foi o seguinte: duas Federações, tidas como da área da CUT, Pará e Goiás, não participaram e a chapa única contou com menos de 40% dos votos dos sindicatos existentes.

Entretanto, a posição de não participar no V Congresso da CONTAG será revista pelo DNTR, havendo posteriormente deliberações para buscar acessar as estruturas oficiais, mesmo que para tal fosse necessário o processo de composição com agrupamentos não cutistas. Assim, segundo SCHIMITT (1996, p. 219-220), a definição da CUT em formar:

Juntamente com outras forças, uma chapa de composição para a diretoria da entidade, alterou, sem dúvida, a agenda de prioridades, introduzindo novas variáveis no horizonte de atuação do 'sindicalismo combativo'. A partir dessas deliberações, a construção da estrutura sindical cutista no campo passa a ter uma ligação bastante estreita com o processo de disputa da estrutura oficial, em um jogo cujas regras variam, em grande medida, de Estado para Estado. No caso da Região Sul do Brasil, onde os DETR's se construíram 'por fora da estrutura oficial', enquanto uma organização alternativa à estrutura das Federações, esta decisão acaba se configurando enquanto 'mudança de rumos'.

A estrutura oficial (vigente), representada pela CONTAG e suas federações, torna-se alvo das ações dos rurais da CUT onde, por um lado, efetiva-se a construção de estruturas paralelas (DNTR e DETR's) e, por outro, busca-se conquistar a direção política dessas mesmas estruturas ditas ultrapassadas. Por que seria necessário conquistar espaço em uma estrutura sindical na qual não se acredita e, fundamentalmente, considera-se representante do velho sindicalismo? A resposta a esta questão começa a ser respondida a partir da avaliação das participações dos cutistas na direção destas estruturas oficiais, mas, para isso, é necessário antes compreender de forma objetiva a trajetória dos rurais da CUT na região Sul.

2.3.3- O Fórum Sul e a organização sindical dos rurais da CUT na região Sul

Torna-se necessário compreender os processos de organização sindical na região Sul, mesmo que já tenham sido identificados elementos importantes que efetivaram a criação dos DETR's e do Fórum Sul dos Rurais da CUT. Portanto, será realizada uma leitura histórica

mais aprofundada da dinâmica sindical regional. Assim sendo, na região Sul do Brasil, os movimentos sociais no campo e, também, o movimento sindical dos trabalhadores rurais sofreram processos parecidos com os analisados anteriormente, porém, alguns aspectos da estruturação desta organização identificam um processo regional importante. Nesta perspectiva, SCHIMITT (1996, p.198), descreve que:

Em 1984 começa a estruturar-se, com apoio da CPT, a Articulação Sul, congregando, inicialmente, sindicalistas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e contando, mais adiante também com representantes dos estados de São Paulo e Mato Grosso. A estreita ligação existente nesse momento entre sindicalismo combativo e os demais movimentos tinha, como resultado, a implantação de iniciativas conjuntas tanto no campo das lutas como no campo da formação. A ESMA (Escola Sindical Margarida Alves), por exemplo, ativa nos anos 1986, 1987 e 1988, dedicava-se à formação dos quadros dirigentes que atuavam nas diferentes frentes de luta no meio rural.

Este processo de construção de ações regionais foi possível porque já havia ocorrido, nos estados, lutas sindicais que tornaram viável uma maior articulação sindical, onde se podem ressaltar, por exemplo, as oposições sindicais realizadas no final da década de 70, que culminaram, em 1978, na conquista dos STR's de Erechim/RS, Chapecó/SC e Francisco Beltrão/PR, os quais, com a fundação da CUT, se filiam a esta, e se autodenominam "sindicatos combativos" ou "sindicatos autênticos".

Os movimentos de oposição sindical na região Sul definiram também a articulação dos chamados defensores deste sindicalismo combativo, muito em função da proximidade não somente regional, mas também pela perspectiva adotada por estes movimentos. Desta forma surgem a Coordenação Sindical do Alto Uruguai (COSAU) no Rio Grande do Sul, a Articulação dos Sindicatos Autênticos do Oeste Catarinense em Santa Catarina, e a Oposição Sindical e a Micro 1-A no Sudoeste do Paraná. A partir destes processos são identificados ao longo da década de 80 várias outras experiências não só no campo da organização sindical, mas também extrapolam para a organização dos sem terra, de mulheres, de jovens, de setores produtivos entre outros.

Com o intuito de unificar as lutas por dentro das instâncias cutistas regionais, fortalecendo as estruturas estaduais da CUT, é criado o Fórum Sul dos Rurais da CUT, a partir da articulação dos DETR's da região Sul¹⁵. Através de pesquisa diagnóstica, o Projeto CUT/CONTAG (1998, p. 70), identificou algumas características atribuídas ao Fórum Sul:

¹⁵ Em relatório do Projeto CUT/CONTAG, AGUIAR (1997, p. 15) descreve: "O Fórum Sul está estruturado por uma coordenação que envolve dirigentes dos DETRs dos três estados, um representante da Coordenação Nacional dos Rurais da CUT e um representante da CUT nacional. A coordenação executiva, por sua vez, é composta por 4 dirigentes, tendo um coordenador geral liberado, responsável pela articulação da coordenação e dos DETRs, e um dirigente de cada estado."

“ter um caráter mais permanente, ter um público mais definido (agricultores familiares), ser um espaço e uma instância de elaboração de propostas e de estratégias de luta e, por fim, ser um organismo de direção regional de algumas lutas e atividades”. Desta forma, SILVA e REICH (2002, p. 13), buscando fazer um resgate histórico deste período, enfatizam que:

Num primeiro momento, as lutas emergenciais determinam a agenda do Fórum Sul. Aos poucos, dois processos passam a ser determinantes neste período. De um lado, a dinâmica da nacionalização das lutas. O DNTR, de um instrumento de articulação política inicial, passa a ser um instrumento de articulação de lutas. Simultaneamente, a região Sul levanta a bandeira da luta por crédito diferenciado e inicia o debate sobre a elaboração de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural. Acontece o primeiro Grito da Terra Brasil. Por outro lado, com a realização do II Congresso do DNTR define-se a estratégia de ação visando a conquista e transformação da CONTAG, por dentro. O sindicalismo da região Sul, apesar de resistir inicialmente à proposta, assumiu a sua implementação.

E, como consequência desta luta pela tomada das estruturas oficiais do MSTR, tanto em nível nacional como nos estados, torna-se forte a agenda de discussão da estrutura sindical vigente e as possibilidades de assumir a direção destas entidades. Assim sendo, o cenário de disputa aparece, conforme ressaltam SILVA e REICH (2002, p. 14):

No interior da CUT, passaram a se acirrar os debates sobre o fim da unicidade sindical, pela luta da liberdade e autonomia sindical, juntamente com a polêmica da organicidade sindical na Central. Com as mudanças em nível nacional, incluindo a filiação da CONTAG à CUT, começou a haver um esforço, na região Sul, para conseguir participar das direções das FETAG's (composições). Este esforço traduziu-se em realidade no Rio Grande do Sul e no Paraná. Em Santa Catarina, a conjuntura estadual inviabilizou as negociações (...). Cada Estado passou a seguir uma lógica diferenciada na implementação da estratégia geral definida no Congresso do DNTR. O Rio Grande do Sul compôs na FETAG/RS, mas manteve o DETR. O Paraná compôs na FETAEP/PR e praticamente desestruturou o DETR. Santa Catarina rompeu com a FETAESC e construiu a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAFESC).

O Fórum Sul dos Rurais da CUT, a partir da filiação da CONTAG à CUT e das composições nas direções da FETAG/RS e FETAEP/PR, impulsionou na segunda metade da década de 90 um amplo debate a respeito da estrutura sindical¹⁶. Uma das principais questões levantadas era: como garantir os princípios sindicais cutistas e transformar por dentro o sindicalismo oficial?

Salienta-se que no discurso da CUT sempre existiu uma forte crítica ao MSTR, representado pelas entidades vinculadas à CONTAG, pois estas representavam, em sua maioria, a velha estrutura sindical – denominada de sindicatos pelegos, corporativistas. Neste aspecto, o principal alvo são características dos sindicatos que mantêm uma estrutura

¹⁶ Composição, neste aspecto, é entendida pela conjugação estratégica entre correntes (tendências) sindicais com o principal objetivo de garantir espaços nas direções das federações e dos sindicatos, ou mesmo, na Central ou Confederação. O princípio da proporcionalidade é levado em questão na distribuição de cargos e funções, no processo conjunto desses atores.

assistencialista, fundamentalmente nas áreas da previdência e saúde, através de convênios com o Estado e empresas médicas e odontológicas. Esta estrutura sindical assistencial, além de outras prestações de serviço, proporciona um vínculo com a estrutura estatal, dificultando os processos de organização e luta por parte das lideranças sindicais.

Por sua vez, a partir do momento em que estas estruturas sindicais são conquistadas e dirigidas pelos cutistas, várias contradições entre discurso e prática se fazem presentes. Diversas dificuldades se apresentam nestas gestões, ocorrendo poucos avanços em relação a estrutura sindical, principalmente, na perspectiva de garantir novas práticas sindicais. Um aspecto fundamental, presente desde o início na retórica cutista, diz respeito à liberdade e autonomia sindical, com ênfase no debate sobre a unicidade sindical, onde durante os vinte anos de existência da CUT, poucas experiências concretas foram efetivadas neste campo.

As ações dos rurais da CUT na região Sul, através do Fórum Sul, articuladas às dinâmicas microrregionais, possibilitaram o surgimento de algumas experiências que devem ser destacadas, como a organização de sindicatos de base regional e de agricultores familiares (por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - SINTRAF regional de Pinhalzinho/SC, e o Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - SUTRAF no Alto Uruguai Gaúcho), assim como, a própria criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina (FETRAFESC), em 1997, que estabelece o rompimento com a estrutura oficial representada no Estado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC)¹⁷. Estas várias experiências colocam em xeque o processo legal e representativo das forças do MSTR na região Sul, assim como em outras regiões do Brasil¹⁸.

MEDEIROS faz uma avaliação sobre este assunto, buscando compreender os resultados processados ao longo dos anos 80 e 90, com ênfase na reestruturação das forças sindicais rurais:

O sindicalismo, constituído como sendo de “trabalhadores rurais”, encontra-se hoje fraturado, inclusive através da emergência de algumas formas organizativas próprias, em três grandes segmentos: os “sem-terra”, em grande parte identificados num movimento próprio, que já não se propõe como sindical; os “assalariados”, que já ensaiaram experiências de constituir sindicatos e federações de “empregados

¹⁷ No capítulo 3, serão discutidas estas experiências sobre a regionalização dos sindicatos de trabalhadores rurais ou de trabalhadores na agricultura familiar, assim como, algumas elaborações sobre o conceito de agricultura familiar.

¹⁸ Existem outras experiências no Brasil, expressas, por exemplo, pelo caso dos assalariados rurais no Estado de São Paulo, indicando processo semelhante de ruptura com a estrutura sindical vigente – é o caso da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), fundada em 1989.

rurais”, como é o caso da Feraesp, em São Paulo; e os “agricultores familiares”, que vêm também buscando alternativas de organização, através de sindicatos de fumicultores, de suinocultores, de avicultores e, mais recentemente, da criação da Fetrafesc (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina). (1997, p. 71)

Nesta perspectiva, o Fórum Sul dos Rurais da CUT, mesmo sendo composto pelos DETR´s da região Sul, ao longo dos anos 90 passam a buscar uma organização mais próxima da agricultura familiar, deixando cada vez mais de lado a representação e as lutas dos assalariados rurais. Os assalariados rurais, dentro desta dinâmica, tornam-se apenas um apêndice das ações dos rurais da CUT, tendo destaque somente no DETR-PR, que inicia um processo de pesquisa e assessoria aos sindicatos de base de assalariados rurais. No entanto, a ênfase estratégica do Fórum Sul continua sendo os agricultores familiares, culminando na organização dos Encontros da Agricultura Familiar da Grande Região Sul, a partir de 1997 (em Chapecó/SC).

Esta tendência da organização da agricultura familiar é conjuntamente elaborada a partir do debate sobre a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável para a região Sul, fortalecendo para tal o processo de formação dos dirigentes e lideranças sindicais, assim como a criação de espaços de aproximação com outras organizações do meio rural (associações, cooperativas e ONG´s). A principal intenção do Fórum Sul é dar visibilidade e construir a identidade da agricultura familiar a partir de um fortalecimento estratégico das organizações de base e das estruturas microrregionais do sindicalismo dos agricultores familiares. Dessa forma, durante o III Encontro da Agricultura Familiar, realizado em 1999, em Francisco Beltrão/PR, o Fórum Sul dos Rurais da CUT, em conjunto com outras entidades do setor, forma a Frente Sul da Agricultura Familiar.

A Frente Sul é definida como uma “soma de esforços”, “uma articulação de organização dos(as) agricultores(as) familiares do Sul do Brasil, que busca a construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável, baseado na agricultura familiar” (FRENTE SUL, 1999, p. 1). Dentre os objetivos definidos para esta articulação, ainda na página 1, destaca-se: “construir uma identidade e dar visibilidade à agricultura familiar, aumentando sua força política, econômica e social”. E, também, “ser um instrumento de fortalecimento das organizações dos(as) agricultores(as) familiares, visando um novo projeto de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar”.

Nesta perspectiva, são listadas algumas tarefas fundamentais para a Frente Sul, entre as quais figuram a condução dos processos de luta e o debate sobre a organização da agricultura familiar, além do objetivo de tornar-se *ator* político de representação da

agricultura familiar da região sul. Na composição original da Frente Sul encontravam-se o Fórum Sul dos Rurais da CUT (atualmente, a FETRAF), o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), as cooperativas e associações de produção de agricultores familiares, ONG's da agricultura familiar, sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos de trabalhadores da agricultura familiar e segmentos de igrejas (CPT/PR e PJRO/SC). Todas estas entidades apresentam como característica unificadora o desejo de trabalhar com a agricultura familiar, definindo-se, assim, um campo de representação.

Com a constituição da Frente Sul são delimitados espaços importantes de formação das lideranças dos agricultores familiares e dos dirigentes das entidades representativas, efetivando processos de luta e mobilização. No entanto, no campo sindical, a partir das demandas apresentadas e, principalmente, das dificuldades políticas em construir uma nova proposta no interior das estruturas oficiais vinculadas à CONTAG (o processo de disputa das FETAG's foi descartado), é fundada, em Chapecó/SC, em março de 2001, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, com o intuito de unificar a luta dos trabalhadores da agricultura familiar na região Sul e, como processos anteriores, criando uma estrutura sindical paralela às estruturas oficiais das FETAG's nos três estados do Sul, buscando se constituir como um “novo sindicalismo”¹⁹.

O coordenador-geral da FETRAF naquela ocasião, Dirceu Dresch, expõe o posicionamento da entidade em relação a este novo sindicalismo, afirmando que:

Com a criação da FETRAF/SUL, estamos abrindo o caminho para a construção do diferente [...]. O novo sindicalismo vai surgir, e está surgindo, de iniciativas como esta, que é resultado de uma luta iniciada há mais de 20 anos. A criação da FETRAF/SUL vai permitir acompanhar mais de perto a luta dos agricultores familiares, mas nem de longe vai significar um isolamento em relação aos demais trabalhadores rurais. Somos da CUT, que expressa a luta do conjunto dos trabalhadores brasileiros, do campo e da cidade. (FETRAF, 2001, p. 8)

O discurso do novo sindicalismo da Federação fica claro nas falas de seu coordenador geral. Porém, é importante ressaltar que a FETRAF surge a partir da complexa história de organização dos trabalhadores da agricultura familiar na região Sul, com explícita participação dos rurais da CUT no processo de concepção das alternativas à estrutura sindical oficial. Cabe, agora, indagar: a sua concepção sindical é inovadora? E, o que é o novo e como este novo se manifesta?

¹⁹ A FETRAF foi fundada no 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, realizado de 28 a 30 de março de 2001, em Chapecó (SC). O evento contou com a participação de 3.000 pessoas representando mais de 100 Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar e de Trabalhadores Rurais.

CAPÍTULO 3

A FETRAF: possibilidades de um novo sindicalismo

(...) o passo que vocês estão dando hoje aqui é muito importante. Vocês estão rompendo com um modelo de sindicalismo ultrapassado, porque a Contag não consegue mais dar conta de representar o setor específico dos agricultores familiares. A Federação que vocês estão fundando hoje tem uma enorme importância política e é um grande instrumento de pressão para conseguir uma política agrícola e agrária que atenda aos interesses dos pequenos agricultores e não dos grandes empresários rurais. Eu vou estar sempre junto com vocês nesta luta. (Luís Inácio LULA da Silva²⁰)

A FETRAF apresenta-se à sociedade como uma nova possibilidade da organização sindical, pretendendo avançar na construção de um novo sindicalismo na região Sul e na CUT. Identifica-se aqui um duplo sentido do significado do novo, pois são possíveis inovações em relação ao sindicalismo oficial mas, também, são possíveis inovações em relação ao sindicalismo construído pela CUT.

Para a FETRAF criar a entidade “é mais do que fundar uma nova estrutura sindical. Ela traz consigo pressupostos ousados e inovadores, como a construção de uma estrutura organizativa regional do ramo, orgânica à Central, o rompimento com a unidade sindical, a fusão e regionalização dos sindicatos municipais, a atuação no campo da organização da produção e a atuação no campo das políticas públicas.” (SILVA e REICH, 2002, p. 3-4)

Por sua vez, para perseguir de forma mais precisa o questionamento a respeito da Federação e seu caráter inovador na esfera sindical é importante discutir alguns temas: agricultura familiar como organização social e/ou ramo sindical, a concepção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário; mais ainda, é preciso compreender as possibilidades de inovação no campo sindical e no campo de representação da agricultura familiar estabelecidas pela FETRAF a partir da análise de sua proposta de estrutura sindical e dos seus eixos estratégicos.

3.1- Agricultura familiar: organização social e/ou ramo sindical

Cabe agora pensar um pouco a respeito da agricultura familiar. A agricultura familiar é uma forma social de organização; contudo, na história mais recente do Brasil, passa a ser um

²⁰ Fragmento do discurso do Lula (enquanto presidente de honra do Partido dos Trabalhadores - PT), durante o Congresso de fundação da FETRAF, em março de 2001. Disponível na obra: FETRAF-SUL, 2001, p. 6.

conceito em constante debate, com elaborações do meio acadêmico, das organizações sindicais, e, também, das instituições governamentais para proposição de políticas públicas e/ou outros fins.

Segundo LAMARCHE (1993, p. 15), a agricultura familiar, definida a partir da lógica de produção, é identificada com o estabelecimento rural que “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”.

Numa pesquisa da FAO/INCRA (1996, p. 3), sobre a “*Agricultura Familiar na Região Sul*”, utiliza-se a seguinte definição: “agricultor(a) familiar é todo(a) aquele(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (mais de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros, temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar”²¹. E, continua: “em caso de contratação de força de trabalho permanente externa à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento” (FAO/INCRA, 1996, p. 9).

Entretanto, buscando relativizar algumas conceituações a respeito da agricultura familiar, principalmente aquelas destinadas para enquadramento dos agricultores em virtude das políticas públicas, ABRAMOVAY (2001) identifica, para tal, elementos fundamentais na elaboração do conceito, sendo que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

Pode-se perceber nessas conceituações algumas dimensões que buscam explicar o que é agricultura familiar. Todavia, existem características que prevalecem, como o ponto de vista econômico, o qual não deve ser desconsiderado. Contudo, não é prudente limitar a abordagem

²¹ Esta pesquisa da FAO/INCRA foi elaborada a partir de um esforço de organizações governamentais, institutos de pesquisa e organizações não-governamentais, com o objetivo de “compreender a dinâmica da evolução, as perspectivas e os principais desafios enfrentados pela agricultura familiar na região Sul e, a partir desta análise, expor um conjunto de propostas que visam seu fortalecimento”. Neste estudo é feita uma classificação dos agricultores, construindo a seguinte tipologia: agricultores familiares consolidados, em transição ou periféricos. Porém, esta perspectiva é limitada a critérios econômicos, não refletindo a heterogeneidade da agricultura familiar. Portanto, neste trabalho sobre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, não será aprofundado este debate, mas, parte-se do pressuposto de que a agricultura familiar é caracterizada por sua diversidade econômica, social, política, cultural, ambiental entre outros aspectos.

à uma única perspectiva. Muito pelo contrário, a agricultura familiar pode ser estudada a partir de uma diversidade de significações, contextualizada em várias situações de conflito e construção de estratégias de sustentação e reprodução de suas formas organizativas.

Desta maneira, a FETRAF, enquanto entidade de representação dos agricultores familiares, ressalta sua preocupação com a sustentabilidade da agricultura familiar e com o processo de solidariedade²²; entretanto, analisar a agricultura familiar a partir de seus atores permite construir estratégias que visem garantir não só a representatividade, mas também a sua reprodução enquanto forma organizativa e enquanto valor primordial no processo de desenvolvimento local.

Segundo MEDEIROS (1997, p.71) “a emergência da agricultura familiar como categoria sindical apareceu intimamente articulada com a idéia de um novo modelo. Não se trata, sob esta ótica, de fazer demandas pontuais e atomizadas de políticas agrícolas, mas sim de articulá-las numa perspectiva que faça a agricultura familiar o centro das políticas públicas para a agricultura”.

Frisa-se, assim, que até o início dos anos 90, as políticas agrícolas estavam quase que totalmente voltadas para os grandes proprietários de terra e, principalmente, estimuladas na efetivação do modelo tecnológico fundamentado nos princípios da Revolução Verde. Somente na década de 90, em virtude da organização dos agricultores familiares, entre outros aspectos, a agricultura familiar torna-se também referência de política agrícola.

Com destaque no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em suas considerações gerais, WANDERLEY (2000, p. 36) ressalta a importância da agricultura familiar no meio rural, contrapondo-a ao característico absenteísmo da agricultura latifundiária – patronal; ela afirma:

Pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. O Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), implantado no Brasil nos anos 90, apesar dos limites conhecidos à sua efetiva adoção, constitui uma expressão desta mudança. [...] Esta ‘ruralidade’ da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão ‘urbano-centrada’ dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores.

²² MEDEIROS (1997, p. 71), afirma que “somente nos anos 90, no entanto, que o termo ‘agricultura familiar’ começou a ganhar terreno nos documentos sindicais e, pouco a pouco, se impôs para designar determinadas situações que recobriam o que antes aparecia como próprias ao ‘pequeno produtor’. É difícil, sem um aprofundamento investigativo, avaliar o peso que o debate acadêmico e as pesquisas encomendadas pela FAO (com sua legitimidade como parâmetro para as políticas públicas) tiveram nessa adoção, principalmente quando se consideram a, cada vez mais intensa, circularidade de conhecimento na sociedade e a capacidade dele intervir nos processos sociais”.

A agricultura familiar passa a ser vista não apenas como um conceito acadêmico, mas como referencial para a construção de políticas públicas e, por sua vez, também como referencial para o movimento sindical. Nesta perspectiva, a CUT passou a discutir a representatividade no setor rural, compreendendo que os trabalhadores rurais não são simplesmente uma categoria, mas um complexo conjunto de categorias, historicamente articuladas numa mesma entidade e definidas em um mesmo ramo.

O 7º Congresso Nacional da CUT (CONCUT²³), ao abordar sua estratégia no setor rural, afirma que:

Uma das mais importantes especificidades desse setor reside no fato de que suas principais bases sindicais são os agricultores familiares. Esse segmento detém a propriedade dos seus meios de produção e, em regime de economia familiar, produz alimentos para o seu consumo e para os mercados, muitas vezes integrados com os complexos agroindustriais. Essa especificidade exige um comportamento diferenciado da ação sindical rural, em relação à urbana, uma vez que as relações capital-trabalho não são imediatas, mas mediadas por outros atores sociais, com ênfase no Estado. (CUT, 2000, p. 33)

E, decide que: “é necessário construir uma organização específica dos agricultores familiares que congregue as organizações de cooperativas, crédito, produção, comercialização e distribuição, [...] apontando na direção da construção do ramo da agricultura familiar” (2000, p. 38). Com esta posição assumida pela CUT, pode-se dizer que os agricultores familiares devem compor um ramo de trabalhadores da CUT, sem, no entanto, deixar de ser uma categoria profissional no complexo universo do setor rural.

Portanto, a agricultura familiar não pode ser resumida a um único conceito, afinal ela traduz uma grande diversidade de características e situações, e ao mesmo tempo, consolida um campo de organização no complexo mundo rural. Estas múltiplas dimensões da agricultura familiar também são traduzidas, como parcialmente foram demonstradas, pelas diversas elaborações de caráter acadêmico, técnico, sindical e governamental, possibilitando, por consequência, diferentes interpretações e relações da agricultura familiar com outros setores organizados no meio rural, e deste com o meio urbano²⁴.

²³ O 7º CONCUT – Congresso Nacional da CUT, realizado em Serra Negra/SP, de 15 a 19 de agosto de 2000, contou com a participação de 2.309 delegados(a), representantes de 24 oposições sindicais reconhecidas, 20 entidades nacionais orgânicas e filiadas e 1.388 sindicatos filiados de todo o país.

²⁴ Entre as observações sobre a agricultura familiar, estão destacadas algumas no capítulo 4, sistematizadas a partir de entrevistas com os dirigentes da Federação e presidentes de sindicatos associados, demonstrando seus vínculos com a terra e a produção, identificando seus diversos elos com a agricultura familiar, suas características e suas concepções.

Outro fator importante destas posturas perante a agricultura familiar e suas interações com os diversos setores sócio-políticos é a discussão a respeito dos processos de desenvolvimento rural e, não só, debates sobre desenvolvimento sustentável e solidário elaborados na perspectiva da organização social dos agricultores familiares e na construção de políticas públicas para o campo. Ou seja, torna-se importante entender como estas organizações compreendem e elaboram estratégias sobre o desenvolvimento, a sustentabilidade e solidariedade, com destaque para a agricultura familiar.

3.2- A construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário

O debate sobre desenvolvimento sustentável e solidário não é algo recente, mas, ainda assim, tornou-se mais evidente na última década. E, em virtude da inserção deste tema na pauta da FETRAF, faz-se necessário trazer esta discussão à tona²⁵.

Desta forma, a Federação define em seu estatuto, artigo 5, inciso VI, dentre suas finalidades fundamentais, visa “fortalecer a relação do sindicalismo cutista com os movimentos sociais, cooperativas, associações, organizações não-governamentais e outras organizações que tenham por base da sua ação a valorização e fortalecimento da agricultura familiar e a construção de um desenvolvimento sustentável e solidário, visando a unificação e ampliação das forças.” (FETRAF, 2001a, p. 04)

No entanto, para falar em desenvolvimento sustentável e solidário, é importante abordar, antes de qualquer coisa, de forma sucinta, o que se entende na literatura por desenvolvimento, sustentabilidade e solidariedade; conseqüentemente, como estes conceitos se articulam na construção de um projeto.

Em relação aos conceitos de desenvolvimento, parte-se do pressuposto da superação da compreensão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento meramente econômico ou progresso. Isto não isenta da necessidade de abordar alguns dos vários enfoques a respeito do desenvolvimento, visto que existem muitas concepções e adjetivações.

Apesar de o desenvolvimento estar em foco hoje, é preciso resgatar uma definição do final da década de 80 vinculado, neste caso, ao posicionamento de vários países da ONU,

²⁵ A FETRAF, em seu congresso de fundação, coloca para si o desafio de fortalecer a agricultura familiar e “priorizar a elaboração e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) em toda a Região Sul, juntamente com os demais parceiros que fazem parte da Frente Sul da Agricultura Familiar e outros, tem se colocado como a principal prioridade de sua ação. Esta meta está sendo buscada através da ampliação dos estudos, debates, da criação, estímulo e fortalecimento de novas experiências, da disputa de políticas públicas, assim como a construção de políticas que valorizem o espaço local (municipal e microrregional).” (2001, p. 13)

expressos no Relatório BRUNDTLAND, onde buscam compreender o desenvolvimento já qualificado pela sustentabilidade. Assim,

Nos termos do Relatório, “Desenvolvimento Sustentável” é definido como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas” (CMMAD, 1988, p.9); é um “processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras” (p.10); é um “desenvolvimento que mantém as opções futuras” (p.46); é uma “correção, uma retomada do crescimento, alterando a qualidade do desenvolvimento” (p. 53), a fim de torná-lo “menos intensivo de matéria-prima e mais equitativo em seu impacto” (p.56). (HERCULANO, 2002)²⁶

Os ambientalistas, por seu lado, também, se posicionam a respeito dos processos de desenvolvimento e, conforme Herculano descreve, para eles desenvolvimento sustentável “é uma antiga aspiração sua e requer a determinação de novas prioridades pela sociedade, uma nova ética do comportamento humano e uma recuperação do primado dos interesses sociais coletivos. ‘Desenvolvimento Sustentável’ englobaria, assim, ‘um conjunto de mudanças-chave na estrutura de produção e consumo, invertendo o quadro de degradação ambiental e miséria social a partir de suas causas’.” (HERCULANO, 2002)

Segundo CAVALCANTI (1997, p. 38), reforçando o viés ambiental, torna-o importante na construção de estratégias de desenvolvimento sustentável, assim como, de possíveis políticas públicas. Para ele:

Sustentabilidade quer dizer o reconhecimento de limites biofísicos colocados, incontornavelmente, pela biosfera no processo econômico. Esta é uma percepção que sublinha o fato de que a primeira (a ecologia) sustenta o último (a economia), dessa forma obrigando-o a operar em sintonia com os princípios da natureza. O discurso oficial, entretanto, gira em torno da idéia de que o desenvolvimento sustentável pode ser conquistado com crescimento infinito, desde que certas ressalvas de proteção ambiental sejam observadas (...). Uma estratégia de desenvolvimento sustentável é, portanto, necessária para a formulação de política que leve a natureza em conta como um fator restritivo, cuja produtividade deve ser maximizada no curto prazo, cuja disponibilidade deve ser preservada no futuro distante e cuja integridade não pode ser deformada.

Não necessariamente se opondo às contribuições anteriores, mas olhando de forma diferenciada para a análise sobre o desenvolvimento, ALMEIDA (1997, p. 52) considera

²⁶ “Em decorrência da Conferência de Estocolmo, foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Programa Observação da Terra (Earthwatch), que monitora as diversas formas de poluição. Foi também criada a CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Durante cinco anos (1983/1987) essa Comissão, composta por 21 países-membros da ONU e presidida pela senhora Gro Harlem Brundtland (primeira-ministra da Noruega), pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta. Em 1987, a CMMAD produziu seu relatório, que ficou conhecido como Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum.” (HERCULANO, 2002)

essencial não restringir este debate nas esferas dirigentes e, sim, que é imprescindível construir um processo democrático que respeite as diferenças. Assim:

Voltando a idéia de desenvolvimento sustentável, o caminho que me parece ser ideal a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade. O 'modelo' de desenvolvimento buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental. É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos.

A cidadania torna-se princípio fundamental na concepção do desenvolvimento sustentável, buscando incluir os diversos atores da sociedade no debate de construção de um projeto social e político. A visão de desenvolvimento deve ser re-elaborada, levando em consideração uma participação na proposição e elaboração das políticas públicas, dos processos de organização da sociedade. No debate sobre esta participação e com respeito às propostas de um novo desenvolvimento, Altemir TORTELLI, coordenador geral da FETRAF, afirma que é necessária “uma visão que inclui a grande parte do público que está na nossa base, no nosso sindicato, nosso município. São agricultores, que são basicamente excluídos pelos complexos agroindustriais ou pelas grandes cooperativas”. Dessa forma, conclui: “então, na verdade, nós estamos desafiados a produzir uma interação na economia, mas, construir uma nova visão de economia, que inclui, que distribui renda, que tenha sempre novo padrão tecnológico. O novo jeito de pensar a relação com a natureza, de pensar as relações nas comunidades, as relações entre os próprios agricultores.”

Assim sendo, é necessário não entender sustentabilidade unicamente como uma questão ambiental ou ecológica, mas, é importante destacar seu caráter social, conforme escreve CARMO (1998, p. 43) ao ressaltar “que a sustentabilidade ambiental é uma condição necessária, mas não suficiente para se atingir um desenvolvimento sustentável. Torna-se fundamental colocar ao seu lado a sustentabilidade social como outro eixo de apoio, sem o qual qualquer avanço das forças produtivas, só fará aumentar seu deslocamento das relações sociais de produção”.

Percebe-se que há várias dimensões da sustentabilidade na perspectiva do desenvolvimento e, dessa maneira, é importante não priorizar somente um fator. Assim sendo, FAVARETO (2000, p. 15) nos alerta que:

Sustentabilidade é uma noção de grande abrangência, que se refere de uma forma geral às condições de reprodução da sociedade no longo prazo. Múltiplas dimensões conformam um conceito de desenvolvimento sustentável, as principais são: a sustentabilidade ecológica, que se refere ao capital natural dos territórios; a sustentabilidade ambiental, que se refere à sustentação dos ecossistemas; a sustentabilidade social, que se refere à qualidade de vida; a sustentabilidade política, referente à cidadania; a sustentabilidade econômica, relativa à eficiência na gestão dos recursos; a sustentabilidade demográfica, relacionada às relações e à composição etária e de gênero de um território; a sustentabilidade cultural, referente à identidade de um povo; sustentabilidade institucional, referente à organização social; e a sustentabilidade espacial, referente à equidade entre localidades.

A FETRAF (2001b, p. 1), por sua vez, ressalta a preocupação com a sustentabilidade expressa pela agricultura familiar, onde esta se caracteriza por suas vantagens econômicas, sociais e ambientais. “É o modo de produção que tem melhor eficiência econômica, principal produtora de alimentos e que gera mais empregos a um custo significativamente mais baixo entre todos os setores produtivos. Possui um perfil **essencialmente distributivo** e é propulsora do desenvolvimento local. A maior **sustentabilidade** é possibilitada pela diversificação produtiva e a maleabilidade do processo de gestão”.

Contudo, é importante perceber que, mesmo reforçando uma perspectiva econômica de sustentabilidade, não se perde de vista uma postura mais ampla, o que fica explícito em documento elaborado pela FRENTE SUL (2002, p. 5), conhecido como Documento de Chapecó²⁷. Nesse, afirma-se:

Este novo projeto deve ter entre os seus pressupostos a sustentabilidade, que reconheça a diversidade das condições econômicas, humanas, ambientais, tecnológicas e culturais. De tal forma que garanta renda, qualidade de vida digna, adoção de práticas agrícolas e manejo de recursos naturais que permitam a preservação ambiental e a produção de alimentos saudáveis, redimensionamento do modelo tecnológico e adoção de valores e comportamentos baseados numa relação harmônica entre os seres humanos e destes com seu meio.

Nesse sentido, fazendo uma leitura mais específica da sustentabilidade em relação à agricultura familiar e, principalmente, do processo de otimização desses espaços de produção familiar através das políticas públicas e das mudanças tecnológicas, CARMO (1998, p. 51) ressalta que:

²⁷ Documento de Chapecó: “Diretrizes básicas para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para o fortalecimento da Agricultura Familiar”, publicado em 25 de julho de 2002 (dia do agricultor, ou conhecido como “dia do colono”), debatido e elaborado durante o 5º Encontro da Agricultura Familiar. Encontro coordenado pela Frente Sul da Agricultura Familiar, composta pela FETRAF, Sistema CRESOL, Associações de Agricultores Familiares, cooperativas e ONG’s envolvidas com a organização da agricultura familiar na região Sul.

As políticas públicas, em bases agroecológicas e em propriedades familiares, têm que partir de mudança da base técnica, de uma nova extensão rural e de estímulos creditícios, configurando um conjunto de políticas diferenciadas para a agricultura familiar entendida como o lugar privilegiado para a adoção do paradigma sustentável da produção; ou aquela com maior potencial para a implantação de um desenvolvimento rural *ambiental e socialmente* sustentável.

Assim, buscando discutir a preocupação da Federação com os anseios do agricultor familiar no processo de manter a propriedade, e problematizar as possibilidades para construir o projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, Celso LUDWIG analisa:

Nosso projeto é manter o agricultor lá na roça. Fazer do local de trabalho um modo de vida. Fazer com que ali, naquela propriedade, tenha renda, tenha condições de vida e que ele entenda de mercado, conjuntura. Ele saiba tomar decisões a cada mês, a cada dois, sobre para onde é o melhor caminho dele. Então, o nível de conhecimento tem que aumentar muito, e ali é onde que nasce de qualquer maneira a dificuldade. Então, construa um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, para a agricultura familiar. Necessariamente ele passa por estar entendendo a família dele e entendendo a propriedade dele (...). Construir o nosso projeto de desenvolvimento que passa então pela agroindústria, pela questão da agroecologia, pela questão de produção de sementes. E, então, passa pela questão de gênero, pela questão da participação dos jovens, pela questão do mercado solidário.

O debate sobre o desenvolvimento, porém, não se resume à qualificação dada à sustentabilidade, mesmo que esta seja considerada indispensável; outros fatores devem compor este processo de desenvolvimento, em especial a solidariedade, conforme entendido pela FETRAF, por acadêmicos e por várias outras entidades.

A solidariedade pode ser explicada de diversas formas, mas seu princípio não muda: o companheirismo, o estar com o outro e pensar no outro, o fato de construir com o outro, decidir com o outro em função do conjunto e sem deixar de lado as individualidades, mas, contrapondo-se a uma visão individualista fundamentada em valores de competitividade característicos do mundo moderno²⁸.

Pode ser identificada nesta dinâmica da solidariedade forte influência dos movimentos sociais vinculados à igreja, através de suas ações pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), alicerçadas na Teologia da Libertação, assim como, da educação popular expressa na pedagogia de Paulo Freire. Incorporando estas questões, ARRUDA (1998, p. 8) expressa o pensamento de um desenvolvimento baseado em princípios da sócio-economia solidária, onde “a ética própria da cultura e socioeconomia solidárias [...] é a **ética do ser humano concreto**. Ela se funda na visão de que o ser humano é por natureza um ser-relação.

²⁸ “O solidário é o companheiro (...) Ela vem do latim, ‘*cum-panere*’, e significa algo mais ou menos como ‘aqueles que comem juntos o pão da vida’. Logo, o companheiro, o solidário, é aquele que divide sua vida com os outros, aquele para quem a vida não é apenas uma co-existência com os outros, mas uma verdadeira convivência, um viver com os outros.” (GALLO, 1999, p. 26). É importante, nesta visão, rejeitar a idéia muito propagada em nosso mundo neoliberal, que solidariedade é igual a voluntariado.

Sou relação comigo mesmo, com a natureza, com a sociedade contemporânea e a humanidade enquanto espécie em evolução, e com cada outra pessoa. Isto me coloca numa situação natural de interconexão indissolúvel com os outros e o Cosmos.”

A construção de uma solidariedade consciente e co-responsável enquanto organizadora do processo de desenvolvimento torna-se necessária, possibilitando ações centradas no humano e no social, ao invés da acumulação de benefícios meramente materiais e unilaterais. Ante isso, ARRUDA (1998, p. 8-9) continua:

Esta solidariedade natural, preciso então transformá-la em solidariedade consciente, o que implica o acolhimento e respeito ao outro, em sua unicidade e em sua autonomia. É bom, portanto, tudo aquilo que me aproxima dos outros, tudo aquilo que me ajuda a cooperar, a compartilhar, a reforçar esta convivência que nos une. E sou pessoal e coletivamente responsável pelo bem estar e felicidade própria e de cada comunidade e agrupamento a que pertenço. [...] Em suma, é boa toda forma solidária e co-responsável de relação com as outras pessoas e coletividades e com o meio ambiente.

Nesta perspectiva, é importante perceber que as relações sociais necessariamente devem ser transformadas e as dinâmicas de trabalho devem ser repensadas quando se aborda a solidariedade enquanto característica fundamental do desenvolvimento. Para FAVARETO (2000, p. 17) “a concepção de desenvolvimento solidário pressupõe também um questionamento à submissão do trabalho ao capital, exigindo a construção de uma nova centralidade para o trabalho, através do resgate dos valores da solidariedade e da autogestão. O apoio à organização de empreendimentos solidários, como cooperativas ou associações é um dos componentes de uma política de desenvolvimento solidário.”

Apresentando um outro viés, com a abordagem da questão ética, e identificando elementos essenciais na construção de referenciais para o desenvolvimento, SOSA (2000, p. 48) afirma:

Esta solidaridad, que nace de una revisión del fuerte antropocentrismo que caracteriza nuestra civilización, en favor de un antropocentrismo más sabio, es la noción axiológica central de una ética ecológica, entendida como la nueva ética indispensable para nuestro tiempo. Entonces si podríamos hablar de un Desarrollo (auto) sustentado, con una permanencia asegurada a largo plazo, por haber asegurado a su vez la permanencia y calidad de los recursos, la equidad en el acceso a esos recursos y la distribución, también equitativa, de los beneficios de la investigación y de la actividad económica. [...] en esta versión, por tanto, ha desaparecido la relación bipolar de enfrentamiento entre medio ambiente y desarrollo: el desarrollo humano se (auto)sustenta a largo plazo, porque sustenta el medio en el cual él mismo es posible.

Dessa forma, percebe-se que a incorporação da solidariedade no debate sobre desenvolvimento torna-se cada vez mais importante, principalmente, a partir dos movimentos sociais e políticos. Este processo pode ser observado na fala de João FORTUNA que, ao abordar o assunto, avalia: “o novo desenvolvimento que nós queremos para a agricultura

familiar é baseado na solidariedade, na ajuda mútua. Enfim, esse novo desenvolvimento que nós queremos e, para a Fetraf, resumindo, é um esforço no sentido de valorizar não só o conhecimento teórico e técnico das pessoas, mas, também, valorizar o conhecimento do agricultor, da agricultora que está na base”. A idéia de solidariedade é identificada aqui com a ajuda mútua. Pode-se, assim, também, compreendê-la como mutirão. Assim, são construídas diversas possibilidades de interpretação, das quais resgata-se a de CÂNDIDO (2001, p. 89), quando esse analisa as formas de solidariedade na comunidade de agricultores, em sua obra “*Os Parceiros do Rio Bonito*”, onde descreve que:

A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional. Este caráter por assim dizer inevitável da solidariedade aparece talvez ainda mais claramente nas formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo, que constituíam modalidade particular do mutirão propriamente dito (...). Era o caso dos vizinhos, percebendo que um deles estava *apurado* de serviço, combinarem entre si ajudá-lo, sem aviso prévio. Às vezes o beneficiado ficava sabendo e preparava comida para recebê-los; outras vezes, era realmente surpreendido e improvisava a refeição. A diferença estava não apenas na motivação do auxílio (espontâneo, não convocado), mas, também, no fato do beneficiado não dar festa; e muitas vezes a falta de recursos para promovê-la é que o havia impedido de fazer a convocação.

O mutirão é uma das expressões da solidariedade que, por sua vez, caracteriza-se pela construção de redes comunitárias, ressaltando os processos de companheirismo e boa convivência – formação de capital social em um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo. Desta maneira, o mutirão, “como diz Plínio Ayrosa, não é propriamente socorro, um ato de salvação ou movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola” (CÂNDIDO, 2001, p. 92).

Este conceito de mutirão está sendo utilizado pela FETRAF, com intenções voltadas para o trabalho de organização e ampliação de suas bases, designado como mutirão da agricultura familiar²⁹. Assim, Marcos LEVANDOSKI define:

Mutirão é você estar presente na base. E, lá, conversar com os agricultores, nas comunidades, fazer visita a esses agricultores. Ouvir deles a realidade e, também, ouvir desses agricultores se realmente o que o sindicato está fazendo é aquilo que ele gostaria que nós estivesse fazendo. E, além das vantagens que hoje estão sendo trazidas para ele, o que ele propõe de alternativas novas, para a sua própria realidade. Que proposta ele tem, que o sindicato leve, que a federação leve, para que seja negociada para ele. E, também, a gente busca levar a importância da organização dos agricultores, de ter uma organização que os represente. Que possa estar defendendo e que possa estar reivindicando. E, essa interação entre um sindicato e os agricultores, é que se busca desenvolver através do mutirão.

²⁹ Este assunto será melhor abordado no item 3.3.1.3 - As instâncias organizativas da Federação.

A solidariedade traduz, portanto, as diversas possibilidades de conceber o desenvolvimento a partir da re-significação das redes sociais, potencializando os espaços de companheirismo, ajuda mútua, colaboração, cooperação, e não somente entre as pessoas ou grupos sociais, mas, também, na relação do ser humano com a natureza. A solidariedade pode permitir uma reorientação do desenvolvimento, tornando-o mais fraterno³⁰.

Não se deve, então, conceber desenvolvimento e sustentabilidade do ponto de vista puramente econômico (produtividade ou consumo material), mas é fundamental ampliar os olhares, vislumbrando o desenvolvimento sustentável e a proposição de políticas públicas a partir de diversos aspectos: educação, saúde, previdência, trabalho, lazer, meio ambiente equilibrado, democratização do Estado e das relações sociais, todos ligados de forma simbiótica à solidariedade.

A FETRAF busca incorporar este debate e o traduz como uma bandeira de luta, entendendo que “um Projeto Alternativo de Desenvolvimento deve basear-se na solidariedade como um valor essencial e como estratégia de construção. Os projetos de desenvolvimento com base na competição geram a exclusão e as diferenças sociais. A solidariedade social e econômica, entre povos, entre gerações, entre categorias, entre grupos sociais e entre as pessoas é uma característica da humanidade que precisa ser resgatada e reconstruída”. E, defendem que, “nesse sentido, o estímulo às diversas formas de cooperação agrícola, de articulação de grupos, de articulação entre o campo e a cidade são mecanismos fundamentais no processo de construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário” (FETRAF, 2002, p. 17).

3.3- As perspectivas de organização da agricultura familiar: possibilidades sindicais de uma federação

Para definir o percurso de análise e interpretação das possibilidades de uma organização sindical, propõe-se agora uma divisão, isto é, primeiro uma análise da estrutura sindical e, depois, o reconhecimento dos seus eixos estratégicos. Uma questão singular nesta

³⁰ Sobre solidariedade e a influência das redes pode-se propor: “Para os agricultores que compartilham o espaço das organizações comunitárias, as práticas culturais que se realizam na comunidade reforçam valores do grupo e preservam uma rede de relações face a face que os distingue do mundo exterior (MENDRAS, 1978). As atividades comunitárias, nesse sentido, valorizam positivamente a solidariedade, criam novas formas de integração (como a troca de dias, aquisição conjunta de mercadorias) fortalecem as instituições que os promovem e reforçam a identidade de grupo” (BRANDENBURG, 1999, p.119).

análise pode ser definida pelas intenções e possíveis ações, as quais representem processos inovadores.

3.3.1- A estrutura sindical da FETRAF

A FETRAF é uma organização sindical que tem por objetivo representar os trabalhadores da agricultura familiar, definindo como tal “os proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros e os extrativistas e pescadores, que desenvolvem suas atividades de forma individual ou coletiva com os membros da família, podendo contar com complementação eventual de mão-de-obra de terceiros, desde que não exceda 50% (cinquenta por cento) da mão-de-obra familiar” (FETRAF, 2001a, p. 2). A Federação afirma conferir ao público da agricultura familiar um caráter classista, tendo como princípios a representação, a defesa e a promoção dos direitos e interesses dos seus trabalhadores – os agricultores familiares. Neste aspecto, Celso LUDWIG afirma: “a necessidade de nos renovarmos a cada dia, e como fazer para que de fato a nossa organização vá para frente e que cada agricultor e que cada agricultora possa reconhecer no sindicalismo, de fato, uma ferramenta de luta e de organização”.

Dessa maneira, a análise do Estatuto da Federação, que a identifica enquanto entidade de representação sindical e associativa de segundo grau, que se propõe a promover a organização nos diferentes níveis de representação dos trabalhadores na agricultura familiar na região Sul, torna-se essencial por mostrar quais são suas intenções e de que forma ela se institui jurídica e politicamente. Por sua vez, Alcemir BAGNARA alerta “que a Fetraf não seja uma organização que dependa do seu estatuto, mas sim, seu estatuto é instrumento da viabilização política e financeira da entidade”.

3.3.1.1- As finalidades da Federação

Na seção II, das finalidades, no artigo 5, a FETRAF explicita sua intenção de extrapolar suas ações para além da esfera da organização sindical, preocupando-se também em efetivar atividades de organização da produção, da cooperação, do associativismo, a partir do princípio de defesa de um desenvolvimento que tenha por base a sustentabilidade, a solidariedade, a democracia política e social. Portanto, entre outros fins, ela pretende “estimular e promover as diversas formas de organização cooperada e solidária na produção, industrialização, beneficiamento e comercialização da produção da agricultura familiar, buscando o aumento da renda dos agricultores, tendo as diferentes formas de organização da produção, como organizações por local de trabalho dos agricultores familiares” (FETRAF,

2001a, p. 4). Nesta perspectiva, reforçando a idéia de organização no local de trabalho, explicitado como organização de base neste complexo campo de representação da agricultura familiar, Altemir TORTELLI diz:

Na nossa avaliação isso caminha para construir de fato uma organização. Esse é o grande desafio. Nós estamos tentando quebrar com a lógica anterior, onde o agricultor é responsável só pelo sindicato e o sindicato é só responsável pela federação. Ou, a federação só tem que cuidar da relação com a direção dos sindicatos ou com a estrutura dos sindicatos, e os sindicatos com os associados. Nós temos que criar de fato uma grande família, onde o conjunto dos agricultores participem e decidam os rumos da federação. E a federação tenha a capacidade de pensar políticas para os agricultores, passando pelos sindicatos, pelas regionais. Então, é criar uma dinâmica, criar de fato uma organização de base, e com direção solidificada na base. E acho que isso nós inovamos no que a CUT tem conseguido fazer até hoje (...). Nós somos uma entidade que de fato está resgatando as bases, por que nasceu a partir delas. A central de fato tem um sindicato, uma federação enraizada nas bases. Eu acho que são as grandes diferenças que nós estamos apontando, que nós estamos construindo, que nós estamos implementando.

Percebe-se a necessidade, também, de extrapolar as formas tradicionais de filiação à Federação, possibilitando incorporar em suas bases organizações não sindicais, como as associações de agricultores familiares, não restringindo-as às organizações sindicais. A FETRAF, nesse sentido, deve “incentivar e promover a organização de Sindicatos e Associações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar nas regiões e municípios onde não houver entidades da agricultura familiar filiadas na Federação” (FETRAF, 2001a, p. 4). Analisando estas finalidades, Romeu BOTI ressalta que:

O estatuto abre para as possibilidades de participação do conjunto de lideranças nas comunidades e associados. Como também abre para participação de novos espaços, como por exemplo uma associação de agricultores. É aberto para a participação de diversos espaços de organização dos agricultores familiares, que é uma questão fundamental se nós quiser pensar o desenvolvimento regional ou desenvolvimento solidário, sustentável. E aí, a gente precisa pensar em incluir e não estar limitando. Vamos dizer assim, não só os espaços geográficos, mas, também, limitar aí a participação. Acho que nós temos que ampliar cada vez mais e o estatuto da Fetraf, para o sindicato, é aberto para isso.

Por outro lado, existe a intenção de desenvolver, via estas associações, ações para avançar no processo de organização sindical no município ou microrregião. Ou seja, conforme descrito no artigo 15, “as Associações da Agricultura Familiar são instâncias organizativas da FETRAF-SUL naqueles municípios ou microrregiões onde não existir Sindicato filiado, tendo um caráter transitório, até que seja criado o Sindicato ou que este venha a filiar-se à FETRAF-SUL” (2001a, p. 7). A Federação construiu esta possibilidade com o intuito de garantir a participação dos agricultores familiares nas regiões onde não existam sindicatos de trabalhadores rurais (STR's) ou os sindicatos locais não são filiados à FETRAF.

No entanto, este é um “dispositivo na estrutura que está um pouco confuso (...) criar uma associação vinculada a Fetraf. Até agora, não tinha se implementado na prática”

(Amadeu BONATO³¹). Trata-se de um recurso que substitui a intenção de efetivar um sindicato de trabalhadores na agricultura familiar (Sintraf), pois, juridicamente, isto não é possível (ou difícil) em virtude da unicidade sindical e, “a disputa para aprovação de um novo sindicato seria desgastante na perspectiva das atuais lideranças”. Como meio intermediário, que não desvaloriza o processo de organização dos agricultores, utiliza-se a formação de associações vinculadas à federação; são exemplos as regiões de São Miguel do Oeste/SC e Santa Maria/RS. Amadeu BONATO conclui sua idéia, avaliando que “a associação teria uma representatividade obviamente menor. Bem mais difícil organizar os agricultores a partir de uma associação, do que a partir de um sindicato (...). É visível que o sindicato tem mais a oferecer para o agricultor, do que uma simples associação. Vai ser uma dificuldade maior, mas, vai ser a possibilidade de abrir a atuação da Fetraf, via associação, nas regiões”.

3.3.1.2- Os sindicatos regionais da agricultura familiar

A preocupação com a organização dos agricultores familiares nas várias regiões que formam os três estados do sul é apresentada como um desafio permanente da Federação. Para tanto, pode-se afirmar que o processo de organização sindical deve extrapolar os limites municipais. Esta reorientação da estrutura sindical, rumo à regionalização, é afirmada pela FETRAF:

A necessidade de implementar propostas de reestruturação da organização sindical, que apontem para a construção de estruturas regionais (os SINTRAF's), onde sejam respeitadas as características e as diversidades regionais (assalariados/as e agricultores/as familiares), a partir das experiências existentes. A regionalização tem o propósito de aumentar o poder de mobilização e de representação do sindicalismo rural. A construção desta nova estrutura deve se dar pela conscientização das reais vantagens que resultam do processo de regionalização, a começar pela iniciativa de uma ação conjunta e articulada dos sindicatos de uma região. E, ainda, devem vir acompanhadas de mudanças estatutárias destinadas a horizontalizar e democratizar as instâncias, através da implantação de direções colegiadas, da descentralização, da democratização do poder, da transparência e da qualificação da gestão. (SILVA e REICH, 2002, p. 24)

Os sindicatos regionais, portanto, visam garantir um maior poder de organização dos trabalhadores com relação à agricultura familiar, permitindo sua maior participação, e assim, possibilitando uma ação sindical mais propositiva. Altemir TORTELLI salienta que: “no contexto da região sul, nacional, nos estados, nós estamos criando sindicatos com base regional. Nós achamos que o sindicato com base regional tem mais capacidade, mais agilidade de organizar, de representar e de se capacitar, para intervir permanentemente na realidade dos problemas que vivem os agricultores”.

³¹ Assessor da FETRAF, técnico do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER.

Não obstante, a regionalização exige um processo de re-significação do fazer sindical, do pensar as estratégias e definir as ações. Esta estrutura sindical regional pode tornar-se diferente não somente em sua concepção, mas sobretudo em suas práticas, principalmente nos processos de descentralização do poder e ampliação dos fóruns de participação dos trabalhadores de base. Por sua vez, não basta ter uma estrutura regionalizada se a forma de organização destas instâncias deliberativas não forem reorientadas, e os diversos atores sociais que compõem a estrutura organizativa não efetivarem sua participação. Uma formação diferente dos espaços de poder deve ser debatida, pois a grande dificuldade enfrentada é a pouca participação da maioria dos integrantes no movimento.

A estrutura sindical oficial privilegiava o poder de cúpula e, para superar este poder centralizado, é necessário colocar em questão os referenciais de organização do campo de representação. Para tanto, Dirceu DRESCH afirma que “essa questão de regionalização é uma questão muito difícil. Você precisa, em primeiro lugar, mexer com a cultura histórica que se criou no sindicalismo. Mexer com o poder de um presidente do sindicato, essa história de status e tal. As pessoas, muitas vezes, não tem essa questão da necessidade de construir projetos, construir uma estratégia”. E, ainda, alerta: “Você batia, muitas vezes, nos dirigentes de frente, que não queriam perder o poder de ser um presidente de sindicato local. Isso deu muita discussão, muito problema. Mas, graças, que a gente conseguiu construir novos quadros, novos dirigentes que foram vindo e entendendo esse processo.”

Assim, com o objetivo de potencializar a organização dos agricultores familiares, pensa-se a regionalização sindical. Todavia, por trás dessa definição está colocada a discussão a respeito da unicidade sindical. Para tanto, a FETRAF (2002, p. 21) entende que é necessário ocorrer um rompimento com a cultura sindical imposta pelo sindicalismo oficial, defendendo uma “ruptura com a regra (cultural e/ou legal) da unicidade sindical: tanto no sentido da unicidade da categoria ‘trabalhadores rurais’, construindo a categoria ‘agricultura familiar’, quanto na unicidade de base geográfica, possibilitando a existência da organização sindical cutista da agricultura familiar em base geográfica ‘demarcada’ por outro sindicato, construindo a unidade em torno dos princípios de uma central sindical”³².

³² O desafio do novo sindicalista e do sindicato regional passa pela ruptura com o sindicalismo oficial: “No sindicato regional o sindicalista deixa de atender o agricultor atrás do balcão e o agricultor, também, não vem mais só atrás do discurso bonito. Ele vai ter que ir além disso, ele vai ter que de fato pensar a estratégia de intervenção na base, nas comunidades. Conseguir dar respostas, inclusive econômica, também, para os agricultores, para eles virem para o sindicato (...). Nós temos sindicatos regionais que ainda estão muito perdidos. Por isso, o papel do dirigente regional, que coordena por exemplo o sindicato, a executiva regional, tem um papel de pensar desenvolvimento regional. E, isto, é muito novo. E, isso também é novo para a Fetraf. É

Nesta perspectiva, trazendo o exemplo do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pinhão e região, Sebastião BARBOSA expressa a experiência de ruptura com a unicidade sindical. Ele diz:

Na verdade, a gente sentiu a necessidade de estar fundando o SINTRAF, até porque não havia uma representação para os agricultores familiares. Que existiu sempre aos vinte anos os STR, não tinha muita representatividade, nenhuma na agricultura familiar. Então, foi a idéia de estar discutindo se havia possibilidade, estar usando outra linha de sindicato, para estar representando os agricultores. Onde surgiu essa brecha de a gente ter uma comissão e estar discutindo. E, onde até a gente se reuniu e acabou fundando o SINTRAF, para desenvolver um trabalho diferente, apresentando o novo sindicalismo. Na época os agricultores teriam que se deslocar das suas comunidades e estar vindo no sindicato (antigo STR). E, nós, como SINTRAF, estamos indo até os agricultores.

Entende-se que não basta organizar o sindicato, pois a sua legalidade não é garantida somente pela organização do grupo de trabalhadores, e porque os processos jurídicos exigem a carta sindical. Neste caso, o SINTRAF de Pinhão tornou-se uma entidade jurídica, mesmo ainda não tendo o reconhecimento do Ministério do Trabalho. Sebastião continua relatando: “nós temos um estatuto registrado, nós temos o CNPJ, falta só mesmo a carta sindical que nós não temos. Até esses dias nós tivemos uma audiência no Fórum, que a gente recebeu a notificação. E, o STR vinha dizendo que a gente era um sindicato clandestino. Na verdade, a gente teve que ir provar para a promotora que a gente não era”³³. Este processo ainda não está definido, principalmente pelo fato da entidade federativa – a FETRAF – também não ter obtido até hoje sua carta sindical, a legalidade junto ao Ministério do Trabalho.

Esta ruptura com a estrutura sindical é ressaltada por vários ângulos, pois a forma de organização sindical oficial representaria não os interesses dos agricultores familiares, mas o interesse dos dirigentes sindicais, sendo necessário um processo de redefinição do sentido do jogo, da posição dos atores sociais no campo de representação. Neste sentido, Romeu BOTI lembra:

necessário pensar política na dimensão da agricultura familiar, a diversidade que ela tem e as necessidades de novos tipos de produção que vão surgindo” (Dirceu DRESCH).

³³ O Ministério do Trabalho não reconhece os agricultores familiares como uma categoria trabalhista, não havendo, portanto, possibilidade de existir uma entidade sindical representativa destes agricultores. A FETRAF está, juntamente com outros sindicatos, fazendo o pedido para ser reconhecida como entidade sindical, mas, a solicitação da carta sindical por enquanto foi indeferida. Todavia, Eloir GRISELLI questiona: “se tivesse o registro no Ministério do Trabalho muda o quê? Certo? É uma legalidade, uma imposição e, isso se chama burocracia. É dizer que, entre aspas, o movimento sindical teve a liberdade, autonomia em 88, na constituição. É uma liberdade policiada pelo estado, não existe liberdade. Tu não pode criar mais que um sindicato. Tu tem o imposto sindical. Tu tem que registrar o sindicato lá no Ministério. Senão, não existe”.

A organização sindical que está ligada a Fetaesc e, aqui nessa estrutura oficial, representava muito mais interesses do poder público estadual, os interesses de algumas pessoas dentro da federação, enfim, mas não representava os interesses do conjunto dos agricultores, que eram associados no nosso sindicato. A partir daí, a gente começou a discutir um novo modelo de organização sindical, que de fato fosse lá na comunidade discutir. Não só discutir aquilo que não fosse só do interesse do dirigente, mas também de levantar proposições do agricultor. Perceber que o modelo de produção estava equivocado, perceber de que a gente precisava discutir políticas de crédito, de aplicação dos recursos, enfim, discutir uma série de questões sociais que até então não acontecia. E, tudo isso, a gente tinha uma compreensão que passava por um processo de organização dos agricultores, de mobilização e pressão. O que a gente não percebia dentro da estrutura oficial da Fetaesc. Existe um interesse muito grande, que de fato isso está acontecendo, então, basicamente seriam uma das diferenças que a gente perceberia nesse sentido.

Para permitir o processo de organização regionalizado dos sindicatos é indicado um amplo trabalho com a base, com o intuito de garantir sustentação política para as ações de caráter local e microregional. Este trabalho de base, por si só, não explicita uma dinâmica inovadora, caso não consiga otimizar uma síntese dos interesses dos agricultores familiares mobilizados. Assim sendo, a FETRAF (2003, p. 7) afirma que:

A atitude fundamental para quem se dispõe a fazer um trabalho de base é a de considerar as pessoas como sujeitos e não como objetos. E como sujeito, as pessoas da base têm um saber, têm uma consciência própria, têm uma visão de mundo que não podem ser desprezados. O que acontece é que a realidade de dominação e exploração também oprime e domina a sua consciência e o seu conhecimento. E as pessoas acabam reproduzindo o modo de pensar (e de agir) de acordo com a ideologia da classe dominante. E um dos objetivos de todo trabalho de base, que é uma ação provocada por alguém de fora do lugar, é exatamente possibilitar e criar condições para que as pessoas reconheçam o seu lugar real na sociedade; descubram, valorizem e aperfeiçoem o seu saber e conhecimentos; se valorizem como pessoas, como agricultores e agricultoras e como comunidade (no caso específico do trabalho de base do sindicalismo da agricultura familiar).

Porém, a regionalização pode muitas vezes mascarar uma certa fragilidade na organização dos agricultores familiares de alguns municípios que compõem a base do sindicato regional, pois, se a participação das lideranças comunitárias, na extensão geográfica de sua abrangência, não for eficaz, os interesses dos seus associados podem não ser supridos ou conhecidos. A regionalização pode ocorrer não com o objetivo de fortalecer o processo de organização e estabelecer fóruns regionais de debate e construção do desenvolvimento local, mas pode tornar-se simplesmente um enxugamento dos quadros sindicais para viabilizar suas estruturas burocráticas e administrativas, efetivando estruturas ainda mais centralizadoras de poder.

A organização de base é central para que o sindicato se torne um instrumento capaz de viabilizar processos democráticos e transparentes de participação. Neste sentido, Assis VIANA, comentando a regionalização sindical, avalia:

Não é unicamente regionalização do sindicato que vai resolver o problema do sindicalismo. A regionalização para mim é muito deficitária. Por exemplo, tem municípios que ela pode fazer um bom trabalho com o sindicato municipal, tem estrutura para isso, tem gente para isso, tem agricultor, tem base de sustentação. É necessária para ter um bom trabalho no próprio município. Não quer dizer que isso não possa regionalizar, porque aí vai regionalizar muito mais forte ainda. Agora, o que vai melhorar, no sentido da rearticulação, reorganização sindical, vai ser o trabalho do sindicato mais para perto do agricultor, que é a estrutura de conseguir organizar o agricultor na base. Ali que é que dá força de fato para a organização sindical. Não é tanto essa questão de ficar grande, regional e tal que vai dar força para a organização sindical. É da agricultura familiar, que vai dar força, de fato no meu entender na organização da base, que cada associado, cada comunidade se sinta sindicato, se sinta responsável por esta organização.

3.3.1.3- As instâncias organizativas da Federação

Existem diversas possibilidades de instâncias organizativas para uma federação; porém, a FETRAF indica que sua estrutura sindical foi construída com objetivos específicos: regionalização sindical, ruptura com a unicidade sindical, maior vínculo com a base e a construção de instrumentos mais democráticos de participação³⁴. Na FIGURA 1 (Estrutura Organizativa da FETRAF), localizada na próxima página, é identificada seus espaços de intervenção e organograma, assim como, as instâncias de decisão e direção executiva, permitindo uma visualização dos espaços políticos e organizativos da Federação.

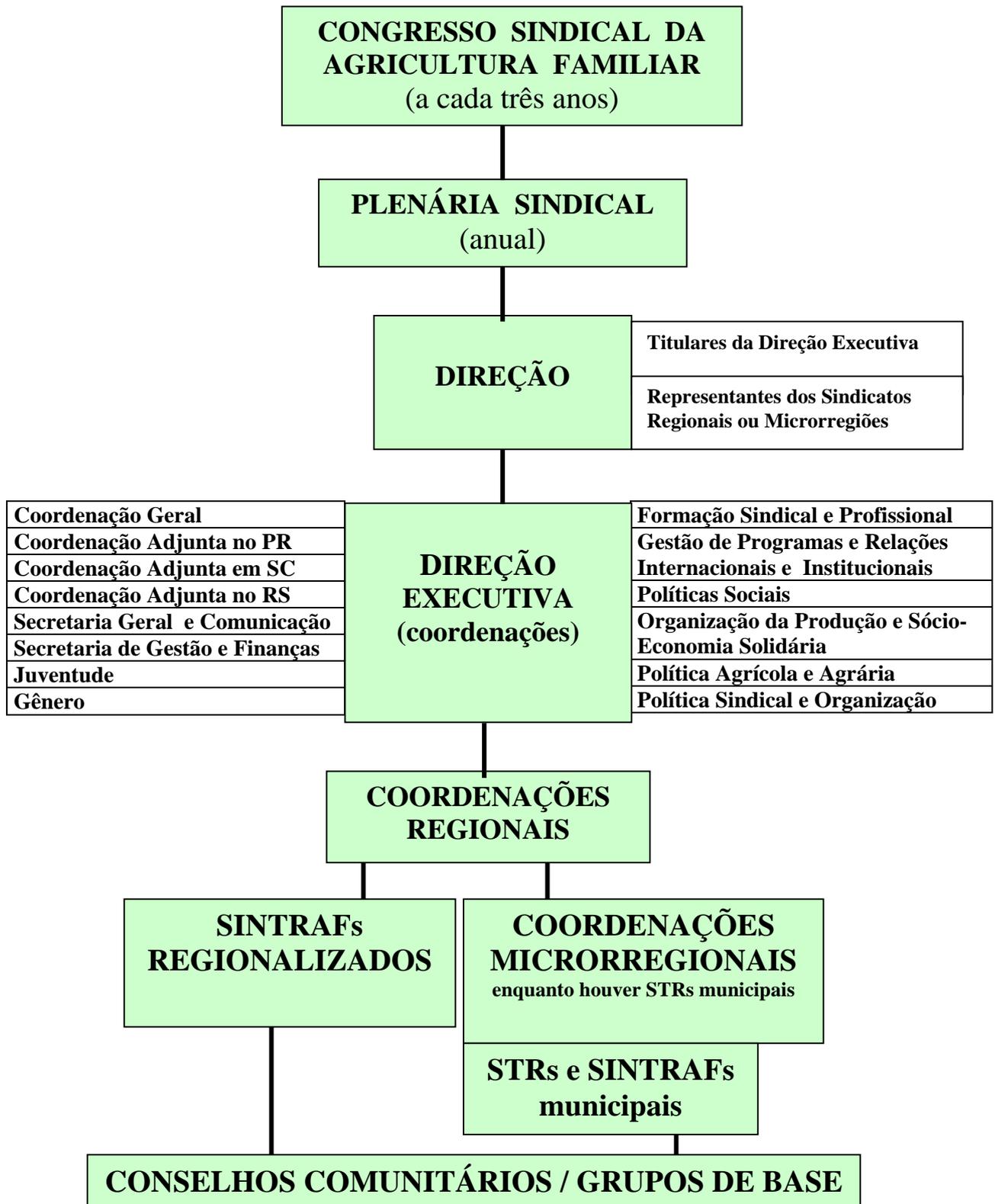
É importante destacar neste organograma duas instâncias de organização sindical: os SINTRAF's Regionalizados ou as Coordenações Micro-Regionais (enquanto houver STR's municipais) e os Conselhos Comunitários ou Grupos de Base.

No espaço referente às coordenações micro-regionais (formadas pelos sindicatos que compõem a microrregião) ou SINTRAF's regionalizados “serão definidas as estratégias para o conjunto de municípios da micro-região para a questão dos serviços, para a participação nos Conselhos Municipais, para a organização da produção, das lutas, das cooperativas de crédito (sistema CRESOL) etc. Este é também o espaço de execução dos programas e projetos da Federação e o fórum privilegiado para a discussão e construção dos Sindicatos Regionais

³⁴ Affonso FLACH, assessor técnico da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), analisando características relativas à estrutura sindical, busca diferenciar a FETRAF do sindicalismo oficial: “Vejo a federação quando ela surge e, também, no debate do movimento sindical de representar esse tipo de agricultor, fazer essa representação. Não só representar, mas também formular e implementar políticas para esse conjunto, que é a maior parte dos agricultores aqui na região sul. Coisa que o movimento ou sindicato ligado a Contag - tradicional - não fez isso de nenhuma maneira. Ou, faz isso de uma maneira precária, associada ao estado. É, muitas vezes, aí numa maneira bem tradicional, no sentido das lideranças, no sentido de ser mais do balcão, de ser o atendimento de uma forma de relação paternalista, clientelista de seus associados. E, não no sentido de politizar e buscar uma luta maior. Então, a relação nessa discussão, acho que ela é reflexo desse avanço, por assim dizer, do patamar de compreensão dos atores do meio rural. Então, acho que a própria denominação e origem dela se propõe. Ela vem desse contexto.

FIGURA 1

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA FETRAF-SUL/CUT



da Agricultura Familiar” (FETRAF, 2001, p. 16)³⁵. Como foi anteriormente observado, a construção dos SINTRAF’s deve levar em consideração as dinâmicas microrregionais, não havendo para tal um modelo único. A base de regionalização pode ser definida em função das práticas sindicais e culturas de convivência locais, potencializando um processo de transformação dos espaços de organização político-sindicais. Nesta perspectiva, Daniel KOTHE, avalia:

A Fetraf tem base (...) e a estratégia da organização sindical, ela passa necessariamente pela regionalização do sindicato. E nós estamos construindo e estamos no processo que passa, necessariamente, pela construção de grande projeto de mobilização de base, que já se iniciou o ano passado e que vai continuar nesse período, que se chama mutirão da agricultura familiar. É um processo de capacitação de lideranças, de visita às famílias, de reunião na comunidade. O debate sobre estratégia de levar informações e tais coisas, e o sindicalismo precisa disso. O sindicalismo da agricultura familiar, ou, fazer sindicalismo com os trabalhadores da agricultura familiar, funciona assim. É você pensar políticas e discuti-las com os agricultores e com as agricultoras.

O Mutirão da Agricultura Familiar, uma estratégia de organização dos agricultores familiares na base da FETRAF, reinventa o entendimento de mutirão, pois extrapola a compreensão tradicional do termo³⁶. Todavia, algumas características e princípios resgatam a idéia de colaboração, ajuda, cooperação e, principalmente, ação solidária e respeito ao agricultor familiar. O mutirão objetiva “recuperar e ampliar a auto-estima dos agricultores, das famílias e das comunidades”, “potencializar o surgimento e a capacitação de novas lideranças de base”, “ampliar e democratizar o debate de políticas públicas estratégicas para a agricultura familiar”, e, também, “sensibilizar para a importância da participação das mulheres e da juventude, envolvendo toda a família, numa perspectiva de construção de novas relações de gênero e de geração, com igualdade de oportunidades” (FETRAF, 2003, p. 18).

³⁵ 7BONATO, analisando a organização da federação nas microrregiões, destaca: “A instância regional é uma instância oficialmente orgânica à Fetraf. Esta instância é uma estrutura fundamental na organização proposta, e o que está sendo cada vez mais observado como um composto fundamental. Só que na prática ainda se viabilizou pouco, se tem as coordenações microrregionais, tem os coordenadores microrregionais que tem suas especificações, mas como instância organizativa ainda tem suas debilidades. Que seria uma grande tarefa de implementar todo o processo político e organizativo em uma determinada micro região. É uma forma de descentralizar as ações”.

³⁶ O Mutirão da Agricultura Familiar “é um conjunto articulado de atividades: cursos de capacitação, encontros de lideranças, visitas às famílias, reuniões nas comunidades e nos grupos de famílias, atividades diversas na comunidade e no município”. Como princípio metodológico existe a compreensão de que “um sindicato forte e atuante não se mede se ele tem uma sede bem estruturada, se ele está com uma boa situação financeira, se o presidente é atuante, se tem uma boa direção ou se ele é respeitado no município e na microrregião. Que isso tudo seja importante ninguém duvida, mas não é suficiente. O novo sindicalismo que queremos construir e fortalecer se mede, sobretudo, pelo grau de participação dos agricultores e agricultoras, jovens, adultos e idosos, e como o sindicato está presente e é assumido nas comunidades e pelas famílias”. E, entre outros princípios, conclui: “por isso, fazer o Mutirão é uma decisão política que um grupo de dirigentes e lideranças assume coletivamente e conscientemente para construir permanentemente o novo. Se for feito só por obrigação e de forma inconsciente do que ele significa, pode ser qualquer coisa, mas não é Mutirão”.

Dessa maneira, torna-se necessário consolidar os espaços de organização nas comunidades, com a preocupação de efetivar um trabalho de base, para que os agricultores familiares participem de forma qualificada, enquanto possíveis beneficiários do processo de representação da Federação, principalmente, no que se refere às políticas públicas, assim como, aos projetos e programas da organização sindical³⁷. Para tanto, a comunidade:

É o espaço privilegiado para a organização da produção e das associações da agricultura familiar. A Federação e os sindicatos devem estimular a constituição de Conselhos Comunitários, que venham a reunir os agricultores sindicalizados ou não, além dos participantes de outras organizações, como as cooperativas de crédito. Esses Conselhos Comunitários devem ser capazes de levantar as demandas da comunidade, fazer a ligação dos agricultores com as organizações da agricultura familiar, indicar representantes para participar dos diferentes conselhos municipais e disputar políticas públicas para a comunidade. Nesse sentido, é necessário que haja um conjunto de políticas e instrumentos para viabilizar esta relação e inserção. (FETRAF, 2001, p. 17)

Com respeito aos processos de organização na comunidade, é importante pensar como é possível ampliar as formas de filiação sindical. Para isso, a filiação às organizações sindicais ou associações da agricultura familiar vinculadas à FETRAF, pode ser realizada de forma individual, familiar ou em grupos, sendo a opção feita pelos associados e, assim, não limitando esta filiação a um único membro da família³⁸. Esta medida potencializa a participação dos vários membros da família e, também, estimula a organização dos grupos. Existe na Federação um incentivo especial à juventude (de 16 a 20 anos), para os quais há descontos nas taxas de adesão, além de espaços de organização voltados para este público, buscando consolidar comissões ou coletivos de jovens, como mecanismos de participação. Esses coletivos são considerados espaços de organização da juventude, com caráter de qualificação, debate e proposição de políticas voltadas a eles, enquanto atores sociais do campo da agricultura familiar. Os coletivos são organizados nos municípios e nas microrregiões e, hoje, já foram estabelecidos em dezessete microrregiões. O coletivo da FETRAF é composto por aproximadamente 30 jovens dos três estados.

Neste sentido, o trabalho da Federação com os jovens agricultores familiares é de suma importância, principalmente enquanto possibilidade de ampliação do trabalho com as bases e expressão de diferentes formas de organização. Estas diferentes referências não

³⁷ João FORTUNA comenta sobre o caráter inovador do trabalho de base: “a Fetraf para mim, dentro desses meus sete, oito anos, que eu estou no movimento sindical, eu diria, assim, que é um esforço muito grande de um conjunto de pessoas. E, a partir de todas as discussões feitas ao longo do tempo e com relação ao sindicalismo tradicional, eu vejo, eu diria, assim, que é um esforço bastante grande de trazer esse novo. Vamos dizer assim, o novo no sentido de agir e até na discussão de você poder trazer para as bases aquilo que, muitas vezes, a base não toma conhecimento – que é, mais especificamente, quando se discute o novo – esse novo desenvolvimento”.

³⁸ Esta forma de filiação é um indicativo a ser adotado por todas as organizações vinculadas à FETRAF, que deverão unificar seus estatutos e padronizar estes procedimentos.

significam diretamente melhorias ou avanços no movimento sindical, caso não ocorra um processo de avaliação dos instrumentos de mobilização e administração dos espaços específicos – a coordenação da juventude e/ou coletivos de jovens³⁹. Compreendendo estas possibilidades da participação da juventude, mas projetando esta participação para além do coletivo de jovens, Severine MACEDO analisa:

Você percebe que o sindicato avançou para uma discussão maior. Tem conseguido avançar nessa estratégia da federação, tem conseguido ter uma intervenção melhor, para ir nos próprios conselhos municipais. É, para dentro desses espaços, construídos de fato, algumas políticas que têm viabilizado e agilizado a questão da organização nos municípios. Nesse sentido, acho que a gente tem muito a construir pela frente, nesse campo da juventude. A gente vem construindo um conjunto de propostas de políticas públicas que viabilizam de fato a permanência de juventude rural. Claro, casado com o modelo de produção, também, que proporciona a geração de renda, dentro dos princípios que a Fetraf vem construindo a respeito da biodiversidade, agroecologia, ao meio ambiente, à questão da vida. É, então, um outro desafio que o movimento sindical tem também e, estar contribuindo na construção desse modelo de produção. É uma das principais bases para a construção de um novo projeto de desenvolvimento, que ainda engloba vários fatores, mas, inclusive essa questão da produção.

Não obstante, é objetivo da FETRAF não só, ampliar a participação da juventude, mas também possibilitar uma ampla integração em seus trabalhos dos diversos atores da comunidade. Assim sendo, na perspectiva de incorporar uma discussão de gênero e geração, a Federação propõe como um grande desafio: a promoção “das condições necessárias para o acesso igualitário de homens e mulheres (em seus diferentes estágios da vida – adolescentes, jovens, adultos e terceira idade) aos espaços de participação coletiva”. Dessa forma, estabelecem que “para garantir esta participação igualitária, faz-se necessário romper determinadas barreiras existentes no interior das famílias e das comunidades, que impedem a participação de jovens e de mulheres não só nas instâncias de base ou intermediárias, mas também nas estruturas regionais da Federação” (2001, p. 20).

A questão de gênero é colocada na pauta da Federação, principalmente, na intenção de incluir em suas diversas instâncias organizativas a participação tanto de homens como de mulheres, buscando refletir os princípios de uma estrutura sindical proveniente do novo

³⁹ Severine MACEDO, comentando a participação da juventude e a estrutura sindical proposta pela FETRAF, descreve: “na verdade, dentro dessa questão do estatuto, o que a gente propõe, que se crie organicamente nos espaços, tanto diretivos da Fetraf, quanto dos sindicatos regionais da agricultura familiar (além da questão da quota mínima da participação), mas, que se garanta dentro das direções executivas da coordenação de juventude específica e a criação de coletivos específicos que discutam juventude dentro desses espaços. Então, nesse sentido, eu acho que não vai ser só no papel que se garante isso, mas pela organização, pelo movimento, pela própria mobilização da juventude. E, a discussão do próprio sindicato, a importância de se construir isso, mas, já é um mecanismo legal que se cria e que proporciona uma reflexão, também, sobre essa questão. Mas, também, nesse sentido, tem sido um avanço interessante que você instrumentaliza na verdade. Senão, diga, se quiser faz, se quiser não faz, aí se propomos a construir uma coisa diferente. Então, houve uma prática de começar a viabilizar esse diferente. Então, tem que sair do papel e, se ficar só ali, não vai resolver também”.

sindicalismo. Contudo, em geral, esse debate resume-se aos problemas e limitações da participação das mulheres, e sua abordagem se restringe a uma discussão entre as mulheres. Torna-se necessário, por sua vez, perceber ações desenvolvidas pela Federação com respeito às relações de gênero, que algumas vezes podem ter sido executadas em conjunto com outras entidades ou movimentos. Neste aspecto, Delma ZUCCO destaca:

A Fetraf puxou e aí fizemos uma campanha de documentação para as mulheres. Foi um eixo e feito nos três estados do sul. Um outro trabalho que a gente fez é como que a mulher, nesse período, consegue acessar a questão do crédito, o PRONAF, e tal. Antigamente as mulheres não iam ao banco financiar e elas não tinham direito, acesso ao crédito. Hoje, esse debate todo que a Fetraf está construindo, é muito fraco isso pelo números, mas, a tendência, eu acho, que é de apostar nesse trabalho. E, tem muito que acreditar e apostar, porque hoje as mulheres estão apostando ter acesso, a partir desse debate aí, acesso a crédito. Até hoje, junto com o marido nos fóruns de conta ao banco, que não tinha. Esse foi um espaço que a gente conseguiu criar. Na luta, na conquista e na organização, não só das mulheres, porque eu acho que foi nesse debate aqui. A Fetraf também ajudou a consolidar esse processo do gênero na organização sindical da federação.

Outro aspecto que indica um caráter inovador, tratando-se de organizações sindicais deste porte, refere-se às eleições diretas. O artigo 42 diz que “as eleições da Direção Executiva e do Conselho Fiscal da FETRAF-SUL, serão realizadas a cada três anos, de forma direta, através de voto de todos os associados e associadas em dia com suas contribuições às entidades filiadas à Federação”. Todavia, existem algumas restrições, ou melhor dizendo, condicionantes para esta participação direta dos associados, expressas no parágrafo único deste artigo: “participarão das eleições da Federação, com direito a voto, os associados e associadas das Entidades Sindicais que simultaneamente realizarem eleições para a Direção da sua Entidade” (FETRAF, 2001a, p. 16)⁴⁰.

Entretanto, não se pode definir simplesmente pelo processo eleitoral a construção do novo, pois o caráter democrático de uma entidade de representação sindical deve ser garantido pela efetiva participação e inserção dos seus representados (no caso da FETRAF, dos agricultores familiares). As várias instâncias de deliberação serão mais ou menos democráticas em virtude da maior ou menor participação da base.

3.3.1.4- As instâncias deliberativas da Federação

O Congresso, a Plenária, a Direção e a Direção Executiva definem as instâncias de deliberação da Federação, sendo apresentadas de forma decrescente de importância.

⁴⁰ Para garantir o processo eleitoral com voto direto de seus associados, a FETRAF provocou uma reforma estatutária dos sindicatos filiados, com o objetivo de torná-los aptos à eleição. Estes sindicatos deveriam ajustar os mandatos (ampliando ou diminuindo o tempo de gestão da direção vigente) para garantir a simultaneidade das eleições tanto do sindicato como da Federação.

A instância superior e de caráter máximo de deliberação definida pela FETRAF é o Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, a ser realizado de três em três anos; ele é formado por delegados eleitos nas diversas instâncias organizativas, e tem por objetivos: “avaliar a atuação da Federação, aprovar as diretrizes de ação e o plano de ação e lutas e, aprovar alterações nos estatutos sociais” (2001a, p. 8).

As Plenárias, com caráter deliberativo, devem ocorrer nos períodos entre um congresso e outro (no mínimo uma por ano), tendo como principal intuito ser “um espaço fundamental de reavaliação e deliberação das questões programáticas da Federação – desde a estratégia até o cronograma de lutas a ser desenvolvido pelo conjunto dos agricultores organizados” (FETRAF, 2001, p. 18).

A Direção é uma instância também deliberativa, a ser reunida de quatro em quatro meses com a principal tarefa de “avaliar e propor encaminhamentos conjunturais apresentadas no período”. E, por fim, a Direção Executiva, além de cumprir com as normatizações expressas no estatuto tem por finalidade “fundamental encaminhar as questões cotidianas demandadas pelos fóruns anteriores, bem como responder, de forma ágil e dentro dos princípios e do programa da Federação, pelas diversas situações organizativas e de enfrentamento político que se colocarem” (FETRAF, 2001, p. 18).

Dessa forma, o processo de participação consolida-se com a efetiva construção destes espaços, potencializando a democratização das diversas instâncias. Não se pode desqualificar nenhuma destas instâncias, pois cada qual tem seu papel e sua importância, definindo uma maior integralidade dos atores envolvidos na gestão sindical. Refletindo esta questão, Roberto YOPI fala das diferenças dessas estruturas deliberativas em relação aos processos desenvolvidos pelo sindicalismo oficial da CONTAG ou das FETAG's. Sobre a FETAG do Rio Grande do Sul, ele relata que não haviam possibilidades de se interar e integrar de forma qualificada nas instâncias de decisão; lembra: “quando nós íamos para uma reunião da Fetag, que tinha uma eleição, não tinha um congresso para você discutir os grandes temas (...). Você vai para uma eleição, você vota, você volta e você não discute nada”. Por outro lado, percebe que a FETRAF começa a potencializar estes espaços de participação e decisão, principalmente, na definição de um amplo debate na elaboração dos congressos. Ele destaca alguns processos que são organizados durante a preparação do congresso e nos espaços de eleição:

Na nossa região, nós fechamos, nós vamos fazer uma reunião por comunidade. Cada dez pessoas, tirando uma pessoa para participar vindo aqui para a região. E, fazendo um grande encontro e tirando as linhas e, isso nós vamos fazer na micro regional. De cada cinquenta sócios, vai ter uma pessoa que vai para o congresso dos três estados do sul. E, lá, em dois ou três dias vai discutir as grandes linhas. Isso

aqui é um grande avanço, que nunca houve na agricultura familiar, no meu entendimento, na minha compreensão, nunca existiu isso. E, logicamente, um congresso como esse legitima outro processo, como uma eleição direta. Aí, você vai discutir com nossa base, dizendo porque que nós temos que ter uma eleição direta para escolher o presidente do sindicato de Espumoso, para você escolher o coordenador da região sul. Quem que são essas pessoas, quem que é do Rio Grande do Sul, quem que depende e muda completamente uma conjuntura de lideranças. E, até vai ser muito bem claro.

No entanto, indaga-se a efetividade destas instâncias no processo de reorientação da organização sindical, onde se discute que existe uma boa participação do sindicato e suas lideranças no congresso, nas plenárias, consolidando uma atuação da federação e diferenciando-a do sindicalismo oficial. Porém, indica que há dificuldades nas instâncias microrregionais, isto é, na relação da microrregião com o sindicato, com a base. Neste aspecto, Alexandre BERGAMIN afirma:

Uma dificuldade de avaliação muito grande é de compreender o papel da microrregião. Dos sindicatos compreender qual é a ação que vocês vão fazendo enquanto microrregião. Para consolidar uma ação da Fetraf na região, na microrregião, na base, nos seus sindicatos. Na base, ela ainda está bastante superficial e tem um aprofundamento maior nesse sentido. Então, se for aqui, pela nossa micro, a gente percebe que isso, às vezes, a micro se torna uma instância de repassar informações. E, já não consegue ter uma articulação de discutir a política na micro e de estar na direção, estar na plenária, no congresso, então não consegue fazer uma amarração ainda nesse sentido.

O caráter de inovação, assim, mantém-se na intenção, pois estas instâncias, na prática, não foram concretizadas em boa parte das microrregionais, dificultando a implementação destes espaços destinados para a participação e deliberação intermediária na estrutura sindical da FETRAF. Todavia, esta fragilidade está sendo observada, e coloca-se enquanto uma instância necessária para ampliar e qualificar os processos democráticos da organização do campo de representação.

3.3.1.5- A gestão financeira da Federação

Outro ponto importante para ser avaliado refere-se à gestão sindical, com respeito à necessidade de abordar os processos de autonomia financeira. Em relação à sustentação financeira da FETRAF é possível verificar uma intenção de não criar taxas ou impostos compulsórios e, assim, o artigo 49 do estatuto, que diz respeito às receitas da Federação, em específico no parágrafo II, propõe um sistema confederativo, onde parte desta receita será oriunda do “percentual aprovado pelo Congresso sobre a contribuição social aos sindicatos de setores específicos da categoria, em sistemas de arrecadação integrados entre Sindicatos, Federação e Confederação” (FETRAF, 2001a, p. 17).

Por sua vez, a Federação pretende construir uma metodologia e preparar pessoal para a construção dos orçamentos, seus e dos sindicatos, de forma participativa. Existe aqui uma explícita intenção de tornar a gestão mais democrática e transparente, mas, também, de buscar unificar os mecanismos desta gestão nas diversas instâncias organizativas. Estas potenciais inovações podem representar uma alternativa em relação às organizações sindicais tradicionais, em relação àquelas que deixaram de ser combativas.

Com respeito à proposta da política de finanças da Federação, podem ser elencados cinco itens centrais de arrecadação e sustentação da estrutura e organização sindical: unificação das anuidades dos sindicatos, fundo de lutas, sistemas de arrecadação integrados, campanhas de sindicalização e contribuição dos sindicatos com a CUT e a FETRAF. Entre esses elementos da política financeira, destacam-se o fundo de lutas, que tem por objetivo “viabilizar o financiamento das ações e mobilizações da Agricultura Familiar” (FETRAF, 2003a, p. 10) e o sistema de arrecadação integrado, que busca construir um sistema de contribuição vinculado ao pagamento da conta de energia elétrica, tendo por objetivo “ter um mecanismo ágil, prático e eficiente de arrecadação da contribuição dos associados aos sindicatos, ter regularidade nas receitas dos sindicatos e da FETRAF e, manter e aumentar o número de associados aos sindicatos” (2003a, p. 7).

Neste sentido, observa-se que existem vários sindicatos vinculados politicamente à Federação, mas que ainda continuam vinculados juridicamente às Fetag's, principalmente por manterem uma dependência financeira, traduzida pela arrecadação compulsória obtida pela taxação dos aposentados, que fazem parte do sistema previdenciário da CONTAG, desenvolvido em conjunto com o INSS. Esta dependência continua inibindo vários sindicatos de se desfiliarem da estrutura oficial, e assumirem, de fato, a FETRAF. Assim, provoca-se um problema sério de arrecadação por parte da Federação, dificultando sua sustentação financeira.

Existem avaliações sobre a questão financeira da Federação, definindo esta como um dos pontos mais frágeis da organização. Tal fragilidade pode ser percebida pela ausência ou debilidade dos processos de planejamento e administração das finanças, e por não haver uma definição de prioridades a partir da concepção de um orçamento (devidamente analisado). Nesse aspecto, as ações que envolvem os recursos da Federação são realizadas de forma não controlada, provocando problemas de gestão extremamente delicados. Refletindo sobre esta questão, Amadeu BONATO ressalta: “a Fetraf não tem recurso próprio para enfrentar programas de ação hoje. E, como vai conseguir solucionar sua questão financeira, outro aspecto de desafio que pode determinar cenários e não tem solução de fato a curto prazo e,

acho, que nem a médio prazo, ou seja, a dívida da Fetraf é enorme. Não tem solução em um ano. Mas, o que depende de construir uma estratégia financeira, que consiga resolver para daqui dois anos, três anos”.

Desta forma, torna-se necessário admitir que a gestão financeira deve passar por um processo de reorientação das instâncias de participação e deliberação e, assim, compreender esta gestão a partir do planejamento e controle do recursos. Para tanto, tem-se a exigência de elaborar um plano de saneamento e, assim, efetivar a participação mais próxima do Conselho Fiscal, para monitorar estas questões administrativo-financeiras. Altemir TORTELLI lembra que: “tratamos da questão financeira no sindicato, como uma coisa artesanal como uma coisa totalmente desqualificada. Nós não precisamos também ter um pouco de compreensão, não vamos dizer que empresarial, é o melhor, mas também tem que ser um pouco profissional. Nessa, tratar ela como uma questão importante, como uma questão prioritária”. A gestão administrativa e financeira deve ser analisada com maior cuidado, buscando entender as grandes dificuldades da federação neste período inicial e os desafios para garantir sua consolidação e autonomia política e financeira.

3.3.2- Os eixos estratégicos da FETRAF

A análise das práticas da Federação é uma das empreitadas desta pesquisa. Para tanto, é necessário compreender como estão organizadas as suas ações, definidas pelos eixos estratégicos. A partir destes eixos pode-se perceber e avaliar as ações planejadas e as ações realizadas, potencializando uma análise comparativa do discurso e da prática.

O objetivo estratégico da FETRAF é a “construção e implementação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário”, entendendo este projeto de desenvolvimento como um novo projeto de sociedade, buscando o fortalecimento e valorização da agricultura familiar. Enquanto elemento essencial deste desenvolvimento diferenciado define-se a construção da solidariedade, caracterizada pela melhoria de vida, inclusão social e econômica, equidade de oportunidades, respeito às diferenças, democracia e participação social, além das múltiplas dimensões da sustentabilidade, com ênfase na apropriação de um modelo tecnológico alternativo, fundado na segurança alimentar, na viabilidade econômica e na sua adequação ambiental e sócio-cultural. Para dar conta deste objetivo estratégico a Federação propõe três eixos.

3.3.2.1- A Federação e as políticas públicas

O primeiro eixo estratégico pretende: “avançar na democratização do Estado e na elaboração, disputa, negociação e implementação de políticas públicas que potencializem a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar como protagonista social, econômico e político” (FETRAF, 2003, p. 2).

Em relação a este eixo são projetadas ações no âmbito das políticas públicas, com enfoque principal no fortalecimento da agricultura familiar, levando-se em consideração algumas prioridades, como: “política agrícola (crédito rural, plano safra, seguro renda, acompanhamento técnico e luta contra os transgênicos), qualificação profissional, reestruturação fundiária e crédito fundiário, previdência social, educação, política habitacional, saúde, política ambiental” (FETRAF, 2003, p. 3)⁴¹. Uma das principais preocupações deste eixo é buscar a ampliação do acesso às políticas públicas por parte dos agricultores familiares, garantindo maior participação deles independente da idade ou do gênero.

Além de várias ações relatadas nas entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa, é interessante destacar uma das ações da Federação que busca, justamente, ampliar o acesso às políticas públicas – criação do Programa Nossa Primeira Terra. Este programa é fruto das mobilizações e discussões realizadas no universo das comissões de jovens da FETRAF (coletivo da juventude), em conjunto com lideranças de outras organizações da agricultura familiar (Cresol, cooperativas, associações e diversas ONG’s), culminando na realização do 1º Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, em Xanxerê/SC, do dia 29 ao dia 31 de maio de 2003. Desse acampamento participaram cerca de dois mil jovens agricultores familiares vindos dos três estados da região Sul.

A Federação e algumas entidades da agricultura familiar buscavam, com este evento, “dar visibilidade a um grupo social que possui interesse de permanecer no meio rural e que está comprometido com a construção de uma nova concepção de desenvolvimento rural, baseada na sustentabilidade, na solidariedade, na democracia, na justiça social e na igualdade de oportunidades”. E, ao mesmo tempo, afirmam que a “juventude é, e deve continuar a ser, protagonista nesta construção de um novo modelo de desenvolvimento que valorize a

⁴¹ No capítulo 4 são relatadas várias experiências na área da educação, incluindo nestas o Projeto Terra Solidária. Este projeto foi elaborado e coordenado pela FETRAF, com ações voltadas para a formação de agricultores familiares dos três estados do sul, jovens e adultos, no ensino fundamental e capacitação profissional – agentes de desenvolvimento. Também foram desenvolvidas atividades de pesquisa, intercâmbio, formação política, capacitação de dirigentes, elaboração de materiais didáticos, durante o período de 1999 até 2003, utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

agricultura familiar, superando seus problemas e garantindo uma vida digna no campo” (FETRAF, 2003b, p. 3)

Com significativa participação da juventude, a presença de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, principalmente, a entrega de documento final nas mãos do ministro, o acampamento permitiu amplo debate sobre a questão fundiária e as possibilidades de acesso à terra por parte dos jovens, através de um programa viabilizado com recursos públicos⁴². A criação de um possível programa denominado Primeira Terra, nas palavras da juventude reunida em Xanxerê, representa “a democratização do acesso à propriedade da terra”, pois “é vista pelos(as) agricultores(as) familiares do Sul do Brasil como uma condição necessária para construir uma trajetória de vida digna no meio rural. O alto interesse dos jovens em continuar a profissão de agricultor(a) choca-se com o tamanho do estabelecimento familiar que não permite, na maioria dos casos, o parcelamento da unidade e a ‘colocação’ de mais um filho(a), e também com a concentração de terras que encarece e limita o seu acesso” (FETRAF, 2003b, p. 4).

A questão fundiária é uma das frentes de ação da Federação, destacando-se o movimento elaborado pelo coletivo de jovens. Contudo, não se pode entender como uma prioridade esta discussão da reforma agrária – as práticas neste sentido são pontuais, não havendo uma proximidade, por exemplo, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Pelo contrário, são limitados os processos de debate, proposição e luta em conjunto, traduzindo muitas vezes relações de distanciamento e isolamento por ambos os lados.

Para além desta questão, há na FETRAF uma preocupação em ocupar os espaços públicos, destinados não só para homologar as políticas públicas, mas, sobretudo, elaborá-las. O exercício do controle social efetuado pelos conselhos públicos torna-se local estratégico para participação das lideranças dos agricultores familiares. Neste sentido, Altemir TORTELLI destaca:

⁴² Altemir TORTELLI lembra: “Existe um potencial transformador não só político, ideológico, mas transformador de novas tecnologias, de nova visão de pensar a produção e pensar o desenvolvimento. Junto a isso, nós estamos desenvolvendo um conjunto de outras políticas, que lutando por elas, por exemplo, a questão da reestruturação fundiária. Nós achamos que é papel do estado sim, fazer de fato uma reforma agrária nesse Brasil. E, é uma política pública de reforma agrária, social, econômica, mas, é uma grande massa, uma grande parte dos agricultores, de jovens, ou de agricultores que são do nosso meio ou de nossas comunidades. Eles não tem interesse em ir para um assentamento, mas tem disposição de continuar vivendo na roça, nas comunidades. E, produzindo como agricultor familiar, nós achamos que a questão de um programa de uma reestruturação fundiária é um elemento fundamental que, também, está colocado junto a isso. A proposta da primeira terra para juventude, também tem um peso muito grande”.

Precisamos avançar o processo de democratização do estado, num processo onde os trabalhadores tenham as mesmas condições dos empresários de influenciar nas políticas de estado, nas políticas públicas. Temos que estar cada vez mais qualificados, para fazer essa disputa dos espaços, dos conselhos (...). Nós participamos com essa compreensão, nós participamos do Conselho Econômico Social, nós participamos do CONSEIA, Conselho de Segurança e Nutrição. Vamos fazer parte do conselho de desenvolvimento agrário nacionalmente. Estamos reivindicando a nossa participação e, já temos uma posição favorável do Ministro da Previdência, e participamos do Conselho da Previdência. Estamos abrindo um diálogo com o Ministério da Saúde também. Estamos nos desafiando a participar dos vários espaços que definem políticas, que tem políticas públicas, que tem haver com a realidade que nós vivemos, com os problemas que nós vivemos. A nível dos estados nós estamos é pleiteando, reivindicando, negociando a nossa participação em vários conselhos, em vários espaços, por exemplo, nos CONSEIAS estaduais, nos Conselhos de Política Agrícola, nos Conselhos de PRONAF, nos Conselhos de Desenvolvimento, cada estado tem um nome, estamos reivindicando a participação da Fetraf.

Por sua vez, refletindo sobre a participação das lideranças nos conselhos, Alcemir BAGNARA afirma: “que há um certo despreparo para atuação mais eficiente nossa nos conselhos. Em muitos conselhos a gente está referendando as políticas que não venham nos beneficiar, é tanto por falta de pessoas como por falta de qualificação, para saber como intervir. Imagino que a maioria dos nossos nos conselhos, alguns estão chegando ainda para participação do sindicato e a ofensiva do poder público é muito forte para cima deles”. Dessa maneira, com o intuito de bem participar nestes espaços públicos, de forma propositiva, e não somente assinar embaixo as propostas provenientes do governo ou dos empresários, deve ser pensada a capacitação dos conselheiros, representantes dos agricultores familiares e representantes do campo sindical. Para tanto:

É fundamental continuarmos na luta, para democratizar os municípios, através da nossa participação qualificada, permanente, propositiva. E, com formas de pressão junto aos Conselhos Municipais (...). Estamos, inclusive, discutindo alguns programas da área de formação, para de fato qualificarmos essa nossa participação. Porque não tem sentido estarmos nesses espaços, nesses conselhos simplesmente para homologarmos as políticas dos poderes executivos municipal ou estadual. Nós achamos que devemos estar permanentemente qualificados, permanentemente em condições de disputar, de dialogar e de conduzir as políticas através dos conselhos, nos âmbitos estadual, municipal e, também, a nível nacional (Altemir TORTELLI).

A FETRAF, portanto, busca desenvolver ações que visam sanar esta deficiência de qualificação de suas lideranças na participação dos conselhos através de programas de formação política realizados no interior de sua organização (via os espaços do Terra Solidária, quando este estava na ativa), ou, em conjunto com a CUT e outras entidades sindicais. Observa-se, também, esta participação nos espaços organizados pelo poder público, com ênfase nos conselhos do trabalho. No entanto, as ações em vista das políticas públicas não se resumem à essas relatadas, mas demonstra além de intenções, práticas que envolvem os vários atores sociais do campo de representação da agricultura familiar.

3.3.2.2- Organização da produção e a sócio-economia solidária

A Federação apresenta como segundo eixo estratégico “avançar na organização sócio-econômica da agricultura familiar como elemento fundamental para a implementação de um desenvolvimento sustentável e solidário” (FETRAF, 2003, p. 3). Para isso, propõe no âmbito da estrutura sindical, a construção do Departamento de Organização da Produção e Sócio-Economia Solidária, que terá como diretriz reconhecer “a autonomia das organizações econômicas e se propõe a estimular, apoiar, a dar sustentação política ao sistema CRESOL, aos sistemas de cooperativismo e associativismo de produção e comercialização, à Rede Ecovida de certificação, e assume o compromisso de participar visando contribuir na definição dos rumos desses sistemas” (FETRAF, 2003, p. 4).

Esse eixo mostra a preocupação em construir relações entre as entidades organizadas no campo de representação da agricultura familiar. Estas relações, na década de 90, foram sendo potencializadas, em especial com a concepção da Frente Sul, que otimizou as lutas dos agricultores familiares. Dessa forma, existem vários relatos apresentando esta inter-relação das entidades no campo como algo relevante. Entre eles, Assis VIANA fala:

Geralmente, a maioria dos municípios tem pouca dificuldade de ter uma relação entre as entidades. Esse trabalho, por exemplo, que a gente tem aqui em Capanema, é com os sindicatos, com a Cresol, a Central da Associação. Nós temos aí, já um ano e meio, desse trabalho, por exemplo, todas as ações políticas que se faz, esse grupo faz junto. Nós temos inclusive uma conta, o financeiro é junto. Nós respeitamos o trabalho de cada entidade, que é específico da entidade. No trabalho político, a gente faz junto. Então, não temos dificuldade nenhuma. Agora, quando você enxerga um pouco enquanto cúpula, a gente vê, e aparece essas diferenças. E, muitas vezes, aí a relação nossa, como eu que estou no sindicato, esses problemas que se criam enquanto cúpula. De repente, a gente vê uma entidade olhando, quando te olha como sindicato, já te olha com aquele olhar de diferente e tal. Mas, no momento que a gente é, traz para a realidade, aí as próprias pessoas que estão dentro das entidades, começam a ver que isso é uma barreira construída.

A análise das relações da Federação com outras organizações do campo sindical e, principalmente, outras organizações no campo da agricultura familiar, é básica para compreender como as ações da FETRAF estão efetivamente consolidando práticas coerentes com a construção de uma sócio-economia solidária. Neste aspecto, a Federação coloca para si a responsabilidade de representar os interesses dos agricultores familiares em relação ao grande capital, com ênfase nas cadeias produtivas do fumo, leite e carne, permitindo um processo de mobilização e organização de inovadoras formas de estruturar as relações sociais e econômicas da produção.

Entre estas formas de estruturar experiências produtivas, Severine MACEDO relata que “a partir dos grupos de jovens, dos coletivos dos jovens dos municípios, está se construindo experiências alternativas, lá nas comunidades, de geração de renda, iniciando a

partir de um processo das roças comunitárias. A gente vem discutindo isso nas microrregiões”⁴³. Lembra que estão sendo desenvolvidas ações que garantam o debate não só da organização da produção, mas que também existe um repensar desta produção a partir de tecnologias alternativas. Assim sendo, conclui: “nestas microrregiões, onde um grupo de jovens possam ter disponibilizado uma área de alguém, da sua família, da própria comunidade, para fazer experimentos no campo da agroecologia, no campo do resgate das sementes crioulas. Inicia um processo de construção de projetos, inclusive para desencadear a questão lá, de geração de renda, da agroindústria. Porque a gente sabe que isso tudo está muito casado”. Este trabalho é possível não só pelo trabalho do coletivo de jovens, mas, pela rede de organizações envolvidas em torno destes projetos de produção coletivas e comunitárias.

Percebe-se, neste campo da agricultura familiar, uma diversidade de entidades que pretendem representar os agricultores familiares, definindo diferentes maneiras e processos para fazê-lo. Estas diversas dinâmicas garantem uma riqueza no potencial organizativo no interior do campo. Todavia, os atores sociais envolvidos no jogo passam a construir estratégias para se consolidarem no jogo, buscando somar capital que os legitimem nos espaços políticos – traduzido pela hegemonia no campo. A Federação, neste sentido, almeja ser referência do campo, tanto para os agricultores familiares quanto para as outras entidades (dentro ou fora do campo). Assim, passam a avaliar a participação de outras entidades no anseio da representação dos agricultores. Celso LUDWIG discute isto como um problema, dizendo que:

A gente não conseguiu estabelecer com as ONGs, elas não nos entenderam ainda. Talvez vão demorar. Sobre as ONGS não conseguimos achar a melhor parceria. Em função de que eles trabalham num espaço microrregional, e tem alguns grupos organizados e disputam diretamente com o sindicato, inclusive a representação desse grupo. Então, não estamos conseguindo, talvez também nós não estamos sabendo trabalhar, talvez o papel dos dois níveis: um de representação e um de apoio e organização, para buscar e construir referências nessa questão da produção.

Portanto, pode-se avaliar contradições na concepção destas parcerias, resgatando a idéia de autonomia exposta no discurso da FETRAF, mas, ao mesmo tempo, reduzindo o

⁴³ Sobre a diversidade das formas de organizar a produção, a FETRAF (2002, p. 6) destaca algumas novidades no campo da sócio-economia solidária: “existem inúmeras experiências de organização da produção, como as cooperativas de leite e o Sistema Coorlac, no Rio Grande do Sul, com seus mais de 4 mil agricultores familiares associados, ou a Rede Ecovida, voltada para a organização da produção de alimentos orgânicos e presente em toda a região Sul do País. Existem referências de organização da produção para exportação, como já ocorre em escalas cada vez mais significativas nas cadeias da soja e do açúcar mascavo. Além disso, estão sendo construídos sistemas de organização da comercialização e distribuição dos produtos da agricultura familiar”.

papel das ONG's a meros coadjuvantes, como apoiadores das estratégias da Federação. Esta postura tem, por consequência, a manifestação de uma clima de tensão, de disputa entre os atores sociais envolvidos no campo. Nem sempre existe a subjugação por parte da outra entidade, tornando a parceria impossível em função nas diferentes posições e posturas. Não existe um exato posicionamento entre os atores; para tanto, seria necessário um estudo específico, definindo com maior clareza as relações de poder no interior do campo de representação. Por sua vez, os agricultores familiares tornam-se, muitas vezes, reféns destas disputas, não contribuindo para a melhoria de suas condições de trabalho e de vida.

Com a intenção de superar algumas destas diferenças, busca-se capacitar os processos de articulação e gestão das lutas e mobilizações; o mesmo vale para os projetos e trabalhos nas áreas da produção, agregação de valor e comercialização. Como exemplo desta preocupação, José BRUGNARA descreve que:

Em Laranjeiras temos uma facilidade muito grande em conversar com a Cresol. Praticamente todas as discussões nós reunimos, conseguimos conversar e tocar junto. Até tem vários diretores que fazem parte da direção do sindicato e da direção da Cresol. E a gente sempre tem discutido isso, para que tenha alguns diretores da Cresol dentro da direção do sindicato e do sindicato dentro da Cresol, para que a gente não se divida. Porque se a gente se dividir, quem vai perder vai ser os agricultores e vai ser nós mesmos.

Torna-se imprescindível construir práticas visando uma maior aproximação das estratégias e, principalmente, planejar as ações de maneira conjunta. Daniel KOTHE afirma: “estou convencido que a gente precisa estar ciente com esse espaço. Agora eu tenho uma definição muito clara, que é a capacidade de articulação que a gente tem e que precisa amarrar isso na ponta. Então, compreendo, por exemplo, que nós temos que ter uma direção colegiada a nível local. Eu acho que nós temos que discutir a direção da Cresol, a direção do sindicato e a cooperativa não pode estar dissociadas.” Esta dita articulação, porém, exige sempre a disponibilidade para o diálogo, para a concessão, principalmente, no que se refere aos espaços de representação. A partir de uma leitura histórica, Afonso FLACK ressalta estas tensões a respeito da representatividade no campo da agricultura familiar:

A partir dos anos 90, outros atores do campo dos agricultores vão surgindo: ONGs, associações, cooperativas, no caso aí, a Cresol. Vão surgindo, tendo especificidades, bandeiras específicas, objetivos bem específicos. Não tão abrangentes como movimento sindical. Bem específicos. Só que a partir daí, no passar dos anos, essas bandeiras, tipo Cresol, que era crédito, eles vão ampliando na sua base para outras coisas mais gerais. E vão tensionando a lei do crédito, a questão da habitação, infra estrutura. Vão tensionando. Há um certo tensionamento de dizer: será que a Cresol está fazendo coisa que não devia, que é do movimento sindical ou mesmo fazendo coisa da Cresol. Então, é uma tensão de representatividade.

Contudo, pensando a respeito desse eixo, destaca-se o potencial de conversão de forças para garantir um processo de desenvolvimento com enfoque na agricultura familiar. Assim, Altemir TORTELLI ressalta: “nós temos que expandir cada vez mais, e eu não tenho dúvidas. Eu tenho dito isso em todo lugar que tenho ido. A nossa força vai depender da força da agricultura familiar. Vai depender de nossa capacidade de organização, de luta. Mas, depender também da nossa capacidade, do poder econômico que nós vamos construindo, nos próximos anos”. Para tanto, discorre sobre a necessidade de tornar efetivos espaços mais coesos de organização do campo. Conclui: “então, fundamental que nós consigamos construir compreensões coletivas, dos vários atores, das várias entidades, para construir de fato um sistema cooperativo, associativo, da agricultura familiar. Dirigido pela agricultura familiar, rompendo os vícios, as corrupções que foram vividas por outros sistemas cooperativos, os modelos empresariais e os modelos agroindustriais”. Estas leituras coletivas da questão da produção não garantem coesão e, também, não garantem a participação de todos os atores sociais do e no campo.

Assim, a disputa pela representação não é algo definido. Não obstante, provoca reações de debate e mobilização, pois seus atores acabam se posicionando em torno das práticas elaboradas no interior do campo, e avaliam as práticas desenvolvidas para fora do campo. Neste aspecto, torna-se necessário incorporar o princípio da solidariedade para não possibilitar práticas degradantes. Para isso, o terceiro eixo estratégico deve ser abordado.

3.3.2.3- A FETRAF: representação do campo da agricultura familiar

Durante o estudo sobre a FETRAF, pode-se afirmar que o terceiro eixo estratégico identifica um de seus principais anseios no campo da agricultura familiar: “avançar na consolidação da organização sindical orgânica à CUT, como ator político de representação da agricultura familiar, em todos os níveis (comunidade, município, microrregião, estado e região Sul), como sujeito fundamental para, articulado com outras organizações, avançar na conquista de políticas públicas, na organização da produção e para impulsionar a implementação de um desenvolvimento sustentável e solidário” (FETRAF,2003, p. 5). Dialogando com o descrito neste eixo, Marcos ROCHINSKI avalia: “Podemos entender assim, talvez não tenha sido escrito de forma mais adequada. Mas, o que realmente queremos dizer: a FETRAF é um ator político de representação, tem uma capilaridade grande por ser sindical, é uma entidade de representação, mas não é a única na agricultura familiar (...). Articula-se com outras organizações, sendo que ela também tem sua representatividade na agricultura familiar”. E, analisando as relações entre as entidades no campo, afirma:

Não podemos achar que a FETRAF é um guarda-chuva e as outras estão debaixo, vinculadas nesta estrutura. Na medida que estas organizações são compostas por agricultores, eles representam também os agricultores. São reconhecidas como representantes, mas com papéis diferenciados. Por exemplo, a Cresol tem um fim específico, uma associação tem um fim específico, mas o movimento sindical acaba tendo um papel mais amplo. No entanto, existe uma tensão nesta relação. A tensão está no espaço regional, pois não se observa isto localmente. Pode haver por parte dos dirigentes, com a organização que está vinculado, uma preocupação em ocupar o espaço político, garantir os cargos de representação. Existe, aí, uma disputa de cúpula, mas que deve ser superada com o debate de um projeto maior (...). Mas, é importante frisar que a partir do momento que você consolida uma organização, teoricamente, você se consolida enquanto liderança desta instituição.

A FETRAF, nesta perspectiva, é compreendida como mais uma dentre as diversas organizações que compõem o campo de representação da agricultura familiar. Dessa maneira, Altemir TORTELLI faz a seguinte reflexão sobre o potencial da Federação: “o terceiro grande eixo é a questão do sindicato. Nós estamos desafiados – estamos planejando – a consolidar e fortificar, uma direção, uma executiva capaz, que conduza a política da região sul. Que tenha a capacidade e a habilidade de contribuir no processo nacional. Nós temos uma tarefa e uma responsabilidade muito grande”. Para tanto, é necessário:

Que tenha a capacidade, habilidade e competência para articular o conjunto dos três estados, mesmo com suas diferenças que nós temos(...). Nós temos que ter a capacidade de negociar, capacidade de mobilizar, capacidade de juntar as diferenças das realidades dos três estados. Fortificar uma direção que junte esta condução da região sul, de uma executiva que conduza uma região sul, com um conjunto de dirigentes, companheiros e companheiras, que venham das regiões, das microrregiões. Nós achamos que tem consolidar as microrregiões, como base de solidificação da Fetraf (...). Então, uma executiva forte, uma direção representativa. As microrregionais, de fato, funcionando como elos de articulação da luta da federação em cada região, caminhando para construir os sindicatos regionais. E, no mínimo em cada comunidade, uma liderança. Eu não tenho dúvida, que nós seremos uma grande organização enraizada na base, pensando o Brasil.

A concepção de uma estrutura sindical orgânica é um dos desafios mais importantes da FETRAF para que ela se torne uma organização diferenciada no campo sindical. Assim, esse eixo visa construir novas práticas no âmbito da estrutura sindical, efetivando a democratização das instâncias organizativas e de decisão, incluindo seus diversos atores. Para tanto, “o avanço da organicidade e da atuação articulada e unificada das várias esferas (base, local, micros, região sul) é condição para o redimensionamento do movimento sindical” (FETRAF, 2003, p. 5).

Neste sentido, pode-se construir possibilidades que devem ser avaliadas futuramente, não havendo no momento nem condições nem parâmetros para finalizar uma interpretação sobre os reais avanços desta estrutura sindical. Entretanto, no máximo, é possível definir alguns cenários, como Marcos LEVANDOSKI constrói:

Os cenários que eu vejo são muitos bons, até porque a Fetraf está saindo na frente. É apresentando propostas para a agricultura familiar, propostas na área de habitação, na área de acesso a terra para jovens e para filhos de agricultores familiares. E propostas para uma nova concepção na área de educação. Também, com certeza isso que está credenciando a Fetraf. Que vai ter alguns retornos, básicos de imediato, mas, que a longo prazo é o que vai consolidar e o que vai fazer da Fetraf, ser diferente. Por ter pessoas que pensam e desenvolvem uma alternativa diferenciada para a agricultura familiar.

A Federação pretende, assim, tornar-se referência para o sindicalismo e para as organizações da agricultura familiar, constituindo-se a partir das bandeiras de luta da agricultura familiar. Romeu BOTI, ao avaliar o desempenho da Federação nestes três anos de existência, afirma que: “a Fetraf Sul para mim hoje representa a agricultura familiar não só nos três estados de atuação, que seriam Santa Catarina, Paraná e Rio Grande. Porque, a partir do momento que a gente começou em levantar a bandeira da agricultura familiar (...) a gente começou sentir assim que a agricultura familiar de fato se tornou referência. E, se tornou discurso não só nosso, mas de muitas pessoas, políticos, até a nível nacional”.

A estrutura sindical e os eixos estratégicos dimensionam as intenções e práticas da Federação, assim como possibilitam interpretá-la a partir do discurso de suas lideranças e dirigentes, efetivando-se como atores sociais no campo de representação da agricultura familiar. Ante isso, faz-se necessário conhecer melhor estes atores sociais e sua trajetória política e social, para entender até que ponto esta organização permite que as pessoas se reinventem, se reorientem – construam novas práticas, permitindo assim uma influência no *habitus* de representante sindical e de representante da agricultura familiar.

CAPÍTULO 4

Trajetória social e política dos dirigentes da FETRAF

O militante profissional, como o nome indica, é alguém que consagra todo o seu tempo àquilo que, para os outros, é uma atividade secundária ou, pelo menos, de tempo parcial. Ele tem tempo; e tem o tempo a seu favor. Está em condição de dissolver na duração burocrática, na repetição devoradora de tempo e energia, todos os atos de força proféticos, isto é, descontínuos(...). O fenômeno central é essa espécie de inversão do quadro de valores que permite, no limite, converter o oportunismo em devotamento militante: existem postos, privilégios, pessoas que se apossam deles; longe de se sentirem culpadas por terem atendido a seus próprios interesses, elas dirão que não os tomam em proveito próprio, mas pelo partido ou pela Causa, assim como invocarão, para mantê-los, a regra segundo a qual não se abandona um posto conquistado. (BOURDIEU, 1990)

Este capítulo tem por objetivo analisar algumas características dos dirigentes e sindicalistas da Federação. Para tanto, torna-se essencial construir o perfil destes dirigentes da FETRAF a partir de sua trajetória social e política, levando-se em consideração o vínculo destas lideranças com a agricultura familiar e o movimento sindical.

Desta forma, será necessário formular uma análise da trajetória de vida de alguns dirigentes da FETRAF, a fim de perceber como são construídos os referenciais de uma cultura sindical, que pode ser traduzido como um *habitus* sindical. Para isto, serão utilizadas as entrevistas realizadas com os dirigentes da Federação e com os presidentes de sindicatos a ela associados.

4.1- A agricultura familiar na vida dos dirigentes da FETRAF

O tema central desta pesquisa é a FETRAF, uma federação sindical que pretende representar os agricultores familiares; ainda assim, é necessário compreender até que ponto os seus dirigentes mantêm um vínculo com a agricultura familiar. Contudo, este vínculo deve ser entendido não simplesmente no contato com os agricultores, mas na relação com a produção, com as atividades na terra. Os dirigentes se caracterizam pela manutenção de suas ações enquanto agricultores, mesmo que isto não seja em período integral.

Nesse sentido, a fala de Alcemir BAGNARA (35 anos) salienta: “tenho um vínculo muito forte com a agricultura familiar e considero nela, na concepção e na prática, também como agricultor familiar uma vez que até hoje, nos trinta e cinco anos de vida, embora eu tenha saído um período para estudar, a minha juventude, eu sempre tive esse vínculo e sempre

fui agricultor familiar”. Ainda, reforça: “sempre foi essa a minha profissão, até hoje ainda moro no meio rural, tenho uma propriedade, a gente produz não em grande escala, devido o próprio trabalho de liberação junto a Fetraf, mas eu mantenho até hoje, no decorrer da minha história, esse vínculo”.

A agricultura familiar é encarada como uma profissão e não somente como herança de família ou falta de opção de vida; a fala anterior deixa claro o desejo de se manter no meio rural enquanto agricultor. Por sua vez, não podemos descartar a relação da vida de agricultor como algo herdado dos pais e avós – a relação com a terra constrói uma identidade familiar. Assim, a terra é um dos principais símbolos desta vida na agricultura – é expressão da motivação de continuar atrelado à produção agrícola.

Romeu BOTI (28 anos), nascido no município de Saudades/SC, filho de agricultores familiares, relata: “vivi até meus vinte e um anos na propriedade. Após, eu vim para o movimento sindical e passei a não mais trabalhar período integral na propriedade. Já em 95, 96, que eu vim para o sindicato municipal. Logo em seguida já casei, com a Alice e com a qual temos dois filhos. Fixei residência mais na sede, mas continuo com atividade da agricultura. A propriedade não própria, propriedade da família, onde que atuo junto com um irmão meu, os irmãos desenvolvendo alguns projetos na agricultura familiar”.

Nesta mesma perspectiva, resgatando sua história, Eloir GRISELLI (34 anos) lembra:

Eu nasci no município de Jacutinga/RS, hoje é Ponte Preta, mas era Jacutinga. Nasci, me criei lá, na comunidade de Nossa Senhora do Rosário, na linha cinco, que é comunidade do interior de Ponte Preta. Ponte Preta é um município que tem 1800 eleitor (risos). O pai mora lá ainda na comunidade, onde que eu nasci e que me criei lá. São agricultores até hoje, (...). Na verdade, eu e a minha família, nós somos hoje em sete irmãos, quatro mulheres e três rapazes. Da minha mãe, minha falecida mãe. Minha mãe morreu faz vinte e seis anos, eu tinha oito anos. E então eu era bem pequeno, eu era do meio. Então tinha minha irmã, meu irmão, e eu e tinha mais duas irmãs, e uma tinha três e outra tinha quatro anos. Meu pai, depois, casou de novo. Tem aí um casal que é meu irmão que tem dezessete, dezoito e minha irmã que tem vinte e um. E, na verdade, meu pai nasceu lá também, na roça. Meu avô ainda mora lá pertinho. O tio, a tia também mora por lá. Então, foi criado na roça, continua trabalhando lá, produzindo, leite, feijão, milho, soja, trigo e tudo que é coisa.

A herança existe, mas pode-se perceber que os processos de êxodo rural atingem também várias famílias destes dirigentes, identificando uma distância com a vida no campo, na agricultura familiar, ainda que seja de forma temporária. No relato de Claudionor LORINE (26 anos) observa-se esta preocupação em retornar para a agricultura familiar, apesar das dificuldades que o fizeram deixar o campo. Ele discorre:

Sou natural aqui do Rio Grande do Sul, município de Sarandi. A comunidade é chamada de Passo da Guavirova, e o nome se dá pela tal da frutinha de guavirova, e porque tem um rio aqui chamado Rio Caturetê, onde tem um acesso chamado passo. Antigamente se tinha um passo, não se tinha ponte. Então, se chama por isso o nome da comunidade. Estou com vinte e seis anos, e é até os dezessete anos,

dezoito anos eu sempre estive na agricultura. Um pouco a minha história de vida. Então, é nesse sentido, até os dezessete anos na agricultura. Junto com o pai, com a mãe, com a família toda na verdade, então a partir dos dezessete, dezoito anos eu migrei é para a cidade. Um pouco que chamamos de filho do êxodo rural. Então, hoje eu também, de alguma forma, a gente assume toda essa peleia junto ao movimento sindical. Mas, eu também, estou falso filho do êxodo rural. E, aí depois, tive um tempo no meio urbano. Aí depois, retornei para o meio rural novamente.

Existem, ainda, experiências nas quais, mesmo com a saída da família do campo, e o conseqüente abandono do trabalho na agricultura, a relação com a terra é central. Celso LUDWIG (24 anos) afirma: “meu pai era sindicalista e começou trabalhar no sindicato quando eu tinha nove anos de idade. Então, quando ele começou trabalhar no sindicato, ele foi morar para a cidade. E, neste de morar para a cidade, eu não fui morar junto, fiquei na roça (...). Passei, então, a trabalhar de empregado na roça. Nunca quis ir para a cidade”. Dessa forma, tem-se uma manifestação da vontade de permanecer na agricultura, na atividade rural, independente das condições para tal. Essa vontade é uma das características observadas na grande maioria dos dirigentes entrevistados, que buscam sempre ampliar as condições não só da permanência na propriedade, mas também nas possibilidades de retorno ao meio rural, à agricultura familiar.

Este vínculo com a agricultura familiar construiu referências para os dirigentes sindicais pois, mesmo em função do movimento sindical, eles conseguem manter proximidade com as atividades produtivas. Assim, “o dirigente sindical ou de outra organização da agricultura familiar, não pode perder esse vínculo com a agricultura, com a terra, até porque tem que sentir essa dificuldade e também as necessidades que a agricultura familiar tem” (João FORTUNA – 36 anos). Todavia, as dificuldades em desenvolver e organizar a propriedade é destacada como um problema freqüente, havendo limites para desenvolver as atividades de agricultor consorciada às ações sindicais.

Assim, foi observado que vários dirigentes construíram estratégias para continuar ou voltar à agricultura. Estas estratégias definem práticas que buscam permitir ao sindicalista não se afastar totalmente da atividade agrícola, ou seja, manter-se em contato com a terra. Entre estes Dirceu DRESCH (39 anos) lembra:

Morei com minha família um período, que tem na propriedade, junto com meu irmão e com minha mãe, com meus pais. E, depois, quando assumi o sindicato acabei saindo. Fiquei é quase dois anos morando na cidade. Quando comecei atuar na região sul, era muito distante as viagens aí para o interior, acabei vindo para a cidade. Mas acabou não dando certo. Em dois anos, consegui fazer um *'breack'*. E lá foi. Arrumei uma arezinha de terra lá, a chácara com cinco hectares. É onde a gente mora há quase quatro anos. Agora, casado, com duas filhas, uma de doze e outra quase quatorze. Agora é isso, sou apaixonado pela agricultura familiar. Gosto muito e, nesse momento (início da tarde), nós estamos falando aqui, eu trabalhei desde clarear o dia até agora na roça, carpir um pouco é bom.

Esta dita paixão pela agricultura familiar não é algo restrito a Dirceu, mas este sentimento é explicitado por outros dirigentes. Desta mesma maneira, construindo estratégias para continuar na agricultura, Delma SUCCO (30 anos) diz: “os meus pais ainda moram lá na roça, são agricultores. Produzem lá milho, soja, feijão, trigo, suínos, vacas de leite, uma diversidade de produtos da agricultura familiar. E eu ainda continuo sendo agricultora familiar. Quando tenho tempo vou lá para a roça. Agora nós montamos um parreiral também na agricultura. E, inclusive eu sendo liderança sindical, atuando, eu nunca perdi o vínculo com a agricultura, e continuo sempre trabalhando lá com meus pais”. Essas palavras mostram o interesse em administrar o vínculo não só com a agricultura, mas também com a dinâmica familiar de gestão da propriedade.

Portanto, a relação com a propriedade define um processo de proximidade com a família, mas também com a terra, propiciando o interesse em tornar o ambiente agradável e próspero. A família e a terra se expressam como elementos essenciais da agricultura familiar. Este mesmo interesse estende-se às relações com a comunidade onde está inserida a propriedade, tornando o projeto de organização da agricultura familiar um projeto da comunidade; não obstante, isto também define a necessidade de compreender a gestão da agricultura como algo que será viabilizado para além da propriedade.

Busca-se entender neste momento o anseio do agricultor que se manifesta nas ações dos dirigentes, compreendendo as possibilidades de manutenção do vínculo com a agricultura familiar. Neste sentido, o relato de Altemir TORTELLI (38 anos) evidencia esse desejo:

Eu acho que é a essência da minha vida política, tá voltada a isso. Acho que teve uma fase da minha militância que pedia a compreensão, que o que era importante era fazer política. E, que através da consciência política partidária dos trabalhadores nós iríamos fazer a transformação social. Mas, nos últimos dez anos, nós fomos compreendendo que a transformação que era a revolução, que a construção da nova sociedade, não simplesmente só por um golpe da mágica, por uma tomada de um assalto pelo poder. Mas, é um processo de construção de um novo poder, de uma nova democracia, de uma nova participação, de novos valores, de novas relações e talvez de uma nova economia. Só, que acho, que nesse processo dos últimos dez anos, que fui reencontrando comigo mesmo e me reencontrando com a relação com a agricultura familiar. E, é por isso que eu fiz essa opção de voltar a ter uma inserção direta, mais orgânica com a propriedade, com a comunidade, com a região pra reconstruir de fato essas relações, essas identidades, esta categoria que falando que nasceu, se criou, teve vinculado diretamente à produção e à propriedade.

As dificuldades no campo não se reduzem à produção ou permanência na terra, mas incluem também o processo de formação e educação. Grande parte dos dirigentes não tiveram oportunidade de concluir seus estudos no tempo adequado; longe disso, durante a época que eram crianças ou adolescentes tiveram problemas para se manterem na escola e continuar os

estudos, mesmo concluir o ensino fundamental. O fato de não poderem estudar forçou uma intimidade com o trabalho na terra. Eloir GRISELLI relata:

Na verdade, nós quando começamos a militância. Eu, o meu irmão também que estudava, mais velho que eu, estudava. Eu não fui na aula, que era bem pertinho de casa que era, dava cem metros da escola. Era até a quarta série. E, depois, era em Ponte Preta, então era 3 km longe. Meu irmão já ia, ele ia a cavalo. E, quando começou lá, o meu pai insistia e insistia para mim estudar, e forçou para mim ir para a aula, na quinta série a oitava série em Ponte Preta. E eu acabei indo porque os piás iam também. E, então, eu fazendo amizade, bagunça, tudo e acabei indo para a aula. Não gostava, não queria, e dizia para Pai que ia desistir e não queria. Chegou um ponto que ele disse: “bom, não adianta, vai rodar mesmo”. E, acabei parando um pouco mais da metade do ano. Parei de estudar. Parei de estudar e meu irmão continuou. Ele estudava e eu parei, e sempre gostei de trabalhar na roça. Aí eu só voltei a estudar depois que estava lá em Pinhão, não tinha mesmo, lá em Pinhão que voltei a fazer o primeiro e o segundo grau⁴⁴.

Com dificuldades de continuar os estudos, Alexandre BERGAMIN (26 anos) lembra: “na verdade assim eu quando completei o primeiro grau lá nos meus quinze anos, eu tomei uma decisão de não estudar porque nós tinha mais quatro irmão e eu sou o mais velho e aí tinha dificuldade em casa de nós trabalhar e manter o estudo para todo mundo e fazer o segundo grau, sair de casa e ir para Xaxim ou Chapecó, e aí eu falei para o pai e para a mãe que eu iria permanecer em casa, estudar em casa e no trabalho”. Entretanto, esta estratégia de permanecer sem o estudo nem sempre se define como única opção, pois percebe-se que os dirigentes da FETRAF, mesmo não tendo estudado no período da infância e adolescência, buscaram concluir parte de seus estudos em projetos de jovens e adultos, definindo uma preocupação com a educação formal, como algo mais amplo do que a formação sindical.

Existem experiências de educação na região sul que buscam garantir uma formação integral, ou seja, as áreas de conhecimento são trabalhadas não de forma isolada, fragmentada, mas busca-se inserir a prática com a teoria, uma *práxis* pedagógica como, por exemplo, as experiências do ensino fundamental e qualificação profissional do Terra Solidária (nos três estados do Sul, coordenada pela FETRAF), o programa de ensino médio e formação técnica da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero (FUNDEP - sediada na cidade de Braga e Pontão, no Rio Grande do Sul), as Escolas Comunitárias dos Agricultores (ECA's - no Sudoeste do Paraná), entre outras. Nessa perspectiva, observa-se

⁴⁴ O Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT/PR, nos anos de 1998 a 2000, em parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEAD-Pinhão), no município de Pinhão/PR, desenvolveu o programa de escolaridade de dirigentes e lideranças sindicais rurais. Foram organizadas turmas de ensino fundamental e ensino médio com dirigentes dos três estados do Sul, vinculados principalmente ao Fórum Sul dos Rurais da CUT. Esta mesma experiência ocorreu com o CEAD de Francisco Beltrão/PR, agrupando lideranças do Sudoeste do Paraná. Na atual coordenação da FETRAF existem vários dirigentes que participaram deste programa, assim como lideranças de sindicatos da sua base.

vários dirigentes que se envolveram nestes projetos pedagógicos, entre eles Celso LUDWIG lembra:

Apareceu oportunidades de estudar, na escola de técnicos em agropecuária – agentes de desenvolvimento rural da Fundep. E, que era intercalado. Tinha dois meses de escola e dois meses de tempo na comunidade. É, é onde que eu ia. Comecei a estudar e, que de fato, me envolvi mais permanentemente com os movimentos hoje (...) toda a mística muito presente. E, nós como de costume de origem alemã, muito reacionário a esse tipo de movimento. Então um momento de adaptação difícil. Por um ano, mas fui entendendo a lógica da sociedade. Os lados. E por ali fui vendo que a escola permitia, que apresentasse os dois lados da moeda. E que cada um podia a partir daí optar pelo seu lado. Daí para adiante, uma vez passado o movimento rural, eu continuei trabalhando de empregado na roça. E, numa altura para frente da minha vida, eu comecei trabalhar com uma horta agroecológica, em parceria com um agricultor no município de São José do Cedro. Onde também por quatro anos, três ou quatro anos, em parceria trabalhando direto na agricultura. Dois meses de tempo na escola, e dois meses de comunidade.

A educação torna-se estratégia importante no processo de organização dos movimentos rurais; para tanto, várias experiências envolvendo ações pedagógicas e interagindo com ações políticas permitem um espaço de construção de capitais (cultural, social e político) no meio rural, incluindo dentre eles o campo da agricultura familiar. Assim, resgatando sua história, Claudionor LORINE diz:

Sou muito novo na história do sindicalismo. Então, em julho de 99, é aonde começou todo o processo da primeira turma do projeto terra solidária. Eu ingresso aí no terra solidária como aluno. E, aí então começa um pouco a minha história dentro do movimento sindical. Então, eu faço como aluno o primeiro grau, o ensino fundamental dentro do Terra Solidária. E, aí depois, eu tenho mais um tempo dentro da escola agrotécnica, que é a escola da Fundep. Hoje ela tem a sua sede em Braga, no Rio Grande do Sul, em Braga. E, agora tem uma extensão aqui em Pontão. Então, ali eu faço o meu segundo grau técnico. No momento, eu estou fazendo estágio então nesse meu estudo aí, então nessa todo o meu estudo. Durante o estudo no ensino fundamental, dentro do terra solidária, e depois o meu ingresso no colégio agrícola. Aí nesse tempo, então, venho sendo preparado de alguma forma para também estar assumindo.

Os espaços da educação colaboram, portanto, na formação do *habitus* dessas lideranças sindicais, enquanto pessoas que constroem sua identidade social e política no interior não só da comunidade, mas também dos movimentos sociais. Os dirigentes da Federação, por sua vez, se caracterizam pela formação de nível superior; observa-se que vários destes dirigentes cursam faculdade ou que já concluíram o ensino superior. Tratando-se do sindicalismo rural, este fato demonstra uma preocupação diferenciada por parte dos dirigentes dos sindicatos tradicionais.

Neste sentido, a fala de Daniel KOTHE (25 anos), explicita não só a preocupação com a formação superior, mas também uma inserção no movimento estudantil, garantindo uma experiência para além do sindicalismo. Ele relata:

Em 95, fui para Passo Fundo, ainda como interno da Congregação dos Missionários da Sagrada Família. Fiz Filosofia no Instituto de Filosofia Bertiê. Depois fiz validação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UPF - Universidade de Passo Fundo. Depois fui a Porto Alegre, fiquei um ano em Porto Alegre, no noviciado da Sagrada Família. E, depois, voltei para Saudades. Nesse período, eu militei no movimento estudantil. Fui três anos presidente do grêmio estudantil do segundo grau. Depois foi o envolvimento com o movimento, primeira vez com o movimento estudantil (...). Presidi também um diretório acadêmico, em dois anos do Instituto de Filosofia. Depois voltei para Saudades, no final de 99.

Do mesmo modo, Roberto YOPI concluiu o ensino superior, a faculdade de História, na UNIJUI (em Ijuí/RS). Outros dirigentes da FETRAF ou de sindicatos associados estão buscando esta formação; entre eles: Severine de MACEDO cursa Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com mais 30 lideranças do movimento sindical. Alcemir BAGNARA, na mesma universidade, cursa Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, em uma turma de 30 alunos oriundos do movimento sindical. A FETRAF estabeleceu uma parceria com a UERGS para desenvolver esta experiência, na qual existe uma co-gestão dos cursos de nível superior, estabelecendo um currículo voltado para a realidade desses dirigentes.

Com o mesmo interesse, Tomé COLETI (36 anos) (da coordenação de gestão e finanças da FETRAF) faz Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC – em Florianópolis), Marcos LEVANDOSKI cursa Direito no Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE – de Ponta Grossa), Romeu BOTI faz Ciências Agrícolas na Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ/SC). Existe uma mudança significativa em relação ao perfil dos dirigentes sindicais de outras gerações do sindicalismo rural, cujos membros apresentavam baixo nível de escolaridade e pouca preocupação na formação acadêmica. No entanto, verifica-se que não é somente uma questão entre gerações, mas de afinidade política, isto é, vínculos com correntes do movimento sindical que buscam priorizar, além da formação sindical, a formação escolar, expressando assim uma orientação política diferenciada. Portanto, percebe-se que esta preocupação com a escolaridade indica o anseio de construir um diferencial em relação ao velho sindicalismo; ao mesmo tempo, permite a valorização dos potenciais de organização e formação de um capital cultural.

A busca pela escolaridade é identificada com maior ênfase nos jovens dirigentes, caracterizando um processo de renovação das lideranças sindicais e, também, construindo um novo perfil deste dirigente representante dos agricultores familiares. A juventude nos espaços da FETRAF passa a ocupar não só cargos e funções de representação da juventude rural, mas exerce ações que extrapolam os coletivos de jovens. Isto vislumbra possibilidades de transformação do campo de representação da agricultura familiar, impulsionado pelas novas gerações que conquistam os espaços da organização. Entretanto, não é garantia de mudança o

fato da juventude chegar às posições mais importantes na hierarquia sindical, pois a expressão de uma heterodoxia nem sempre é eficaz, principalmente, no aspecto de superar uma visão ortodoxa e tradicional.

As práticas desenvolvidas nos espaços da agricultura familiar identificam referências entre os atores envolvidos no campo político específico, isto é, o campo de representação da agricultura familiar. Desta forma, é necessário compreender como estas pessoas se reconhecem como lideranças em suas comunidades e, posteriormente, enquanto dirigentes sindicais.

4.2- Início da militância: influência das pastorais, partidos políticos e outros movimentos sociais

A formação das lideranças não deve ser entendida somente nos espaços da escola. A que se admitir a ampla influência da comunidade, em especial a igreja católica, local privilegiado para a construção do capital cultural, político, social destes dirigentes⁴⁵. A característica tradicional da participação das famílias de agricultores nos espaços religiosos da comunidade cria um ambiente de integração. Tal integração, num primeiro momento, não se dá nos aspectos políticos, mas sim como um ambiente de crença e de fé. Pode-se compreendê-lo como uma forma de participação gerada pelo costume e tradição cultivados pela família e por outros membros da comunidade. Noutras palavras, para ser aceito e respeitado na comunidade é necessário estar presente nos movimentos religiosos, nos ritos, nos espaços da igreja e pela Igreja.

Nesse contexto, existiu um tempo quando a própria igreja passou por processos de transformação, quando a postura tradicional e ortodoxa foi abalada por outras manifestações de fé e participação de seus fiéis. A relação dos movimentos de esquerda dentro da igreja (das CEB's, de algumas pastorais e da teologia da libertação, por exemplo) construiu um ambiente eficaz para a formação de lideranças para outros movimentos sociais, incluindo aí o movimento sindical. O novo também se manifesta no ambiente religioso. Entra-se nestes espaços pelo rito e depois se discute o que não é próprio do rito, do religioso, ou seja, as questões do campo político.

Neste sentido, os dirigentes da Fetraf, assim como os presidentes dos sindicatos associados, que participaram do processo de entrevista nesta pesquisa (mas, pode-se ampliar

⁴⁵ É importante frisar que existem lideranças do movimento sindical rural que se originam da participação nos espaços da igreja luterana e de outras denominações cristãs.

esta observação para várias outras lideranças do sindicalismo rural), apresentam em grande maioria um vínculo com as pastorais ou movimentos da igreja, proporcionando um primeiro espaço do engajamento na formação política, chamado por eles de início da militância. O movimento sindical rural mantém historicamente uma relação intrínseca com a formação de lideranças nos espaços da igreja e das pastorais, as exceções são raras.

Dirceu DRESCH afirma: “comecei militar aqui, principalmente a partir da pastoral da terra, CPT, da igreja católica e, também, da pastoral da juventude rural”. A herança política da igreja vai ser levada para o sindicato e para o partido. O ambiente da igreja torna-se referência para essas lideranças, propiciando a construção de valores na organização da comunidade. As práticas desenvolvidas nos espaços da igreja influenciam as lideranças no respeito à autoridade, gerando algumas regras de convívio que são transpostas para outros movimentos e/ou espaços comunitários.

As CEB's e as pastorais, com fortemente atreladas aos princípios da teologia da libertação, permitiram uma formação de base e uma inserção na comunidade que se refletiu no processo de participação nas diversas frentes políticas na região. Eloir GRISELLI diz que:

Estava envolvido num grupo de jovens na comunidade. Em 85, 86, eu me envolvi na Pastoral da Juventude do município. E, aí comecei a fazer alguns cursos e surgiu a oposição sindical em Jacutinga/RS. Primeira vez que surgiu uma oposição sindical no sindicato, eu não participei da chapa, mas como estava na pastoral da juventude, ajudei. Algumas coisas e foi aí que comecei a me envolver. Fiz alguns cursos, comecei a participar, mas participava assim, no município, na Pastoral da Juventude, na coordenação, na região. E, comecei a partir dos cursos que eu fiz... comecei a me envolver.

Os espaços de formação disponibilizados pela igreja permitiram o surgimento de várias lideranças no meio rural, propiciando a elaboração da organização destas comunidades não apenas no sentido religioso, mas também político. Severine de MACEDO (21 anos), resgatando sua história, relata: “na verdade, a minha militância começou muito cedo. Eu faço parte de uma família que tem cinco irmãos. O meu pai faleceu eu tinha nove anos. Faleceu na agricultura, inclusive trabalhando na roça, por uma dificuldade que a gente tinha de terra”. E, continua, “então a família vem de uma história de luta e de uma caminhada lá no município (Anita Garibaldi/SC). Então, desde pequena a gente ir junto com a mãe para a reunião, ficava dormindo debaixo da cadeira, ou sempre acompanhando o pai e mãe nesses espaços. E, desde cedo, principalmente na igreja, se metendo em ir lendo lá leitura, participando das atividades e tal. É nessa participação, mais na igreja, eu entrei para a Pastoral da Juventude, com treze para quatorze anos”. Estas práticas no interior das comunidades renderam aos dirigentes características importantes na atuação de liderança, por exemplo, o exercício da oralidade em público, a organização de reuniões e dinâmicas de grupo, os processos de coordenação, além

da inserção da mística nestes espaços não propriamente religiosos. A aquisição destas habilidades também representa a ampliação de capitais e influencia a construção do *habitus* desses dirigentes.

Torna-se importante ressaltar que o vínculo com a igreja permite verificar que o movimento sindical da agricultura familiar é composto por várias lideranças que iniciaram sua vida política nas organizações religiosas da comunidade, com mais ênfase nas pastorais. Contudo, este espaço político não está isolado; muito pelo contrário, existem vários relatos aferindo vínculos com a organização das oposições sindicais, dos movimentos sociais e/ou dos partidos políticos. Neste aspecto, Altemir TORTELLI lembra:

Iniciei no movimento sindical. No movimento mais uma atuação fora da família em 83, iniciando no grupo de jovens da comunidade, de Ponte Preta/RS que hoje é município, (...). Na verdade em 81, 82, 83 é já comecei a militar na Pastoral da Juventude lá da Paróquia, lá da Diocese. Em 84 começamos o movimento para organizar uma oposição sindical, em Jacutinga. Particpei da oposição em 86. 87 a 90 militei mais na CUT regional. Fui diretor da CUT regional do Alto Uruguai, da região de Erechim por dois mandatos, secretário da política agrícola, secretário sindical, esse período também atuei (...). A primeira liberação, a chamada liberação onde os sindicatos, os Cepos, movimentos de barragem, na época a Pastoral da Juventude, entendia que era importante ter alguns dirigentes para ajudar a levar a proposta do novo sindicalismo para outros municípios. Então, atuava na CUT regional e era liberado para fazer essa tarefa de organizar os sindicatos, as oposições. Construir novos sindicatos no Alto Uruguai.

A formação de novas lideranças tem um poder de reciclagem importante, mesmo que a permanência de alguns dirigentes seja observada amiúde, principalmente daqueles que acabam efetivando uma carreira no interior do movimento. Severine de MACEDO comenta:

Fui convidada para entrar para pastoral. A gente entrou e a partir da atuação no município a gente começou a participar a nível de diocese. Então, na coordenação diocesana da pastoral. A partir do trabalho com a pastoral da juventude, nós começamos a construir um processo de trabalho com a juventude no colégio, fundando o grêmio estudantil. Tendo alguns contatos com o movimento estudantil a nível de estado, mas muito superficial. Então, dentro desse processo, a gente já tinha feito duas oposições no sindicato lá em Anita Garibaldi e não ganhamos nenhuma. Então, na terceira vez, nós compomos com parte da direção antiga. Foi onde a gente conseguiu entrar para dentro do sindicato. E na eleição seguinte, conseguimos meio que limpar, digamos assim, a direção ficando majoritariamente o pessoal do nosso campo.

Da mesma maneira, confirmando esta renovação da direção dos sindicatos, mas identificando também uma preocupação da juventude em continuar vinculada à agricultura, à produção agrícola, como uma possibilidade de se legitimar no papel de representação sindical, Marcos LEVANDOSKI (23 anos) lembra: “sou agricultor familiar da comunidade de Faxinal do Silva, no município de Palmeira/PR. Iniciei os trabalhos do sindicato e desde os quinze anos, isso por que o meu pai já tinha um histórico de participação no movimento sindical, nas direções de sindicato. Então, eu sempre estava participando de encontros, de reuniões. E, mais

efetivamente quando tinha dezoito anos de idade, que eu fiz parte da primeira direção de sindicato, na secretaria de jovens”. Esta fala mostra a influência da experiência política de familiares, introduzindo princípios de uma participação fundamentada em práticas muitas vezes tradicionais (ortodoxas); contudo, tais ações permitem um processo de inserção de novas pessoas no campo da organização.

Não está garantida, por sua vez, uma postura inovadora ou heterodoxa, que poderia ser resultante de práticas diferenciadas, pois elas são resultado de práticas tradicionais. Existem várias influências nestes esquemas de percepção, apreciação e ação desses jovens, contribuindo, mesmo de forma não consciente, na sua inserção em atividades políticas, na formação do seu perfil, na construção do *habitus*. BOURDIEU (2001b, p. 199), abordando questões referentes à *illusio*, em sua análise sobre as lutas políticas, esclarece que:

Os novatos trazem consigo disposições previamente constituídas no interior do grupo familiar socialmente situado, portanto, mais ou menos ajustadas de antemão (sobretudo em virtude da auto-seleção, vivida como “vocação”, ou da hereditariedade profissional) às exigências expressas ou tácitas do campo, a suas pressões ou solicitações, e mais ou menos “sensíveis” aos sinais de reconhecimento e consagração, que envolvem uma contrapartida em termos de reconhecimento em relação à ordem que os confere.

Outro aspecto a ser analisado na formação do capital político, social e simbólico dos dirigentes sindicais da Federação, é a influência nos espaços dos partidos políticos, que definem características ímpares no processo de debate e construção da percepção sobre a sociedade e o Estado – a luta pelo poder governamental. Desta forma, alguns dirigentes apresentam no decorrer de sua história pessoal experiências que mostram a inserção na política, das quais algumas colaboram com o perfil político dessas lideranças, podendo serem vinculadas dentro do campo de representação da agricultura familiar. Assim, através de relato de Dirceu DRESCH, candidato a deputado estadual em Santa Catarina em 2002, ficando como 2º. suplente na bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), verifica-se alguns elementos importantes:

Estou com uma certa confusão nesse período, porque como a gente atuou e entrou na vida mais política partidária e também para candidatura e tal. Eu hoje, também, atuo um pouco a nível de partido, atuo também na secretaria agrária do PT. E, isso faz com que nossa agenda piore ainda. Em termos de andar e correr estado e tal. Bom, agora tem uma outra discussão de sair uma candidatura a prefeito do município. E, tudo isso dentro de uma estratégia de construção a nível da agricultura familiar e de disputa políticas públicas. Mas, não só também ocupar os espaços públicos desde que, claro, a gente tenha aí um conjunto de lideranças que vem vindo e vem ocupando novos espaços. E vem continuando a luta. Na minha concepção, você ocupar os espaços públicos por si só, ocupar sem ter uma estratégia, sem ter uma organização e que sustente, que consiga construir esses espaços com pressão e com política, na minha avaliação não tem muito sentido. Ou você construa uma coisa de projeto e de estratégia, se não ocupar por ocupar, também não tem muito sentido no que a gente está ocupando.

Então, nessa lógica que a gente está, nesse debate de ter essa possibilidade, de ter essas condições, de estar colocando nome. E, essa é a discussão que a gente vem fazendo aí, para definir nos próximos dias.

A preocupação na gestão das políticas públicas, no caso, com enfoque na agricultura familiar, deve ser pensada a partir das interações destes campos políticos através da definição de prioridades estratégicas, potencializando os atores sociais na organização do campo de representação sindical e da agricultura familiar. No entanto, alguns dirigentes apresentam experiências que definem contradições neste processo de interação dos campos, isto é, as famílias mais conservadoras dificultavam a participação e a inserção nos espaços públicos por parte destas lideranças. Neste sentido, Eloir GRISELLI lembra:

Naquela época, no ano de 85, 86, falar em CUT, falar que surgiu o PT, acho que 86, olha meu Deus do céu, tu era marcado na palheta. Mas, era marcado, andava pela cidade os caras te olhavam meio assim, o bicho que vinha. E, depois veio a oposição sindical e meio que quebrou um pouco isso. E, mesmo assim não foi fácil, era acusado de CUT mesmo e o pessoal não escondia. Então, não foi e aí era militância e na verdade não tinha esse negócio de liberação. Essas coisas não existia. Então, a gente ia para as reunião, para lá e para cá, tudo com dinheiro do bolso, do próprio e não tinha apoio praticamente de nada. Todo mundo assim. E, eu sei, isso foi muito difícil na família, não foi fácil, o meu pai, o meu avô é daqueles tradicional do Arena. E, que o meu pai sempre conta, que quando tinha dia de eleição, de manhã cedo, no café, meu avô dizia em italiano: “save onde vota, vocês sabem onde vota, heim!”. Que ele soubesse que votava fora da arena, do PDS, ele expulsava de casa. Não precisa dizer mais nada, não precisava ele dizer, sabe, sabia que era aquilo.

Estas contradições políticas no âmbito da família, ao mesmo tempo, permitem um processo permanente de debate e defesa de idéias, uma discussão ideológica com a construção de posicionamento político. Apesar da postura conservadora de algumas famílias destes dirigentes, é necessário perceber que tanto as possibilidades de mudança como de permanência não devem ser pensadas a partir de uma visão determinista. Os processos de conflito, negociação, mudança e superação de uma opinião tradicional são possíveis nesse ambiente dinâmico. Essas práticas, portanto, propiciam elementos importantes na formação política destes dirigentes.

4.3- Organização do cotidiano: as práticas e o *habitus* de dirigente sindical

As novas lideranças constroem diferentes perspectivas na organização sindical, permitindo compreender que as práticas podem influenciar na identidade dos dirigentes e na transformação do *habitus*. É necessário afirmar que nem sempre estas ações foram planejadas ou pensadas de forma estratégica, mas elas traduzem algumas possibilidades do fazer diferente. Daniel KOTHE pondera: “alguns papéis tem dado e chamado a nossa dinâmica de trabalhos de uma fábrica de loucos, e uma dinâmica assim muito corrida de trabalhos. Por um

lado positivas, por exemplo, uma entidade que não tem demanda, ela é uma entidade que não tem representatividade, não tem reconhecimento. Acho que isso é uma coisa positiva”. Porém, ele mesmo afirma:

A entidade que tem demanda, que é lembrada, é porque tem representatividade, tem legitimidade para falar em ou, como ou por em diferentes fatos, acho que isso é uma coisa importante. A rotina tem se dividido em construir. A minha, especificamente, tem se construído em se dividir em construir agendas nas micros regiões, construir agendas no sindicato. É, debates principalmente em torno da estratégia. É em torno da construção do desenvolvimento. Em torno de algumas questões específicas, como os grandes programas. E, além disso, com atividades da executiva, com articulação de atividades e assessorias.

As responsabilidades assumidas pelos jovens dirigentes sindicais no âmbito do campo de representação política implicam num processo de experiências nem sempre dominadas por completo; pelo contrário, caracterizam a construção do conhecimento a partir de suas práticas não conhecidas ou não refletidas (nem sempre conscientes). Estas práticas permeiam o anseio em desenvolver referenciais no interior deste campo, enquanto controle de esferas de poder. O acesso a essas esferas pode ser entendido como instância de organização, que nas palavras de Severine de MACEDO se expressam como espaços de um processo de reconhecimento e auto-reconhecimento, de construção de capital social. Ela nos relata:

O Congresso da Fetrafesc em 99, é onde a gente participou. E a gente foi chamada para a discussão para estar assumindo então a coordenação do coletivo, da comissão de jovens da Fetrafesc, da Fetrafesc em Santa Catarina. Então, depois de muitas indagações, porque a minha experiência - não tinha experiência em movimento sindical - não conhecia direito o movimento sindical. Participava esporadicamente lá no meu município e tinha participado dessas atividades da juventude. Então, eu hesitei e pensei em não assumir pelo medo e o desafio de estar colocado, não ter experiência, de não saber dar conta do recado (...). As primeiras reuniões da Fetrafesc, eu tinha vontade de chorar, porque falam em PARDS⁴⁶. Para mim era bicho papão, que eu nunca tinha ouvido falar assim. Estava ali participando com o pessoal, que anos e anos de caminhada, e eu tinha medo de até dizer o meu nome. Mas, devagarzinho a gente foi superando isso. Mas, digamos ainda que não superamos todos os medos ainda, mas já conseguimos avançar um pouco nesse sentido.

Dessa forma, a preparação de estrutura organizativa capaz de garantir uma maior permeabilidade no movimento torna-se necessária, e é definida neste momento pelo coletivo (no caso, coletivo de jovens). Tal estrutura é caracterizada por uma maior ou menor capilaridade, dependendo do grau de participação dos diversos atores envolvidos no âmbito do campo de representação da agricultura familiar. Para tanto, Severine continua sua análise:

Você imagina o que é uma coordenação, que é demandada para estar em todas as micros. E as micros demandam para os municípios. E os municípios demandam de volta. Então, é impossível você acompanhar trazendo o município na região sul. Não tem e nem queremos isso. Achemos que tem que

⁴⁶ PARDS = Projeto Alternativo Rural de Desenvolvimento Sustentável.

ter um corpo dirigente e um coletivo de jovens, que consiga dar conta desse processo. Bem como um grupo de dirigentes nas micro regiões, nos municípios que consigam que a crítica da Fetraf aconteça desde a sua base, comunidade, município, até executiva. Onde essas coisas aconteçam e se agilizem e andem de fato (...). Nesse sentido, e acho que nessa questão da juventude, a gente tem conseguido. Vem se criando um corpo. Grupo de lideranças de linha de frente, que vem conseguindo acompanhar os muitos processos que não tem necessidade de ir lá, coordenação de coletivo. Depois ela toca esse processo de formação que a gente vem desencadeando. Também aponta um pouco para isso, a necessidade de se estar criando um corpo ainda maior, que dê conta, em grupo, de tocar mais a questão da produção, para garantir que isso aconteça. Mas que ao mesmo tempo tenha a idéia do todo.

No processo de configuração deste campo e da disposição de seus atores sociais, pode-se verificar no interior da organização da Fetraf, uma rotina que muitas vezes não garante a otimização das potencialidades de seus dirigentes, isto é, as condições para atuar de forma mais ordenada nem sempre é pensada. O cotidiano dos dirigentes constrói uma dinâmica tida como complicada, um dia-a-dia atribulado, pois não permite o planejamento das práticas, a elaboração estratégica das ações. Ante esta postura, Eloir GRISELLI avalia:

Acho a questão da rotina é uma rotina terrível. É uma coisa muito complicada. É um reunismo, reunião interminada e coisa assim. E, eu acho que nós estamos no estágio que o problema, eu acho que nem é tanto as reuniões. O problema é a preparação das reuniões que não existe. Tanto vai lá meio assim, muitas vezes vale mais meio dia de preparação de uma reunião, de metodologia, pensar qual é os principais pontos, do que você fazer uma reunião de dois dias. E isso é um problema sério, de metodologia das nossas reuniões, que aí começa antes da reunião. Eu acho que aí nós entramos na rotina de correria. E, eu acho que um problema que tem é nós não saber decidir o que de fato é prioridade.

Ao mesmo tempo, relata que: “a Fetraf inferiu que dirigente pode tirar de segunda a sexta um dia para a roça. Sabe, quando eu atendo o telefone eu não me sinto bem. Eu fico, eu devia estar lá, porque aqui eu não estou fazendo nada”. E, através do seguinte exemplo, destacando os receios de não estar cem por cento disponível para o movimento sindical – riscos na manutenção de posição no interior do campo, continua: “quando ficar em casa vou ler hoje, livro, jornal, texto. Aí fico: já pensou se os caras me ligam aqui, que eu tô aqui dizendo que eu to lendo. Os cara vai me... lendo. Eu tô com essa paranóia, eu tô com isso. Pelo amor de Deus dizer que eu estou em casa. Eloir não pode atender telefone porquê? Se ele ta na roça, está tranquilo”. São construídas contradições entre o discurso e a prática, onde observam-se que existem ações que não condizem com as falas. As definições explícitas no discurso dos dirigentes nem sempre refletem as práticas vividas cotidianamente.

Para evitar os problemas de agenda, que interferem na rotina da direção e das lideranças, é indicada a necessidade de planejar e pensar as práticas. Somente é possível transformar as práticas tradicionais em práticas inovadoras quando a postura perante a conjuntura for refletida a partir de eixos estratégicos. A agenda é uma das formas de repensar as práticas, de refletir sobre as ações a serem priorizadas. O secretário geral da Federação,

Alcemir BAGNARA, expõe sua opinião sobre o assunto: “a gente tem minimamente começado a socializar as informações, fazer com que a agenda seja socializada. Pelo menos que as pessoas saibam onde que as outras estão atuando. Que as agendas estejam centradas em cima dos eixos prioritários, e secundariamente, quando não tem alguma ação, que as pessoas fazem inclusive as próprias agendas a nível local, ou de representação”. E, conclui: “de fato a Fetraf tem uma agenda que é demandada pela conjuntura, portanto, é muito difícil de administrar”.

Para resolver este impasse, é necessário pensar em possibilidades de transformação da rotina desenfreada no cotidiano movido pela conjuntura. Nesse sentido, Amadeu BONATO observa que: “a criação da secretaria geral, acho que contribuiu um pouco para isso, e está funcionando (...). Passou a agilizar maior a informação interna, embora se tenha um problema sério de difícil solução na Fetraf, que é a dinâmica de comunicação e informação com os sindicatos. Mas acho que internamente na direção está fluindo um pouco mais”. É uma dinâmica onde não existe um planejamento, e mais, não são pensados os vários aspectos que abrangem a vida sindical, a vida de agricultor e a vida de representação da agricultura familiar.

Neste aspecto, Roberto YOPI (33 anos) alerta: “Eu acho assim, primeiro o dirigente vive num regime muito louco, e eu não quero para a minha família. É uma loucura tão grande assim como certos dirigentes estão fazendo, que praticamente não vê também sua família, suas comunidades e tal. Então, se nós queremos um novo sindicalismo, nós também temos que resguardar o lado pessoal e familiar do dirigente”. Continuando, lembra:

Uma coisa que até agora não comentei. Eu praticamente, enquanto era solteiro (faz quase dois anos que eu sou casado), eu não tinha hora, não tinha local. Hoje, eu já tenho uma família para ser responsável. Tem dirigentes sindicais aí que correm de segunda a segunda, e não vamos construir um projeto de sociedade assim. O dirigente, ele tem que preservar a questão da sua família. E, aí meu irmão, nós temos vários problemas, inclusive de dirigentes locais daqui que destruíram suas famílias e que foi um mal exemplo. Nós arcamos com as conseqüências. Então isso tem que ser mudado. O dirigente tem que estar lá no seu município, tem que continuar sendo agricultor, a sua propriedade tem que ser um exemplo. Fala-se muito em agroecologia, mas as propriedades dos agricultores não é exemplo. Eu acho que isso nós precisamos de ter agricultores profissionais. Mas, precisamos também (...) de repensar esse processo do agricultor não perder a raiz com a terra. Então, se nós analisar, quando nós tiver agricultores com a raiz na terra, logicamente vai parecer os problemas.

O processo de representação dos agricultores familiares por parte dos dirigentes da FETRAF exige um permanente repensar das práticas, conciliando-as com o discurso. Percebe-se um movimento de auto-crítica a respeito das práticas consolidadas neste campo de representação, principalmente aquelas que produzem um cotidiano dito atribulado. As práticas não refletidas possivelmente são fruto do não planejamento, de ações vividas de forma inconsciente ou que não seguem de forma consciente regras anteriormente explicitadas.

No pensamento de BOURDIEU (1990, p. 79), estas ações podem ser refletidas a partir do conceito de senso prático, que em “*Coisas Ditas*” pode ser entendido como “sentido do jogo, como domínio prático da lógica ou da necessidade imanente de um jogo, que se adquire pela experiência de jogo e que funciona aquém da consciência e do discurso”. Por sua vez, o senso prático possibilita o entendimento das práticas, mas, para tal, é necessário reconstruir “o capital de esquemas informacionais que lhes permite produzir pensamentos e práticas sensatas e regradas sem a intenção de sensatez e sem uma obediência consciente a regras explicitamente colocadas como tal” (1990, p. 97). Nesta perspectiva, os dirigentes expressam em suas ações reflexos do sentido do jogo, próprio do campo político a que estão vinculados – o da representação sindical e da representação da agricultura familiar.

Os dirigentes, no papel de porta-vozes de uma categoria sindical, desenvolvem características ímpares, entre elas, o exercício da representação com um certo caráter de sacerdócio. Sacerdócio aqui pode ser entendido como vocação e dedicação. A dedicação destas lideranças explicita estratégias de reconhecimento no interior do campo e, ao mesmo tempo, como referência nas esferas para além do campo de representação. Neste sentido, Claudionor LORINE enfatiza: “Eu acredito que é todos nós. Nós temos um projeto de vida e, dentro desse projeto de vida está o momento da doação. Mas, você põe a tua força no trabalho, a tua vontade em prol de um movimento. Então, é dessa forma que eu vejo um pouco todos os dirigentes, sejam eles a nível local, ou a nível de estado ou país. Então, eu acho que se desafia. A isso deve se parabenizar, porque é um desafio muito grande”. A doação dos dirigentes sindicais se manifesta nas diversas práticas construídas em prol do movimento sindical, demonstrando um empenho em garantir seu sucesso.

Em seu estudo sobre a “representação dos dirigentes sindicais camponeses”, MARESCA (1983, p. 53) faz justamente observações sobre a dedicação por parte destas lideranças, destacando a dedicação como uma virtude que pode ser capitalizada enquanto legitimidade dentro do campo de representação. Explicita que:

Se as virtudes morais estão sempre colocadas no primeiro plano, é que a *dedicação* (*abnegação, devoção*) é moralmente constitutiva do mandato de representante profissional e que funda a exemplaridade daquele que a exerce. Comprovar a dedicação é indispensável para se forjar uma notoriedade, assim como comprovar a ambição para obter sucesso em uma carreira sem a qual ele não teria notoriedade. A dedicação é a justificação oficial da ambição. Na lógica desta confusão entre a virtude e o interesse, a lista cronológica dos cargos já ocupados exerce um papel capital de legitimação. Ela garante efetivamente a competência e o valor moral, já que reconstitui a série das marcas de confiança testemunhadas ao dirigente ao longo do tempo e confirma *a posteriori* seu fundamento restituindo progressivamente encargos sempre mais pesados.

Desta forma, é preciso admitir que a dedicação pode ser compreendida como uma importante característica do dirigente quando essa se traduz no empenho ao trabalho de representação. Entretanto, o interesse dos representados, no caso, os agricultores familiares, pode ser diferente do interesse do representante. Isto é, a dedicação pode ser compreendida como efeito da ambição, expressão do interesse individual subjugando os interesses do campo. O interesse do dirigente torna-se mais importante do que seus representados. Na relação entre representantes e representados, pode-se entender que:

O interesse é simultaneamente condição de funcionamento de um campo (...) na medida em que isso é o que estimula as pessoas, o que as faz concorrer, rivalizar, lutar, e produto do funcionamento do campo. [...] O interesse assim definido é produto de uma determinada categoria de condições sociais: construção histórica, ele só pode ser conhecido mediante o conhecimento histórico, *ex post*, empiricamente, e não deduzido *a priori* de uma natureza trans-histórica (BOURDIEU, 1990, p. 127-128)

A auto-avaliação permanente é básico: repensar as ações no interior do campo permite elaborar um novo sentido para o jogo a partir de uma construção histórica. O reconhecimento e auto-reconhecimento, traduzido por capital social, pode possibilitar a transformação das práticas no cotidiano dos atores que compõem o jogo. Afirma-se, assim, uma perspectiva diferenciada de envolvimento com as práticas de representação deste campo, efetivando, por consequência, parâmetros diferenciados de dedicação. O “representante camponês é exemplar da oscilação entre a modéstia e a ambição, entre a dedicação e o interesse que caracteriza a retórica dos porta-vozes confirmados” (MARESCA, 1983, p. 88).

A dedicação, portanto, é uma característica observada entre os dirigentes da federação e, muitas vezes, explicitada de maneira contraditória, isto é, a dedicação nem sempre reflete a qualidade de vida expressa nos discursos sindicais, na defesa da solidariedade, tanto nos espaços de trabalho quanto de lazer. A dedicação é reconhecida como sacrifício. Eloir GRISELLI afirma: “temos muitos dirigentes, assim, achando que tu tem que ser máquina todo o dia. E, aí, tu não tirar tempo para a roça, tu não tira tempo para família, tu não vai passar visitar o tio, o sogro, a tia, a nora. E isso é coisa de vadio. Onde já se viu um negócio desse. E, esse negócio está encarnado na gente, está no sangue. Entrou no movimento é complicado”.

Esta permanência efetiva no movimento, como visto, reflete um cotidiano nem sempre estruturado de forma consciente. Por sua vez, o fato de vários dirigentes relatarem esta preocupação permite analisar a postura de auto-crítica, de avaliação deste fenômeno da militância sindical. Esta dinâmica das lideranças conduz a um processo de reflexão na reconstrução de suas práticas, potencializando uma re-significação para o sentido do jogo e uma reconstrução do *habitus*.

Por outro lado, quando se analisa o engajamento e dedicação do dirigente, pode-se discorrer sobre os aspectos da direção sindical como profissão, no sentido do dirigente buscar uma carreira no âmbito da representação. Esta perspectiva garante uma avaliação dos potenciais de legitimidade e credibilidade dessas lideranças no respectivo campo. Conforme analisa Marcos ROCHINSKI (29 anos), sobre o *ser dirigente* e o *se manter-se agricultor*, existem vários elementos a serem pensados. Ele diz: “na verdade, isto é um dilema. Particularmente, existe um esforço de voltar para a propriedade. Estamos numa rotina sindical, e perdemos a noção de ser agricultor. Passamos a ter um discurso, muitas vezes, de suposições dos dirigentes. Não ter o vínculo direto com a propriedade provoca uma perda do que é ser agricultor”.

Para tanto, o dirigente funda suas práticas de forma que o conduza a uma melhor qualificação, efeito do processo de profissionalização de um cargo político – porta-voz de uma categoria trabalhista. Assim, “o discurso *a posteriori* sobre as competências da carreira já efetuada ou em curso, inclina aquele que a tem a tentar evidenciar a linha diretora que supostamente inspira o conjunto de suas ações passadas, a extrair de algum modo a moral da história” (MARESCA, 1983, p. 83).

Os aspectos pertinentes para uma possível carreira do dirigente sindical, expressam um potencial no processo de representação do campo sindical, construindo espaços de interesse coletivo e individual. Estes interesses produzem, muitas vezes, posições contraditórias no interior do campo. A profissão de dirigente nem sempre garante uma conciliação com a profissão de origem da liderança sindical – ser agricultor familiar. As relações entre as duas profissões podem gerar transformações no modo de agir no que tange à organização do campo de representação da agricultura familiar. A princípio, para ser dirigente representante dos agricultores familiares é necessário ser reconhecido, antes de tudo, como agricultor familiar. Por sua vez, para haver uma maior dedicação no posto de representante, é preciso haver um distanciamento ou, pelo menos, um menor vínculo nos trabalhos exclusivos da agricultura. A vontade de se manter na terra constrói o discurso de representação, permeando, também, as intenções de se manter no movimento sindical e nos espaços do campo de representação da agricultura familiar. Dessa maneira, lembra-se que:

A CUT construiu o novo sindicalismo, mas incorreu nos mesmos erros dos dirigentes do sindicalismo tradicional, que perpetuavam suas lideranças na direção. Neste aspecto, a Fetraf também renovou pouco. Não sei se é bom ou ruim. Não dá para renovar 100%, mas é importante reciclar. O espaço público, espaço político passa a tomar conta do tempo do dirigente, que acaba deixando outras coisas, outros projetos para continuar se dedicando. Existem intenções da FETRAF, pois é correto buscar manter o vínculo com a propriedade. Sem este vínculo o dirigente realmente tende a se tornar um profissional do sindicalismo. Na prática, de maneira que, acho que essa questão do vínculo com a

propriedade é a justificativa para continuar no movimento sindical, para atuar a partir de bases mais coerentes. Mas, também, é importante ressaltar que ser dirigente se torna uma paixão, não pode ser visto como simples oportunismo. E é uma estratégia para continuar no movimento. Existe, aqui, a intenção para atuar melhor como dirigente, do que querer, desejar retornar para a agricultura de forma permanente. O dirigente pensa que este vínculo mínimo garante uma intervenção mais qualificada no papel sindical (Marcos ROCHINSKI).

Estas manifestações de uma profissionalização do dirigente não podem ser avaliadas de forma estanque, pois são motivadas pelas diversas possibilidades de manutenção dos projetos individuais de cada dirigente, mas também, pelos projetos coletivos construídos ao longo da história do movimento.

O mandato do dirigente, enquanto representação, torna-se reflexo dos processos de nomeação e delegação – instituição do dirigente como porta-voz. Entretanto, a especialização do dirigente faz-se através da formação de um discurso fundado a partir das bases éticas construídas no interior do campo de representação. A ambição por fazer carreira e manter-se em evidência nos espaços do campo impõem a necessidade de preparação, de capacitação para melhor representar os interesses do campo, mas, também, o dirigente deve garantir visibilidade de sua competência, de seu profissionalismo. Mobilizar capitais no interior do campo e para além do campo de representação torna-se uma característica daquele dirigente que não se limita aos vínculos morais, mas, sobretudo, preocupa-se com sua maior qualificação – estar melhor capacitado pode corresponder ou possibilitar uma mais longa permanência no papel de direção. Assim:

Se a excelência profissional está no coração da legitimidade dos dirigentes agrícolas, artesões de suas transformações, é que ele tende, primeiramente, a impor que a excelência passa pela profissão. Uma vez adquirida esta convicção, graças à ação dos dirigentes que mobilizam a serviço do novo ideal profissional das virtudes socialmente reconhecidas entre os camponeses tradicionais (uma fortuna, um nome, de moralidade), o movimento era engajado de tal forma que permite ir mais longe no refinamento dos cânones profissionais e assim ajustar mais exatamente, logo, de uma forma socialmente mais aceitável, as esperanças sociais subjetivas dos camponeses às suas probabilidades socialmente objetivas (MARESCA, 1983, p. 280).

As perspectivas de construir carreira, portanto, evidencia o anseio da liderança em constituir-se por mais de um mandato na função de direção sem, no entanto, desenvolver as mesmas funções. As práticas elaboradas e executadas pelos dirigentes sindicais expressam um movimento de especialização, através de espaços de formação próprios ou de outras instituições, inclusive instituições de ensino superior. Nos espaços de representação da FETRAF percebe-se, justamente, esta preocupação com o nível de escolaridade das suas lideranças; talvez não de forma explícita, mas observada na prática de seus dirigentes.

As qualidades do dirigente sindical do campo de representação da agricultura familiar, exemplificado no universo da Federação, muitas vezes devem garantir habilidades e competências que extrapolam a dedicação, o sacrifício. Porém, esta dedicação possibilita a reflexão das ações no campo, efetivando-se através de capitais de representação, adquiridos ao longo da vida, com destaque nos espaços políticos de militância. O novo *habitus* desse dirigente sindical vai sendo construído ao longo do tempo, ao passo que suas ações estruturam novas ou diferenciadas perspectivas de organização dos espaços pertinentes ao campo de representação.

Estas inovações são lentas e graduais, mas se fazem necessárias a partir do momento em que o discurso e a estratégia definem o novo elaborar das práticas. Um novo *habitus*, entretanto, não deve ser visto como uma ruptura total com o velho, pois o que era visto como tradicional colabora na formação e gestação do fazer diferente. Nem tudo que é considerado velho – expresso por virtudes ou defeitos – deixa de existir nas práticas elaboradas e influenciadas neste novo. O novo *habitus* nasce a partir da metamorfose de um velho *habitus*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O conhecimento caminha feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe.
E voraz contenta-se com o cotidiano orvalho
Deixado nas folhas vividas das manhãs.*

*Depois pensa que sabe e se fecha em si mesmo:
Faz muralhas, cava trincheiras, ergue barricada.
Defendendo o que pensa saber
Levanta certeza na forma de muro
Orgulha-se de seu casulo.*

*Até que maduro explode em vôos
Rindo do tempo que imaginava saber
Ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia,
Reconhecendo o suor dos séculos
No orvalho de cada dia.*

*Mesmo o vôo mais belo, descobre um dia não ser eterno
É tempo de acasalar. Voltar à terra com seus ovos
À espera de novas e prosaicas lagartas.*

*O conhecimento é assim, ri de si mesmo
E de suas certezas. É meta da forma. Metamorfose.
Movimento. Fluir do tempo.
Que tanto cria como arrasa
A nos mostrar que para o vôo
É preciso tanto o casulo como a asa”.*

(Mauro IASI⁴⁷)

O resultado dessa pesquisa é fruto de um processo permanente de transformação das leituras sobre o campo sindical e o campo de representação da agricultura familiar. O jogo possibilita a seus jogadores compreenderem suas regras não simplesmente estudando-as, mas, sobretudo, *jogando*. A qualidade do jogo é definida pela qualidade de seus jogadores e, também, pelas condições físicas, culturais, sociais, econômicas, políticas e, porque não, metafísicas, disponíveis ou possíveis no campo. Quando Iasi fala em sua poesia sobre o “fluir do tempo”, é possível entender a construção da dinâmica do conhecimento, suas formas e metamorfoses, simbioses e rupturas. Esta pesquisa, portanto, é um momento, um recorte de análise das práticas de uma federação, não tendo a pretensão de desvelar, dissecar e, muito menos, de profetizar verdades estáticas. A sociologia, referenciada principalmente em Pierre Bourdieu, traduz possibilidades de análise e interpretação do objeto em estudo, expressa através de uma sociologia das práticas do campo de representação sindical e da agricultura familiar.

⁴⁷ Autor da poesia intitulada “Aula de Vôo”, transcrita da obra: FETRAF-SUL/CUT, 2002a, p. 3.

Este trabalho teve por objetivo geral investigar de que maneira a FETRAF representa a possibilidade de um novo tipo de sindicalismo na atualidade. A busca para conquistar esta meta foi um desafio, pois foram abertas várias possibilidades e foram diversos os caminhos de investigação. No entanto, definiu-se um suporte teórico para explicitar o *fio da meada*, um instrumento para dar segurança nesta empreitada.

A Federação foi analisada a partir de suas intenções e de suas práticas, entendendo-as a partir de uma *práxis* sociológica. O discurso e a prática foram elaborados pelos atores sociais que participam do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar – dirigentes sindicais, lideranças regionais, microrregionais, locais, agricultores familiares – de forma individual ou coletiva.

A estrutura sindical da FETRAF é caracterizada pela preocupação em ampliar os espaços de participação dos diversos atores sociais que a compõe, enfatizando suas instâncias comunitárias e microrregionais nesta organização política. A organização sindical da Federação começa a possibilitar uma prática inovadora no campo sindical, principalmente, superando o sindicalismo de cúpula traduzido pelas organizações tradicionais, como é o caso das FETAG's e da CONTAG.

A organização no local de trabalho (OLT) não é algo novo dentro da CUT, mas a efetivação desta prática não se generalizou entre os sindicatos cutistas. Destaque-se, aqui, as organizações de base de alguns ramos como, por exemplo, os metalúrgicos. Os rurais da CUT sempre buscaram este trabalho mais próximo de suas bases. No entanto, a FETRAF institui esta prática como uma estratégia a ser alcançada. Sem o trabalho de base não é possível consolidar as intenções da Federação.

A participação dos agricultores familiares em suas várias instâncias permite à Federação constituir espaços mais democráticos de debate e deliberação. Os conselhos comunitários devem ser estas instâncias que visam garantir uma maior capilaridade na organização sindical. Para isso, são necessárias coordenações microrregionais ou sindicatos regionais para dar fluência a esta participação. Não basta só ouvir o que os agricultores pensam e querem para agricultura familiar, mas é preciso garantir sua participação efetiva e com qualidade nas definições das lutas e estratégias da entidade. O agricultor de base deve se sentir capaz de participar, havendo um resgate de sua auto-estima como agricultor e como cidadão.

Todavia, estes espaços comunitários ainda não expressam uma instância consolidada em toda a base da Federação, pois percebem-se fragilidades por parte de alguns sindicatos, de algumas microrregionais, na efetivação das lutas e mobilizações e na participação propositiva

de suas lideranças. Identifica-se nessa observação que a base da FETRAF é muito heterogênea, não querendo traduzir nisto algo negativo, mas ressaltar que as diferenças políticas, sociais e geográficas, podem representar dificuldades para uma maior participação dos seus integrantes. Ao mesmo tempo, corre-se o risco de generalizar ações a partir dos espaços regionais, não contemplando as reais necessidades locais. A participação na direção executiva, por exemplo, expressa a ausência de dirigentes de algumas microrregiões, principalmente, daquelas que se definem como mais frágeis politicamente – tornam-se periféricas na organização sindical. Não se pretende, contudo, afirmar que a definição da direção deva contemplar sua composição simplesmente pelas questões geográficas, entretanto, é necessário garantir a participação das bases, indiferente de sua distância em relação aos espaços deliberativos.

Destaca-se como mérito da FETRAF, a utilização de uma prática tradicional dos agricultores familiares, qual seja, a edição do mutirão da agricultura familiar com ênfase no desafio de levar para todas as comunidades representadas pela Federação o direito de falar, discutir, propor, integrar-se na organização deste campo de representação. Não é só indicar seus porta-vozes, mas defender e instituir esta representação – fazer-se representar efetivamente. O mutirão é o resgate da solidariedade entre os vizinhos, entre os atores sociais de uma comunidade, é o construir com o outro um projeto comum sendo, para tanto, necessário acreditar que o outro pode ajudar, pode contribuir, deve ser valorizado. A valorização de cada membro do campo é a afirmação de que cada um tem o direito de jogar o jogo e, mais ainda, jogá-lo bem, e não simplesmente ser testemunha ou expectador.

O mutirão traz algo que não é próprio do sindicalismo, ainda frente à lembrança de que as ações de ajuda-mútua se fizeram presentes durante a história dos sindicatos. Todavia, a prática do mutirão permite repensar os espaços de participação e integração não só dos representantes, mas também dos representados. Os representados passam a ter a possibilidade de se tornar porta-vozes dos seus anseios, dos seus sonhos, de suas propostas, mesmo que depois deleguem estas “vozes” para outro – a liderança, o dirigente sindical. O mutirão foi avaliado pelos entrevistados como algo muito rico, que, por sua vez, mereceria um trabalho mais aprofundado, para fazer uma leitura mais sistemática, destacando seus potenciais e limites.

A relação entre representantes (dirigentes sindicais) e representados (agricultores familiares) expressa diversas possibilidades de configuração do campo de representação, suas características, interações, conflitos e projetos. Os interesses dos agricultores familiares deveriam estar sendo colocados em primeira mão nas lutas da Federação; contudo, não estão

garantidos porque existem os interesses dos dirigentes sindicais. O conflito se faz transparecer na medida em que o movimento sindical não consiga traduzir em suas bandeiras de luta o desejo dos seus representados. Não basta simplesmente erguer em lona as falas do agricultores – através do discurso politicamente correto – se as práticas destes dirigentes não sofrerem mutações, traduzindo a voz dos representados.

Com esta preocupação, a FETRAF desafia seus dirigentes a manter não só um vínculo superficial com a agricultura familiar, mas se efetivem enquanto tal, através da manutenção de suas propriedades. O dirigente deve reservar, no mínimo, um dia por semana para trabalhar na terra, na produção, consolidando sua característica original – ser agricultor familiar. No entanto, a agenda sindical dificulta esta prática, levando vários dirigentes a se distanciarem da produção e, contrariamente, direcionando-os à manutenção do espaço político-sindical – ser dirigente. Portanto, para se manter no movimento sindical, tornam-se necessárias a qualificação e a profissionalização. Sua dedicação confunde-se com sua ambição em se tornar perene enquanto porta-voz.

Entretanto, a profissionalização desse representante sindical é diferente daquela dos velhos sindicalistas. No sindicalismo oficial, com forte destaque nos STR's e nas FETAG's, os dirigentes sindicais se perpetuavam nas entidades sem a preocupação de se qualificar, de buscar uma formação sindical mais aprofundada, e, muito menos, de escolarizar-se. O desafio para os dirigentes cutistas, com ênfase nas lideranças da FETRAF (em virtude das dificuldades que ainda enfrentam os trabalhadores rurais), traduz-se pela busca de uma formação escolar (ensinos fundamental, médio, técnico, universitário) para além da formação sindical, colaborando na construção de um capital cultural e diferenciando estes novos sindicalistas daqueles das estruturas oficiais do campo sindical rural.

A melhor qualificação do dirigente, por si só, não garante um sindicalismo diferente, mas traz novas perspectivas para sua organização. Os dirigentes sindicais da FETRAF tornam-se porta-vozes mais preparados para propor, disputar, encaminhar os projetos do movimento sindical. Assim, estes dirigentes ainda trazem consigo características do velho sindicalismo, entre elas a dificuldade para descentralizar as decisões, para ter a paciência de ouvir seus representados e, ao mesmo tempo, respeitar as posições contrárias. Com relação a dificuldade inerente ao movimento sindical, a Federação ainda não conseguiu superá-la, principalmente, no que se refere à gestão administrativa e financeira, que apresenta grandes problemas e coloca em risco a viabilidade da Federação. A sustentação financeira é tida como caótica, mas apresenta-se como uma das prioridades no final da atual gestão, com intuito de sanear ou minimizar o vácuo administrativo. No entanto, este trabalho não teve por objetivo

discutir amplamente esta problemática, sendo necessários estudos mais específicos do ponto de vista da administração e da economia.

Retomando a organização sindical, são destacadas as intenções de buscar ampliar as bases da Federação, através dos sindicatos regionais ou das associações da agricultura familiar. No caso dos sindicatos regionais dos trabalhadores na agricultura familiar, coloca-se em discussão um rompimento com a unicidade sindical, com destaque para as bases geográficas, mas, também, em relação à categoria sindical. A unicidade sindical é uma das principais características do sindicalismo oficial getulista, de caráter corporativista. A FETRAF, através de sua fundação, já rompeu com esta questão da base geográfica, pois está consolidando sua organização para além das fronteiras estaduais, entrando na base sindical de três federações oficiais (FETAG/RS, FETAESC e FETAEP), não levando em consideração a norma da unicidade sindical. Porém, está tendo dificuldades para conseguir a sua legalidade perante o Ministério do Trabalho, que não defere a carta sindical. Para alguns dirigentes isto não é visto como problema, pois a Federação está sendo legitimada por sua base e, principalmente, por sua participação na sociedade enquanto entidade representativa dos agricultores familiares, ocupando espaços políticos junto a diversos conselhos (federais, estaduais e municipais), aos partidos políticos e representantes do poder executivo e legislativo, com destaque na presidência do governo Lula, assim como, no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os sindicatos regionais, por sua vez, constroem referências da organização no espaço microrregional, mas não se estabelecem necessariamente da mesma forma. Existem experiências relatadas que permitem uma leitura dos avanços desta organização em relação ao modelo fragmentado dos sindicatos municipais. No entanto, não basta ter uma organização regionalizada se não ocorrer uma ampla organização das instâncias de participação e deliberação. A superação do sindicalismo de cúpula só é possível se a organização da base se efetivar. É necessário reinventar as estruturas organizativas, sendo possível agregar em um único sindicato as bases microrregionais, na medida em que as diversas comunidades se façam representar.

A FETRAF visa não só organizar os sindicatos, mas também participar na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. Para tanto, considera necessário atuar em conjunto com outras entidades da sociedade, com destaque para as organizações da agricultura familiar. Percebe-se, assim, a definição de atuação não só no campo sindical, mas no campo de representação da agricultura familiar. Neste campo, são potencializadas ações em vista da organização da produção, tida como estratégica na consolidação da Federação.

Para tanto, constroem-se parcerias com cooperativas, associações e ONG's que atuam no campo da agricultura familiar, buscando definir práticas que fortaleçam os agricultores, com ênfase na produção, industrialização (agregação de valor) e comercialização, levando em consideração tecnologias alternativas como, por exemplo, a agroecologia e as redes de sócio-economia solidária.

Neste campo de representação da agricultura familiar explicitam-se vários atores sociais que se intitulam representantes do campo, havendo algumas convergências, mas, também, diversos conflitos. Em relação às divergências existe uma busca de superá-las, expressas pelas lutas feitas de forma conjunta, com destaque para as mobilizações a partir da Frente Sul. Contudo, depois da formação da FETRAF, esses espaços comuns foram minimizados em função da centralidade das ações organizadas pela Federação, dificultando as articulações via Frente Sul.

Nos espaços municipais e microrregionais não foram percebidas estas dificuldades de interação; ao contrário, em geral os relatos indicaram vínculos que permitiam uma articulação não só das lutas e mobilizações, mas também da gestão destas entidades. Por sua vez, nos espaços regionais, observando as relações dos dirigentes destas entidades, as dificuldades são explicitadas de forma diferente. Ou seja, o discurso de articulação nem sempre se efetivou, pois a disputa pela representação mostrou um distanciamento na organização desses atores. Cada entidade busca se consolidar perante seus associados, desenvolvendo, muitas vezes, ações diferenciadas (com finalidades distintas) para um mesmo público, sabendo-se que boa parte desses associados fazem parte da base de mais de uma entidade. O discurso de ser uma entidade *guarda-chuva*, defendido por alguns dirigentes da FETRAF, parece estar superado, mas o seu efeito ainda perdura no campo de representação, debilitando os potenciais da organização dos agricultores familiares.

Os potenciais e limites do fortalecimento da agricultura familiar através da construção de um desenvolvimento sustentável e solidário coloca-se na retórica dos dirigentes sindicais da Federação, e sua consolidação será viabilizada não por suas práticas de maneira isolada. Neste sentido, a permanente avaliação de suas intenções, de suas proposições e, principalmente, de suas ações, concretizam, por parte desses dirigentes, uma postura de auto-crítica, de reflexão, de auto-reconhecimento do capital acumulado nos espaços de representação do campo. Percebe-se que esses dirigentes começam a não só acreditar nessas articulações no interior do campo de representação, enquanto um princípio místico das parcerias, mas, sobretudo, passam a refletir estas interações como formas reais de solidariedade. Buscam, também, efetivar práticas coletivas no campo das políticas públicas,

da organização da produção, para além da organização sindical, com o intuito de firmar as representações da agricultura familiar como atores políticos na sociedade.

Colocam-se, neste momento, novos desafios para as entidades de representação, na perspectiva de concretizar um permanente debate, com diálogo, discussões e proposições, sobre as estratégias e práticas de consolidação do campo da agricultura familiar, alicerçados em bases democráticas, solidárias e cidadãs. No entanto, esta pesquisa não teve como intenção realizar uma análise e avaliação mais aprofundada dessas configurações do campo de representação da agricultura familiar. Tal leitura seria relevante e pertinente para melhor vislumbrar as disputas e parcerias, potenciais e limites, no acúmulo de capital social, político, econômico, cultural e simbólico dos agricultores familiares representados por suas diversas organizações.

A FETRAF, após três anos de existência, a partir de suas intenções e de suas práticas, diferencia-se qualitativamente do velho sindicalismo e, ao mesmo tempo, inova o campo sindical cutista, provocando um repensar do *fazer sindical*. O velho *habitus* dos dirigentes sindicais passa a ser questionado e, através de diferentes práticas, começa-se a colocar em xeque a velha *doxa* do sindicalismo oficial. Entretanto, uma postura heterodoxa não significa uma ruptura total com a ortodoxia, pois as regras do jogo são postas para ambas as posições dentro do campo. Desta maneira, percebeu-se não só uma vontade de mudar, mas as práticas dos dirigentes da FETRAF apresentam inovações, que influenciam seu *habitus*. Não se pode afirmar que um novo *habitus* se consolidou, pois seria necessário um processo mais extenso de observação. Todavia, um novo *habitus* começa a ser configurado a partir da superação dos vícios traduzidos nas práticas do velho sindicalismo.

A Federação se desafia e é desafiada a consolidar uma permanente metamorfose no campo de representação sindical e da agricultura familiar, buscando superar as amarras oficiais do sindicalismo. É preciso derrubar alguns muros, libertar-se dos casulos, para o novo se manifestar. A FETRAF busca compreender que ainda existem muitas trincheiras, muitas muralhas a serem vividas e superadas, mas ela se entende como movimento e, assim, é provocada a transformar-se.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul expressa um novo sindicalismo e constrói possibilidades de re-significação deste novo. Enfim, A FETRAF-SUL/CUT apresenta-se como um novo sindicalismo em construção.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Economia Aplicada – vol. 4, nº 2, abril/junho 2000.

_____. **Uma nova extensão para a agricultura familiar** (in: Anais do Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural - PNUD). Brasília/DF: PNUD, 1997. Disponível em: <<http://www.sociologia.hpg.ig.com.br/afm.htm>> Acesso em: 16 set. 2001.

ACCARDO, A. e CORCUFF, P. **La sociologie de Bourdieu: textes choisis et commentés.** 2^a ed. Bordeaux: Le Mascaret, 1989.

AGUIAR, V. V. P. **Ação e organização sindical da CUT para o setor rural e a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural: eixo sindicalismo rural** (in: Projeto CUT/CONTAG – diagnóstico). Florianópolis: CUT/CONTAG – Escola Sindical Sul, 1997.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável** (in: ALMEIDA, J. & NAVARRO, Zander orgs. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*). Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1997.

_____. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

ALMEIDA, M. H. T. de. **O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança** (in: ALMEIDA, M. H. T. de & SORJ, B. *Sociedade e política no Brasil pós-64*). São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ANTUNES, R. L. C. **O que é sindicalismo.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Círculo do Livro / Brasiliense, 1992.

ARRUDA, M. **Globalização e América Latina: oportunidades e desafios** (in: IX Congresso Luterano Latino-Americano). Rodeio: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, 1998.

BATALHA, C. H. M. **O movimento operário na primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENTO, B. A. de M. **O caso Julien Sorel: uma abordagem praxiológica.** Revista Múltipla – UPIS Faculdades Integradas, Brasília/DF, Ano I, nº 2, jul. 1997. Disponível em: <http://www.upis.br/revista_multipla/nr_002/multipla02.htm> Acesso em 25 set. 2002.

BLASS, L. M. da S. **Novo sindicalismo: persistência e descontinuidade** (in: RODRIGUES, I. J. org. *O novo sindicalismo: vinte anos depois*). Petrópolis/RJ: Vozes – EDUC – UNITRABALHO, 1999.

BOITO Jr., A. **O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.** Campinas: Editora da UNICAMP / HUCITEC, 1991.

BOURDIEU, P. **Le capital social.** Revista “Actes de la Recherche en Sciences sociales” do “Centre de sociologie européenne”, nº 31, pp. 2-3, 1980.

_____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O campo científico** [in: Renato ORTIZ (org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*]. São Paulo: Ática, 1983a.

_____. **Champs de luttes** [in: A. ACCARDO e P. CORCUFF (org.) *La sociologie de Bourdieu*]. Bordeaux: Le Mascaret, 1989.

_____. **Habitus et sens pratique: une orchestration sans chef d’orchestre** (in: A. ACCARDO e P. CORCUFF org. *La sociologie de Bourdieu*). Bordeaux: Le Mascaret, 1989a.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1997.

_____. **La distinción: criterios y bases sociales del gusto** (tradução: Maria del Carmem Ruiz de Elvira). 2ª ed. Madrid: Aguilar-Altea-Taurus-Alfaguara, 2000.

_____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação** (org.: Daniel Lins). Campinas: Papirus, 2000a.

_____. **O poder simbólico** (tradução: Fernando Tomaz). 4ª ed. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 2001a.

_____. **Meditações pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 9ª ed. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2001.

CARMO, M. S. do. **As bases familiares do desenvolvimento rural sustentado e a segurança alimentar.** Revista Raízes, ano XVII, nº 16, março 1998.

CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez – Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

COLEMAN. J. S. **Foundations of social theory.** Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo:** a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da Unicamp / CMU – Centro de Memórias, 1998.

CUT. **7º CONCUR – Congresso Nacional da CUT:** resoluções e imagens. São Paulo: CUT, 2000.

CUT/CONTAG. **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil.** São Paulo: Projeto CUT/CONTAG, 1998.

DEMARCHI, M. **Pierre Bourdieu:** itinerário intelectual. s/d. Disponível em: <<http://www.chasque.net/frontpage/relacion/0204/bourdieu.htm>> Acesso em 02 out. 2002.

DNTR-CUT. **Resoluções do 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais.** São Paulo: CUT, 1990.

FAO/INCRA. **A agricultura familiar na região Sul.** Brasília: Fao/Incrá, 1996.

FAVARETO, A. (org.) **Desenvolvimento local sustentável e solidário:** novos princípios, novos desafios. São Paulo: Plural Cooperativa, 2000. (mimeo)

FETRAF-SUL/CUT. **Resoluções do 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar.** Chapecó: FETRAF-SUL, março 2001.

_____. **Estatutos sociais.** Chapecó: FETRAF-SUL, 2001a.

_____. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar:** a FETRAF-SUL/CUT (site histórico). Chapecó: FETRAF-SUL, 2001b. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/default.asp>> Acesso em 09 de novembro de 2001.

_____. **Agricultura familiar, desenvolvimento e o novo sindicalismo:** da vida que vem da terra, a semente de um novo Brasil ... semente do novo sindicalismo. Chapecó: FETRAF-SUL, março 2002.

_____. **Sistematização e avaliação do Projeto Terra Solidária** (elaboração e organização: RODRIGUES, Almir S. e REICH, L.). Florianópolis: FETRAF-SUL, 2002a.

_____. **Mutirão da agricultura familiar.** Chapecó: FETRAF-SUL/Deser, 2003.

_____. **Caderno de finanças.** Chapecó: FETRAF-SUL, 2003a.

_____. **Primeiro Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar:** texto base para debate em grupos. Xanxerê: FETRAF-SUL, 2003b. (mimeo)

FRENTE SUL DA AGRICULTURA FAMILIAR. **O que é a Frente Sul** (folder de apresentação). Chapecó: Frente Sul, 1999.

_____. **Documento de Chapecó:** diretrizes básicas para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, para o fortalecimento da agricultura familiar. Chapecó: Frente Sul / Fetraf / Cresol, 25 jul 2002.

GALLO, S. **Ética e cidadania:** caminhos da filosofia. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1999.

GIANNOTTI, V. **Estrutura sindical** (in: ANTUNES, R. O que é sindicalismo). Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Círculo do Livro / Brasiliense, 1992.

HERCULANO, S. C. **Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz.** Disponível em: <<http://www.memoriadomeioambiente.org.br/biblioteca/artigos.asp>> Acesso em 25 ago. 2002.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Brasília/DF: Projeto de Cooperação INCRA/FAO, 2000.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar** – comparação internacional. Uma realidade multiforme (tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa). vol. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LIMA, J. C. **A teoria do capital social na análise de políticas públicas.** Revista Política e Trabalho da UFPb, João Pessoa, nº 17, pp. 46-63, set. 2001. Disponível em: <<http://www.geocities.com/collegetpark/library/8429/17-lima.html>> Acesso em 03 out. 2002.

LIMA, J. C. & ARAÚJO, N. **Para além do ‘Novo Sindicalismo’:** a crise do ‘assalariamento’ e as experiências com ‘trabalho associado’ (in: RODRIGUES, I. J. org. O novo sindicalismo: vinte anos depois). Petrópolis: Vozes/ EDUC /UNITRABALHO, 1999.

MARESCA, S. **Les dirigeants paysans.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.

MEDEIROS, L. S de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

MENDRAS, H. e ÉTIENNE, J. **Les grands auteurs de la sociologie:** Tocqueville, Marx, Durkheim, Weber. Paris: Hatier, 1996.

NASCIMENTO, H. M. do. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano:** a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente. Campinas: UNICAMP, 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/documentos/humberto>> Acesso em: 27 ago. 2002.

NOVAES, R. R. **Continuidades e rupturas no sindicalismo rural** [in: BOITO Jr., A. (org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, M. A. de. **Notas sobre a crise do novo sindicalismo brasileiro.** Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 12. São Paulo: Fundação SEADE, jan/mar 1998.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu:** sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PORTES, A. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, 1998.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna (com: Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti. Tradução: Luiz Alberto Monjardim). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. **Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos 90:** o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro (in: IX Congresso Brasileiro de Sociologia, da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, no GT - Trajetórias e experiências do sindicalismo brasileiro). Porto Alegre: SBS, ago/set 1999.

RICCI, R. **Terra de ninguém:** representação sindical rural no Brasil. Campinas: EDUNICAMP, 1999.

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política:** a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, L. M. **Partidos e sindicatos:** escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **CUT:** os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990a.

_____. **As tendências políticas na formação das centrais sindicais** [in: BOITO Jr., A. (org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RUITERS, M. **Capital social.** 1997. Disponível em: <<http://www.aceproject.org/main/espanol/ve/veb02b.htm>> Acesso em 13 out. 2002.

SCHMITT, C. J. **A CUT dos colonos:** histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul [in: NAVARRO, Z. (org.) Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul]. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1996.

SILVA, M. R. & REICH, L. **A Fetraf-Sul/CUT e o novo sindicalismo.** Chapecó: FETRAF, 2002.

SOSA, N. M. **Ética ecológica, desarrollo sostenible y solidaridad** (in: GALANO, C. *Ciência, cultura e sociedad: educación para el desarrollo sustentable*). nº 2. Buenos Aires: Escuela de Formación Pedagógica y Sindical “Marina Vilte” / EMV, 2000.

TARSO, P. de. **Limpar o terreno**. Revista Teoria e Debate, nº 6, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, abr-mai-jun / 1989.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro** (In: TEDESCO, J. C. Agricultura familiar – realidades e perspectivas). Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil** (in: *Série Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza*). nº 2. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

ANEXO 1 – LISTA DE ENTREVISTADOS

Lista de entrevistas realizadas* (feitas no mês de outubro de 2003):

Entrevistado	Idade	Entidade	Função	Local **
Altemir A. Tortelli	38	Fetraf	Coord. Geral	Chapecó/SC
Dirceu Dresch	43	Fetraf	Coord. Adjunta de SC	Pinhalzinho/SC
Eloir Griselli	34	Fetraf	Coord. Adjunta do RS	Erechim/RS
		Sutraf – Alto Uruguai	Coord. Geral	
Alcemir Bagnara	35	Fetraf	Secretaria Geral e Comunicação	São Valentim/RS
Daniel Kothe	25	Fetraf	Coord. Política Sindical e de Organização	Saudades/SC
Celso Ludwig	24	Fetraf	Coord. do Dep. de sócio-economia solidária e das pol. agrícola e agrária	Sarandi/RS
Delma Zucco	30	Fetraf	Coord. de Gênero	S. João da Urtiga/RS
		Sintraf de S. J. da Urtiga	Presidente	
Severine de Macedo	21	Fetraf	Coord. de Juventude	Anita Garibaldi/RS
Marcos Rochinski	29	Fetraf	Coord. de Formação Sindical e Profissional	Palmeira/PR
Marcos Levandoski	23	STR de Palmeira	Presidente	Palmeira/PR
Assis Pereira Viana	47	Sintraf de Capanema	Presidente	Capanema/PR
João V. Fortuna	36	STR de Chopinzinho	Presidente	Chopinzinho/PR
José A. Brugnara	39	Sintraf Laranjeiras do Sul	Presidente	Laraj. do Sul/PR
Sebastião V. Barbosa	37	Sintraf de Pinhão	Presidente	Pinhão/PR
Roberto C. Yopi	33	STR de Espumoso	Presidente	Espumoso/RS
Claudinor Lorine	26	STR de Sarandi	Presidente	Sarandi/RS
Romeu Boti	28	Sintraf Pinhalzinho	Presidente	Pinhalzinho/SC
Alexandre Bergamin	26	STR de Chapecó	Presidente	Chapecó/SC
Amadeu A. Bonato	50	Deser	Assessor	Curitiba/PR
Afonso Flack	37	Apaco	Assessor	Chapecó/SC

* O tempo total estimado das entrevistas é de 28 horas

** Local: refere-se à base sindical ou localização da entidade que cada entrevistado representa.

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista – FETRAF-SUL/CUT

- **Identificação:**

Nome:

Sexo:

Idade:

Estado Civil:

Nº de filhos:

Escolaridade:

Atividade em que trabalha:

Bloco 1: Estrutura Sindical

- Definir o que é a FETRAF-SUL/CUT
- Como a Fetraf está organizada – explicitar o organograma.
- Qual sua opinião sobre esta estrutura? Quais as vantagens e desvantagens dela?
- Comentar a estrutura da Fetraf com a estrutura oficial do sindicalismo.
 - Em relação a estrutura sindical contaguiana.
 - Em relação a estrutura sindical cutista.
- A Composição da Fetraf: papéis e funções.
- A composição da base da Fetraf: Quem faz parte? Quantos sindicatos? Quem são e quais as características destes sindicatos? Outros associados.
- Analisar a relação existente entre coordenação e associados.
- A organização intra-estadual e inter-estadual (regional e microrregional).
- O estatuto: sua construção, possibilidades e limites.
- Ressaltar as diferenças estatutárias da Fetraf em relação ao sindicalismo oficial.
- O que continua a mesma coisa? O que mudou?
- Alguns pontos importantes a serem analisados em relação ao modelo sindical:
 - unicidade sindical X liberdade e autonomia sindical;
 - imposto sindical (taxas compulsórias) X auto sustentação da estrutura sindical;
 - presidencialismo (sindicato de cúpula) X Processos de eleição direta e constituição de coordenação na gestão;
 - assistencialismo e clientelismo X proposição de políticas públicas.
 - e outros.
- Comente sobre a relação da Fetraf com o poder público (Estado):
 - Ministério do Trabalho (legalidade).
 - MDA
 - Conselhos (em especial o Conselho de Desenvolvimento Rural)
 - Outras instâncias governamentais.

Bloco 2: Ações – Proposições e Resultados (Eixos Estratégicos)

- Definir os eixos estratégicos de ação da Fetraf.
- As principais proposições da Fetraf, enfocando cada eixo estratégico.
- Analisando os resultados, o que de concreto a Fetraf apresentou como nova prática sindical. (BALANÇO dos resultados: o esperado e o concretizado – destaque os principais avanços).
- Em que a Fetraf demonstrou avanços em relação a ação sindical tradicional? Comente.
- Qual a representatividade da Fetraf perante outras entidades do campo sindical ? E, em relação ao campo da Agricultura Familiar? Qual sua representatividade diante de sua base? O reflexo desta representatividade em suas ações.
- Quais regiões não fazem parte da base da Fetraf? Explique. (razões)
- Faça um balanço do sindicalismo defendido pela FETRAF: o que se fala e o que se faz.

Bloco 3: O cotidiano da FETRAF:

- Descreva a rotina da FETRAF nos aspectos:
 - Administrativos;
 - Financeiros;
 - Burocráticos;
 - Políticos: coordenação, formação, espaços de decisão e outros.
 - Esta rotina identifica diferenças em relação ao sindicalismo oficial (da Contag e da própria CUT).
- Para finalizar:
 - Quais os principais limites da FETRAF? Comente-os.
 - Quais os principais potenciais da FETRAF? Comente-os.
- A partir disto: Qual a projeção que você faz do futuro da Fetraf (construa os cenários esperados e possíveis - curto, médio e longo prazo).

Entrevista realizada em: ____/____/_____.